

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL

**O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO COMO
EXPRESSÃO DO CAPITAL FICTÍCIO NO BRASIL. 2007 a 2015**

EDER AUGUSTO SAKAMOTO DE SOUZA

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. ANSELMO ALFREDO

SÃO PAULO

2020

EDER AUGUSTO SAKAMOTO DE SOUZA

**O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO COMO
EXPRESSÃO DO CAPITAL FICTÍCIO NO BRASIL. 2007 a 2015**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao
Departamento de Geografia, da Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras Humanas da
Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel.

Orientador: Professor Doutor Anselmo Alfredo

SÃO PAULO

2020

Nome: SOUZA. Eder Augusto Sakamoto de.

Título: O programa de aceleração do crescimento (PAC) como expressão do capital fictício no Brasil. 2007 a 2015

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Anselmo Alfredo

Ricardo Mendes Antas Junior

Ana Sylvia Maris Ribeiro

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dedico este trabalho à minha mãe,
Suely, que me educa diariamente. Nada
aconteceria sem ela.

AGRADECIMENTOS

O curso de geografia se traduz em uma jornada árdua que se soma ao período conturbado desta segunda metade de década. Diante disso, não posso deixar de agradecer às pessoas que fizeram parte deste período e que, sem elas, este percurso teria seu fim comprometido.

Agradeço ao professor Anselmo, cujo apoio e paciência ao longo deste período foram essenciais para que o trabalho pudesse ser concluído, sobretudo em meio à pandemia de COVID-19, tornando nossos tempos - já sofridos e difíceis - conturbados e incertos.

Aos que sempre estão comigo: mãe, pai e irmãos, cujo apoio e convivência geram inúmeras inspirações, não limitadas somente ao curso. Amor e carinho, em minha visão, não se exprimem em formalidades. Mas saibam que sou muito grato ao esforço, cada um ao seu modo particular de entender o mundo.

Aos amigos que são verdadeiras fontes de conhecimento e auxiliaram demais ao longo destes anos geográficos com ideias, reflexões e apoio: Beatriz Cecere, Eduardo Schultz, Fernanda de Deus, Ricardo Vargas, Tales de Deus e Vladimir Lima. Há muito tempo vocês têm sido a principal referência acadêmica e qualquer agradecimento é pouco.

Ao eterno orientador de profissão André Lúcio e à eterna colega (e amiga) de estágio Cemira Assunção. Muito obrigado pelo suporte de sempre.

Às pessoas que conheci ao longo da graduação e que se tornaram grandes parceiras: Gabriela Lastra, Jonathas Leão e Yara Cruz. As empreitadas dos trabalhos em grupo e os apoios técnico e emocional facilitaram – e muito - o curso desta jornada.

Mari Mesquita, obrigado por ajudar na retomada do curso aos eixos nesta reta final.

E, claro, um agradecimento mais que especial aos Geógrafos André Santos, José Barretta e Murilo Tomaz. A convivência e todo o apoio que me deram neste período geraram dívidas de gratidão imensuráveis de minha parte. Certamente, a geografia ganha muito com vocês.

Certo de que nenhuma justiça plena se limita a uma lauda de agradecimentos, reitero meu sentimento de gratidão a vocês e a todas as pessoas que proporcionaram ambientes de diálogo e pertencimento.

Resumo

Desde o último quarto do século passado, o mundo vive uma nova expressão do modelo de produção capitalista, chamado de “Capitalismo da Grande Indústria”. Junto ao fenômeno da globalização, este modelo, no Brasil, foi expresso em políticas econômicas pautadas no capital financeiro externo, sobretudo a partir dos anos 1990, com a política de privatizações nos governos FHC. O modelo permaneceu nos governos subsequentes, não apenas pela política de privatizações, mas principalmente com indução massiva de capital fictício. O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – ao longo do segundo governo Lula e primeiro governo Dilma, recebeu um montante total de 1,5 trilhão de reais em investimentos para setores considerados prioritários no que diz respeito ao desenvolvimento econômico nesses governos. Para este trabalho, um recorte específico será elaborado, que é o setor energético, comum aos dois períodos. Setor, este, que foi dividido nos seguintes programas: Geração de Energia Elétrica; Transmissão de Energia Elétrica; Petróleo e Gás Natural; Refino, Bioquímica e HBIO; Revitalização da Indústria Naval; Infraestrutura de Transporte de Gás Natural; Fertilizantes e Combustíveis Renováveis. Deste modo, este trabalho visa analisar a política econômica do PAC sob a ótica da reprodução fictícia do capital, característico do “Capitalismo da Grande Indústria.”

Palavras-chave: PAC; Capital fictício; Dívida Nacional

Abstract

Since the last quarter of the last century, the world has experienced a new expression of the model of capitalist production, called "Capitalism of Large Industry". Added to the phenomenon of globalization, This model, in Brazil, was expressed in economic policies based on foreign financial capital, mainly from the 1990s onwards, with a policy of privatization in the FHC governments. The model remained in subsequent governments, not mostly by privatization policy, but mainly with massive induction of fictitious capital. The PAC - Política de Aceleração do Crescimento (Growth Acceleration Program) - during the second Lula government and the first Dilma government, received a total amount of 1.5 trillion of real (R\$) in investments for sectors considered to be priority or with regard to the economic development of these investments. For this work, a specific resource will be developed, which is the energy sector, common to both periods. This sector was targeted into the following programs: Electricity Generation; Electricity Transmission; Oil and Natural Gas; Refining, Biochemistry and HBIO; Revitalization of the Naval Industry; Natural Gas Transport Infrastructure; Fertilizers and Renewable Fuels. In this way, this work aims to analyze the economic policy of PAC from the perspective of the fictitious reproduction of capital, characteristic of "Capitalism of Large Industry".

Keywords: PAC; Fictitious capital; National Debt

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

EG – Índice de Endividamento Geral

EMI – Exposição de Motivo Interministerial

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

PIB – Produto Interno Bruto

PA – Pará

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PE – Pernambuco

PT – Partido dos Trabalhadores

RO – Rondônia

S.A. – Sociedade Anônima

UHE – Usina hidrelétrica

US\$ - Dólar estadunidense

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Riqueza fictícia e renda real	25
Quadro 2: Estrutura básica de balanço patrimonial.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais obras do PAC – setor energético	36
Tabela 2: População de Altamira – 2016 x 2006.....	50
Tabela 3: População de Ipojuca – 2016 x 2006.....	51
Tabela 4: População de Porto Velho – 2016 x 2006	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda real mundial	26
Gráfico 2: Relação Dívida / PIB - Brasil	40
Gráfico 3: População de Altamira	49
Gráfico 4: População de Ipojuca	50
Gráfico 5: População de Porto Velho	52
Gráfico 6: PIB nominal - R\$ x 1000	53
Gráfico 7: PIB per Capita de Altamira x São Paulo x Belém	55
Gráfico 8: Total de Ativos da Norte Energia S.A. entre 2010 e 2018 em R\$	55
Gráfico 9: PIB per Capita de Ipojuca x São Paulo x Belém	56
Gráfico 10: PIB per Capita de Porto Velho x São Paulo	57
Gráfico 11: Endividamento Geral consolidado	62

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: A grande volta do Xingu	41
Mapa 2: Belo Monte	42
Mapa 3: Perímetro do município de Altamira	43
Mapa 4: Perímetro do município de Ipojuca	45
Mapa 5: Perímetro do município de Porto Velho	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A forma de valor universal	21
Figura 2: A forma-dinheiro.	22
Figura 3: Barragem de Belo Monte	43
Figura 4: Porto de Suape	45
Figura 5: Refinaria Abreu e Lima.....	46
Figura 6: Cheia do Rio Madeira de 2019	47
Figura 7: UHE Santo Antonio	48
Figura 8: Norte Energia S.A. Composição Acionária	58
Figura 9: Petrobrás S.A. Composição Acionária.....	59
Figura 10: Santo Antonio S.A. Composição Acionária	60

Sumário

1.	Introdução e objetivos.....	17
2.	Uma breve passagem sobre o valor	20
3.	Queda Tendencial da taxa de lucro	22
4.	Capital fictício, Financeirização da Economia e Crise	24
5.	Da Mercadoria dinheiro à reprodução fictícia	32
6.	Metodologia da pesquisa.....	33
7.	Obras do PAC – Setor Energético	34
8.	A Escolha das obras	37
9.	A questão da Escala	37
10.	Escala Nacional - Dívida	38
10.1	A Dívida Brasileira.....	39
11.	Escala Local. Cidades das obras do PAC analisadas.....	41
11.1	Altamira – Aspectos Gerais.....	41
11.2	Ipojuca – Aspectos Gerais	44
11.3	Porto Velho – Aspectos Gerais	46
11.4	O aspecto demográfico.....	48
11.4.1	Evolução na população de Altamira (PA).....	49
11.4.2	Evolução na população de Ipojuca (PE)	50
11.4.3	Evolução na população de Porto Velho (RO)	51
11.5	PIB nominal	53
11.6	PIB Per Capita.....	54
11.6.1	PIB Per Capita – Altamira (PA)	54
11.6.2	PIB per capita – Ipojuca (PE)	56
11.6.3	PIB per capita – Porto Velho (RO).....	56
12.	Empresas Responsáveis pelas Obras	57
12.1	Norte Energia S.A.	58
12.2	Petrobrás S.A.....	58
12.3	Santo Antonio Energia S.A.....	59
12.4	Endividamento Geral das Empresas	60
13.	Movimentos futuros - Eletrobrás.....	63
14.	Considerações finais.....	64
	Referências	67

Apêndices	74
Analítico do Gráfico 2: Relação Dívida / PIB.....	74
Analítico do Gráfico 11: Endividamento Geral – 1995 a 2001.....	75
Analítico do Gráfico 11: Endividamento Geral – 2003 a 2010.....	75
Analítico do Gráfico 11: Endividamento Geral – 2011 a 2018.....	76
Analítico da evolução populacional	77
Todas as obras de destaque do setor energético	79
Anexos	84
Dívida Pública (Bruta e Líquida) do Governo Federal – 2017 e 2018	84
Nota explicativa da Norte Energia S.A. sobre os efeitos da operação Lava Jato em suas publicações	85
Balanços Patrimoniais – Nota do autor	86
Balanços patrimoniais: Norte Energia S.A.	86
Balanços patrimoniais: Eletrobrás S.A.....	95
Balanços patrimoniais: Petrobrás S.A.....	101
Balanços patrimoniais: Santo Antônio Energia S.A.	105

1. Introdução e objetivos

Pensar a reprodução social capitalista a partir do último quartel dos anos 1970 é pensar o capitalismo da grande indústria após a terceira revolução industrial, em que se manifesta enorme desenvolvimento das forças produtivas, aumentando a composição orgânica do capital (redução de capital variável frente ao capital constante). Cabe ressaltar que este aumento não quer dizer, necessariamente, redução absoluta do capital variável (onde pode haver também), mas, sim, a redução relativa, mesmo que haja incremento em valores absolutos. Tal composição resulta no fim da exploração da mais valia, no que se refere à acumulação, que será substituída pela financeirização da economia com renda sobre juros, em substituição ao lucro, em uma economia global baseada na dívida que, sem lastro, passa a ser a moeda. Na grande indústria, a capacidade de se explorar o capital é substancialmente maior que a exploração das forças produtivas.

Diante disso, a análise que se sucederá diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançada nos governos do PT¹ sob a hipótese de que este programa se deu como expressão do capital fictício, dentro do modelo econômico mundial vigente, como um efeito dela e não como um momento apartado, ainda que possa ser visto como política desenvolvimentista (ou, ainda, neodesenvolvimentista, embora o termo não seja consenso), com controle e direcionamento conduzidos pelo Estado. Cabe ressaltar aqui que este é um recorte específico. É prudente salientar, como veremos adiante, que o modelo econômico mundial que o programa se constitui já existia antes dele e continua após o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O PAC foi uma política econômica implementada em 2007, no segundo governo Lula (2007-2010) e, posteriormente, substituída pelo PAC 2 nos governos de Dilma Rousseff (2011 – 2016). Para este trabalho, o recorte se dará nos períodos dos presidentes supracitados: segundo governo Lula, de 2007 a 2010 e primeiro governo Dilma, entre 2011 e 2014.

De forma geral, o programa visou o crescimento econômico via obras de infraestrutura segmentadas da seguinte forma no quadriênio 2007-2010, segundo o relatório oficial do governo federal²:

¹ Partido dos Trabalhadores

² Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>> acesso em 11/04/2019

- **Logística:** rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos;
- **Energética:** geração de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, refino, petroquímica e HBIO;
- **Social e Urbana:** Luz para Todos, metrôs, recursos hídricos, habitação e saneamento.

Até o dia 31/10/2010 foram investidos R\$ 559,6 Bilhões, segundo o relatório oficial. Já no PAC 2, o investimento foi de R\$ 1,009 Trilhão até o dia 31/10/2014 (2011 a 2014), nos seguintes eixos:

- **Transportes:** rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais;
- **Energia:** geração de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, refino e petroquímica, fertilizantes e gás natural, revitalização da indústria naval e combustíveis renováveis;
- **Cidade Melhor:** saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana, pavimentação, cidades históricas e cidades digitais;
- **Comunidade Cidadã:** UBS – Unidade Básica de Saúde, UPA – Unidade de Pronto Atendimento, creches e pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, centros de arte e esportes unificados e centro de iniciação ao esporte;
- **Minha Casa, Minha Vida:** Minha Casa, Minha Vida, urbanização de assentamentos precários e financiamento habitacional – SBPE;
- **Água e Luz para Todos:** Luz para todos, água em áreas urbanas e recursos hídricos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as obras do PAC, no setor elétrico, enquanto expressão do capital fictício no Brasil a partir das escalas nacional e local.

Para tanto, temos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a dívida nacional no período (externa e interna).
- Estudo dos locais de onde se deram as obras;
 - Situar o tempo e o espaço
 - Localização de investimentos;

- Levantamento e análise do endividamento das empresas/consórcios responsáveis.

As análises partirão do eixo energético, por uma questão de, além da maior disponibilidade de informações, o setor se coloca como dos mais estratégicos para as políticas de desenvolvimento do país. Este ponto está melhor detalhado no capítulo 7.

A proposta deste trabalho possui a seguinte sequência. Podemos dividi-lo em três partes. Na primeira parte (capítulos 2 a 5) passamos, brevemente, pelo valor, na ótica marxiana e pela queda tendencial da taxa de lucro (capítulos 2 e 3) para chegarmos, finalmente, ao capital fictício (capítulo 4). Sua definição, datação e tamanho em relação ao capital dito produtivo. Para isso, nos apoaremos, principalmente, em Leda Paulani. A seguir traremos os pilares que, segundo Robert Kurz, o capitalismo moderno se apoia. Finalmente, no capítulo 5, trabalharemos com a passagem da mercadoria dinheiro para a reprodução fictícia. Para isso nos apoiamos, majoritariamente, em Fábio Pitta.

A segunda parte compreende o conjunto dos processos metodológicos para a realização da pesquisa. A apresentação da metodologia de pesquisa (capítulo 6), as principais obras do setor elétrico, bem como os critérios de escolha daquelas que vem a ser o objeto de pesquisa (capítulos 7 e 8) e a questão da escala (capítulo 9), dado que estamos falando de um fenômeno que ocorre nas escalas global e local, ainda que se manifestem de formas diferentes, mas complementando-as.

A terceira parte, capítulos 10 a 12, corresponde ao objeto em si, que é a análise da reprodução fictícia do capital nas obras do PAC – setor elétrico. Partimos da escala macro para a escala micro. Na escala nacional, temos o fenômeno da evolução da dívida pública desde a implementação do plano real, com destaque para o período que compreende o PAC. Na escala local, a análise se dará em três pilares

- 1) A evolução demográfica das regiões que abrigam essas obras;
- 2) A evolução do O PIB – nominal e per capita – das respectivas cidades na última década;
- 3) As informações financeiras das empresas responsáveis pelos empreendimentos selecionados neste trabalho, assim como a evolução do endividamento delas.

Dessa forma, finalmente chegamos a um movimento de síntese (capítulos 13 e 14) onde buscamos sistematizar as informações coletadas e analisadas para uma tentativa de

resposta às questões aqui colocadas. Cabe ressaltar que este é um trabalho inacabado, por duas razões: a primeira – mais óbvia – a amplitude do tema; a segunda é o momento histórico, uma vez que as análises se dão em eventos ainda correntes. Inevitavelmente, novos estudos nessa linha devem ocorrer, tanto para comprovar ou para corrigir hipóteses e constatações postas aqui.

2. Uma breve passagem sobre o valor

Para dar início, temos de ter a clareza, antes de qualquer análise, do conceito de valor, que, segundo Marx, sua essência está no trabalho abstrato, que é o dispêndio de energia gasto na produção de determinado bem. Quanto à forma valor, a aparência, para Marx (2013), temos as seguintes, a saber:

I - *A forma de valor simples*: Esta forma de valor é contida em relação de valor com uma mercadoria diferente ou na relação de troca com ela. Seu valor de troca é expresso, de forma quantitativa, por meio da permutabilidade de certa quantidade de mercadoria B para certa quantidade de mercadoria A (ex: 10 braças de linho para 1 casaco);

II - *A forma de valor total ou desdobrada*: Diferente da forma simples, esta pressupõe inúmeros outros elementos. No exemplo do linho, demais mercadorias passam a ser seu espelho. Ou seja, em uma fórmula mais geral:

$Qtd\ mercadoria\ A = Qtd\ mercadoria\ B$; $Qtd\ mercadoria\ A = Qtd\ mercadoria\ C$,
ETC.

Marx aponta insuficiências nesta forma de valor por duas razões:

- a) A expressão de valor relativa é incompleta, pois sua série de representações jamais se torna concluída;
- b) Inevitavelmente, ela forma um mosaico de expressões de valor, desconexas entre si e substancialmente variadas. Por fim, caso o valor de uma mercadoria for expresso em sua forma desdobrada, a forma valor relativa de cada mercadoria se tornará uma série infinita de expressões de valor;

III - *A forma de valor universal*: Neste modo, as mercadorias expressam seus valores de modo simples e unitário. Expressa os valores das mercadorias em um único tipo de mercadoria, como demonstrado no seguinte exemplo:

Figura 1: A forma de valor universal

1 casaco =	}	20 braças de linho
10 libras de chá =		
40 libras de café =		
1 quarter de trigo =		
2 onças de ouro =		
1/2 tonelada de ferro =		
x mercadoria A =		
etc. mercadoria =		

Fonte: MARX, O Capital, cap I (adaptado pelo autor)

Desta forma, o valor de cada mercadoria é distinto não apenas de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso. Esta forma é a primeira que relaciona, de forma efetiva, as mercadorias entre si como valores, deixando aparecer umas para as outras como valores de troca.

Quanto a essa forma, Marx pondera:

A forma de valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras massas amorfas de trabalho humano, mostra, por meio de sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, ela que se revela que, nesse mundo, o caráter humano e universal do trabalho constitui seu caráter especificamente social. (MARX, volume I, cap. I, 2013, p. 143)

IV - A forma-dinheiro: A forma universal pode expressar-se em qualquer mercadoria. A isso se deve à sua exclusão de todas as mercadorias equivalentes. No entanto, “[...] é somente no momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um tipo específico de mercadoria que a forma de valor relativa unitária do mundo das mercadorias ganha solidez objetiva e validade social universal” (MARX, 2013, p.144).

Deste modo, temos o exemplo a seguir:

Figura 2: A forma-dinheiro.

1 casaco =	}	2 onças de ouro
10 libras de chá =		
40 libras de café =		
1 quarter de trigo =		
2 onças de ouro =		
1/2 tonelada de ferro =		
x mercadoria A =		
etc. mercadoria =		

Fonte: MARX, O Capital, cap I (adaptado pelo autor)

O conceito de valor, bem como sua contradição entre essência e aparência, é fundamental para entendermos a evolução do capital para seu modelo atual e suas implicações no programa econômico que é objeto deste trabalho.

Na modernidade, o crédito, Segundo Tooke, citado por Marx no Volume V da obra “O Capital – Livro III”, “é a confiança, com ou sem base, que leva alguém a entregar a outrem certo montante de capital, em dinheiro ou em mercadorias com valor monetariamente fixado, montante que deve sempre ser pago após o decurso de determinado prazo” (MARX, p.462). Daí temos a origem do juro, que por sua vez, é a gênese do capital fictício, que se desdobra da categoria de capital portador de juros (KPJ).

A corrida por maiores rendimentos incentivou, no processo histórico, a criação de papéis que representam o direito sobre rendimentos futuros. A isso se atribui o capital fictício, onde sua valorização é autônoma em relação ao processo produtivo. O mercado de ações, característico de uma economia financeirizada, é uma expressão do processo sistematizado por Marx.

3. Queda Tendencial da taxa de lucro

A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. [...] Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente. (MARX, 1985-1986, p. 164).

A produção capitalista engendra uma infinidade de contradições, não sem motivos as suas categorias só se o fazem na medida em que a identidade das mesmas se realiza por relações antagônicas. Ser uma categoria do capital deve necessariamente identificar-se por uma contradição definida por uma relação de necessidade. Nesta medida, valor de uso e valor de troca são a contradição identitária da mercadoria: valor é a relação necessária à desvalorização, lucro identifica-se pela contradição entre taxa de mais valia e massa de mais valia, trabalho é tão somente a forma antitética e identitária de não trabalho, postos pela relação contraditória entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, dentre outras. A lógica fundante destas categorias que faz destas uma identidade na diferença é a mais que conhecida contradição entre capital e trabalho (ALFREDO, 2010, p. 43).

Conforme Anselmo Alfredo³ aponta, o capitalismo da Grande Indústria é um momento onde há “uma intensificação da contradição capital trabalho” (p.43). O efeito deste processo é o advento do trabalhador como um vigia do processo produtivo. Sendo assim, temos o aumento da composição orgânica do capital (substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto), ou seja, “tão mais produtivo é o capital, quanto menos capaz é de produzir valor. Se o seu sentido, isto é, estar em seu conceito, é desenvolver as forças produtivas, a improdutividade é a forma de ser de sua condição produtiva” (p. 44).

Deste modo, a redução da massa de mais valia não mais é assegurada pela expansão de sua taxa. De acordo com Alfredo, dois processos resultam deste fenômeno: o primeiro é a de que a redução da massa de mais valia leva à expansão de investimentos em capitais [“de modo que se promova a formação da classe trabalhadora na mesma medida que o desenvolvimento das forças produtivas a dispensa” (p.44)]. O segundo processo é que, em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas, para cada dobro de expansão (o que representa a redução pela metade do da classe trabalhadora no processo de produção) há a necessidade de quadruplicar os investimentos para que a massa de mais valia seja reposta.

Diante disso, temos que o desenvolvimento do capitalismo na forma da Grande Indústria, ao dispensar trabalho, e que o capital é a reprodução ampliada de si mesmo, o tempo disponível na forma de capital ocioso⁴ é investido, necessariamente, em trabalho futuro. (p.45). Cabe ressaltar que o capital ocioso gera depreciação. Deste modo, é comum, nestas condições, a ocorrência de investimentos relacionados a grandes empreendimentos de infraestrutura (e que também são geradores de juros de longo prazo), como, por exemplo, obras que encontramos no PAC.

A queda tendencial da taxa de lucro desloca o dinheiro de modo que “[...toda expressão monetária de valor se coloque como uma ficção de valor, na medida em que põe o crédito, isto é, promessa de trabalho, numa sociedade cujo tempo de trabalho é o tempo zero de trabalho, isto é, sua plena improdutividade.]” (p. 46). Daí temos a origem do capital fictício, em que o crédito, embora não o seja, não há como estar ausente deste processo, dado que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o crédito aja como um substituto da produção, “redobrando-se o endividamento e a massa de capital financeiro

³ Professor do departamento de Geografia da USP

Professor do departamento de geografia da Universidade de São Paulo

⁴ Conforme Anselmo Alfredo, a condição ociosa do capital se dá pela carência de tempo de produção de mais valia em relação à capacidade de investimentos do próprio capital (tempo disponível).

como a determinação contraditória da própria produção de valor. Isto implica em que a circular o dinheiro torna-se menos desvantajoso do que torná-lo produtivo” (p. 47), uma vez que a demanda por crédito faz com que os juros sejam mais rentáveis em comparação à própria taxa de lucro. Como principal exemplo desta reprodução do capital temos o mercado de capitais, onde sua valorização decorre, não da relação entre capital e trabalho, mas na oferta e dívidas, ações e diversos instrumentos financeiros. Nesta fase, “A produção de valor atinge o seu grau mais desenvolvido, isto é, a sua forma mais crítica em que a valorização do valor é meramente fictícia...]” (p.47).

4. Capital fictício, Financeirização da Economia e Crise

“[...crise é algo inerente ao capitalismo, fruto do desenvolvimento de oposições e conflitos de interesse que caracterizam esse sistema, e em particular, provém da luta de classes, forjada em lucro que se faz pela exploração da classe trabalhadora pela capitalista e da maximização dele sob a pressão da concorrência, própria um conflito de interesses dentro da classe capitalista. Importa aqui, em particular, explorar a inerência da crise financeira, sua relação com a lógica própria do modo de produção capitalista a partir do crédito e do capital fictício. Ela é a forma particular de crise que pode ser produzida por si mesma como um fenômeno independente de tal forma a reagir somente indiretamente na indústria e no comércio. O pivô dessas crises deve ser encontrado no capital monetário e sua esfera de ação direta é então a esfera deste capital, bancos, bolsa de valores e finanças.” (MARX apud. MOLLO, 2011, p.150)

Capital fictício, financeirização e endividamento são diretamente relacionados. É essa relação que norteará as análises deste trabalho. O conceito de capital fictício aparece pela primeira vez (ao menos na literatura especializada) em Marx conforme apontado anteriormente. A partir da financeirização mundial, o tema, desdobrado das ideias de Marx, vem ganhando destaque, sobretudo nos espaços acadêmicos. Para Maria de Lourdes Rollemburg Mollo⁵, “o capital é dito fictício porque perde relação com a produção real em que o valor é gerado e ampliado de forma a reproduzi-lo como valor que se valoriza” (2011, p. 451). Nesta linha, conforme nos aponta Teixeira e Ferreira, “é o capital que ulteriormente surge pela autonomia entre produção e circulação, e que oferece uma sustentação artificial dos lucros desassociada do uso de mão de obra” (2015, p. 193). No Brasil, conforme os autores apontam, são exemplos de capital fictício no Brasil à luz da crise mundial de 2008: a elevação das taxas de juros, com o objetivo de atração de investidores estrangeiros, a não amortização da dívida pública, onde somente

⁵ Professora e pesquisadora do departamento de economia da UNB

os juros são pagos) e os repasses de crédito do BNDES a empresas de grande porte. É sobre este último tema que o trabalho se debruça, ainda que indiretamente.

Leda Paulani⁶, em artigo⁷ publicado em 2009, define o capital fictício, a partir de Marx, como sendo:

tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas funciona como tal. Trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso de ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais valia; em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício. Alguns elementos, porém, permitem que essa riqueza fictícia vire valorização fictícia e liberte a valorização dessa riqueza das restrições e limitações impostas pela acumulação primitiva. (2009, p. 28)

A seguir, Paulani nos traz um dado interessante sobre a evolução da acumulação financeira frente ao PIB Mundial, onde o PIB mundial cresce 4,1 vezes entre 1980-2006 enquanto a riqueza de natureza financeira⁸, no mesmo período, aumenta 13,9 vezes, conforme consta no quadro I da autora:

Quadro 1 – Riqueza fictícia e renda real

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros* (US\$ trilhões)	PNB mundial (US\$ trilhões)	Relação estoque ativos financeiros/ PNB
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

Fontes: McKinseys Global Institute (Ativos) e FMI (PNB); elaboração própria.

* Inclui ações e debêntures, títulos de dívida privados e públicos e aplicações bancárias; não inclui derivativos.

** Estimativa. (Fonte: PAULANI, 2009)

*** Projeções.

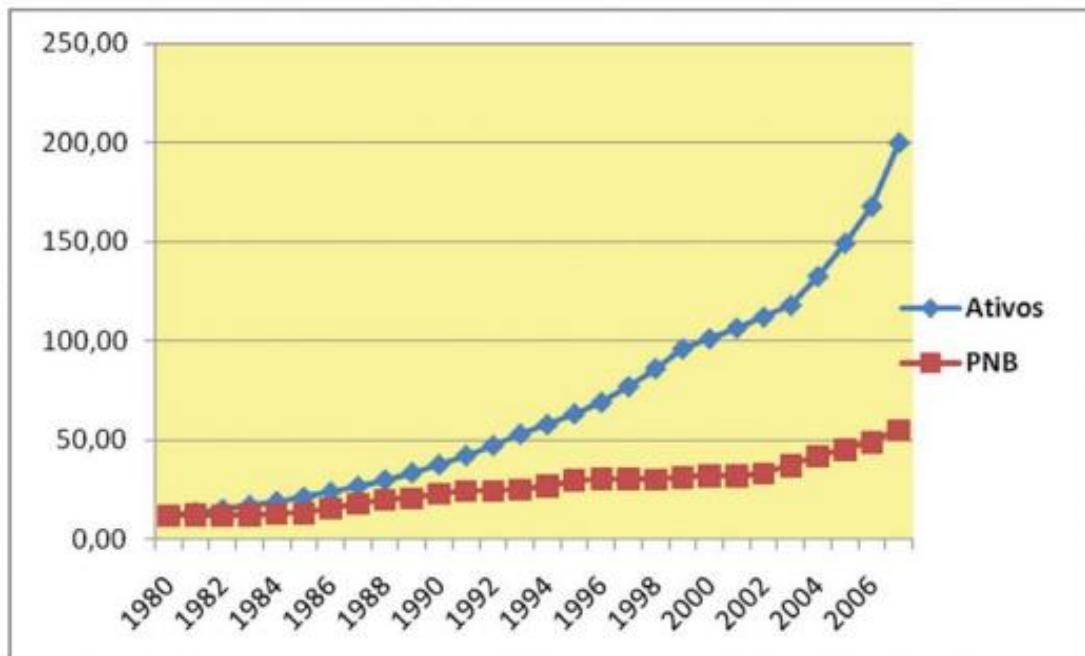
⁶ Professora titular do departamento de Economia da FEA/USP e da pós-graduação em Economia do IPE / USP.

⁷ A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil

⁸ Conforme consta no artigo, não considerados os valores dos derivativos, uma vez que não há consenso sobre o montante que deveria ser integrado a uma estimativa como essa.

A visualização do fenômeno do crescimento da financeirização da economia, bem como a velocidade desta em relação ao crescimento da produção, é melhor na visão gráfica, também extraído do artigo da autora:

Gráfico 1- Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda real mundial (PNB) US\$ trilhões. (Fonte: PAULANI, 2009)



Fonte: McKinseys Global Institute (Ativos) e FMI (PNB); elaboração própria.

Obs.: Para a construção do gráfico, os valores do estoque mundial de ativos financeiros correspondentes aos anos para os quais há dados disponíveis foram estimados como crescendo a uma taxa constante.

(Fonte: PAULANI, 2009)

Para compreendermos este fenômeno, Paulani nos contextualiza historicamente no que tange o regime de acumulação em direção à valorização financeira, que tem sua gênese na década de 1960. De acordo com ela:

Depois de 20 anos de crescimento mundial vigoroso produzido pelas políticas de cunho keynesiano, com controle de demanda efetiva, Estado do Bem-Estar Social, reconstrução da Europa e da Ásia e industrialização da América Latina, a reversão cíclica tem lugar e o crescimento desacelera. Esse processo é mais intenso nos países europeus, em razão do término do processo de reconstrução do pós-guerra. As multinacionais americanas espalhadas na Europa optam por não reinvestir a totalidade de seus lucros na produção, pois as perspectivas de ganho já não eram tão boas, mas tampouco enviam o excedente não reinvestido aos Estados Unidos, por conta de uma legislação tributária, à época, considerada muito dura. Esses recursos (eurodólares) começam então a “empoçar” na city londrina, o espaço off shore, também conhecido como euromarket, criado no início dos anos 1950. (2009, p. 31)

Sendo assim, com essa nova dinâmica determinada pelo movimento dos capitais em meados do século XX, a busca incessante de valorização, não mais no circuito da produção, que se torna a base para a desregulamentação e abertura financeira dos mercados, nas figuras de Ronald Reagan⁹ e Margareth Thatcher¹⁰, como aponta Paulani.

Sobre a abertura e desregulamentação, no que diz respeito ao papel desempenhado pela economia dos países latino-americanos (bem como o Brasil), a autora aponta:

Os países latino-americanos, desejosos de dar continuidade a seus planos de crescimento, mas obstaculizados pelo choque do petróleo, constituíram, na década de 1970, a demanda por crédito que esses capitais buscavam. A mudança brusca da política monetária americana em 1979, com brutal elevação dos juros visando recuperar a então ameaçada hegemonia mundial da moeda americana, produziu a primeira crise do capitalismo financeirizado, iniciada com a quebra do México em 1982. Além disso, já na primeira metade dos anos 1980, quebras bancárias ocorrem nos Estados Unidos. A crescente fragilidade dos países devedores da América Latina direciona parte dessa riqueza, agora num ambiente muito mais desregulado, para as bolsas americanas, culminando no crash de Wall Street de 1987, seguido de uma crise imobiliária em 1990. Apesar de essas crises irem destruindo parte da riqueza financeira que as causou, o estoque mundial de ativos financeiros, como demonstram os dados anteriormente apresentados, não parou de crescer. (2009, p.31)

Percebemos, até aqui, que a mudança do regime de acumulação baseada na produção para o regime regido pela valorização financeira nasce, de forma geral, do desinteresse dos grandes agentes econômicos na continuidade dos investimentos na produção, uma vez que estes já não apresentavam retornos considerados interessantes, em função da desaceleração do crescimento econômico nos anos que se sucederam, de um lado, a reconstrução dos países afetados pela segunda guerra mundial (principalmente a Europa Ocidental, mas também a Ásia) e, de outro, a industrialização de países da América Latina, entre eles, o Brasil. A busca por valorização fora do circuito de produção determinou as políticas de abertura e desregulamentação ao longo da década de 1980. Somado a isso, os países da América Latina criaram a demanda, na forma de crédito, que estes capitais tanto desejavam.

Também podemos concluir, este regime tem, em sua essência, a formação de crises em função da bolha de ativos que gera. “Ele é por isso estruturalmente frágil” (PAULANI, 2009, p. 33). Nos últimos anos, especialmente a partir de meados da década

⁹ Presidente dos Estados Unidos, de 1981 a 1989.

¹⁰ Primeira – ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990.

de 1970, os esforços na (des) regulamentação dos mercados vem com o objetivo de apoiar este novo movimento dos capitais.

O Brasil, conforme a economista pontua, sempre foi personagem na história da economia financeirizada. De início, a economia brasileira compôs a demanda de créditos que dá origem à crise de dívidas dos anos 1980¹¹. Ao longo dos anos 1990, ao realizar as reformas estruturais¹², “posicionou-se assim como plataforma internacional de valorização financeira” (p.34), “fortalecendo os setores rentistas nacionais e impondo a lógica financeira ao processo doméstico de acumulação” (p.34).

Cabe aqui ressaltar que o cenário brasileiro é uma expressão do movimento global dos capitais, como já expresso anteriormente. Com relação à financeirização no âmbito mundial, Kurz¹³ argumenta que a crise do capital, desde os anos 1970, é marcada por um paradoxo de que a crise atual impacta apenas o trabalho, não o capital. E para isso, o filósofo resgata os índices de desemprego de meados dos anos 1990, segundo a Organização Internacional do Trabalho, contra o cenário que se apresentava na crise de 1929¹⁴. Sobre a crise apresentada, bem como a contradição da crise do trabalho *versus* a acumulação do capital, o autor diz:

Isto é um paradoxo porque os dois são polos de uma só relação. É tão impossível ao trabalho, o *abstractum* da modernidade, emancipar-se do capital e poder continuar sozinho a trabalhar para si, tal como era representada na religião de Estado do Leste Europeu ou também na visão fundamental do marxismo, quanto é impossível que o trabalho por si entre sozinho em crise e o capital continue acumulando (KURZ, 1995, p. 19)

Kurz nos traz a ideia de que a crise atual do capitalismo é apoiada em quatro movimentos, sintetizados assim: racionalização, globalização, terciarização e ficcionalização. Estes movimentos estão ora guiados, ora impulsionados pela microeletrônica. Veremos cada um a seguir.

- Racionalização

O que parece ser o cerne da crise é, no mais amplo sentido, a racionalização. Dela faz parte a automatização de processos de produção, redução de linhas organizacionais, portanto, aquela racionalização organizacional pela qual se

¹¹ Crise do México, cuja origem se dá em 1982.

¹² São alguns exemplos, como a autora relata: estabilização monetária, abertura financeira incondicional, reforma da previdência e mudanças na lei de falências (p.34).

¹³ Robert Kurz, autor de “Com todo Vapor ao Colapso”, de 1995

¹⁴ Para o autor, aquela crise não teve, como efeito, os níveis de desemprego que se observa na crise atual.

racionaliza e elimina tão fortemente a força de trabalho em todo o território; isto causa aumento de produtividade em tal medida que ultrapassa capacidade de absorção de trabalho vivo pelo capital em sua valorização, nos processos de produção empresariais (KURZ, 1995, p. 20)

O aumento da produtividade, via racionalização, é base argumentativa de diversos setores da sociedade para justificar expansão de mercados. Sendo assim, é um caminho para a superação da crise. Entretanto, como o autor aponta, este argumento é ilusório, pois não leva em conta a revolução microeletrônica (p.20)¹⁵, onde a lacuna ocupada pelo trabalhador humano passa a ser preenchida “com novos potenciais de automatização e comando (p.25). Adicionado a isso, o advento de computadores torna dispensável algumas etapas na produção e em rotinas administrativas.

- Globalização

Esta palavra-chave representa a globalização dos mercados e a produção de um capital mundial imediato. Esse desenvolvimento também é novo e baseia-se nas novas forças produtivas da micro-eletrônica. Tal desenvolvimento permite buscar os mercados do mundo inteiro através dos satélites, que revela os novos potenciais de comunicação e de comando. Por isso, este processo não pode ser encarado como as tradicionais relações exteriores de importação e exportação entre economias nacionais coerentes. Esses novos potenciais permitem perpassar ao processo capitalista as tradicionais economias nacionais; rompe-se a coerência da economia nacional tradicional. (KURZ, 1995, p. 26-27)

O fenômeno de aumento do comércio em relação à produção pode ser explicada aqui pela globalização onde o que se chama, no seu “lado puramente formal” (p.27) de importação e exportação é, na realidade, expressão da divisão internacional do trabalho, onde os capitais, via internacionalização, buscam seu destino “...para qualquer lugar do mundo onde existam mercados, créditos, força de trabalho, impostos ou qualquer coisa favorável à rentabilidade” (p.29). Este processo é crítico pois, sob uma roupagem de superação da divisão econômica entre países ricos e pobres (ou desenvolvidos e não desenvolvidos / subdesenvolvidos), há aqui um advento de “ilhas de produtividade em cidade, cada bairro, cada país, em breve, em cada região do mundo, que sempre ainda podem produzir para o mercado mundial – e ao lado a favelização” (p. 29-30).

- Terciarização

¹⁵ Kurz lastreia a defesa da racionalização, enquanto via de superação da crise, pela racionalização ocorrida entre a primeira guerra mundial e o início dos anos 1970, marcada pelo fordismo, onde, de fato, houve expansão de mercados, bem como absorção de massas pelo mercado de trabalho. Contudo, no período pós revolução microeletrônica, este pensamento não é mais válido enquanto mecanismo de superação.

Com este termo referimo-nos à esperança de que a crise estrutural só atinja o setor industrial e que a ocupação possa ser transferida para o setor terciário, que, então, também deveria ser suporte da acumulação de capital. Em relação às esperanças neste setor somente uma observação: não me parece oferecer nenhuma resposta ao problema, e isto devido ao caráter deste setor. Os serviços comerciais em parte não representam um setor autônomo da acumulação capitalista, mas são desde sempre, apesar da independência formal, capitalisticamente improdutivos e precisam ser alimentados pela mais-valia industrial. Marx demonstrou isso para o setor de comércio e dos bancos. (KURZ, 1995, p. 30)

Com 75,8%¹⁶ de participação, o setor de serviços é, de longe, o mais significativo na composição do PIB brasileiro em 2018. Kurz aponta o fenômeno da terciarização como uma esperança de que a crise, que atingiria inicialmente somente o setor industrial, desloca a ocupação para o setor de serviços. No exemplo citado aqui, a participação majoritária do setor de serviços no PIB não é um elemento exclusivo da economia brasileira.

Ainda de acordo com o autor, a terciarização é crítica pois o setor de serviços é improdutivo do ponto de vista capitalista. Kurz exemplificou isso com base na dinâmica dos serviços estatais, onde são “quase todos deficitários crônicos” (p.31). Ora, uma vez que o neoliberalismo, ao se apropriar destes serviços, precisam, necessariamente eliminar seus déficits, os setores de infraestrutura não podem mais cumprir com sua vocação, colapsando. Voltaremos a isso no capítulo 11.

- Ficcionalização

O que é capital fictício? Eu falei há pouco do problema da acumulação de capital, ou melhor: como o dinheiro pode se valorizar se ele não pode mais usar medida suficiente de força de trabalho vivo? Assim, se o trabalho está sendo cada vez mais racionalizado, de onde vem então o bom êxito aparente do processo capitalista? Aqui o conceito de capital fictício de Marx pode nos ajudar. Ele refere-se a dois setores. O primeiro é a especulação comercial, isto é, a ação paralela ao capital real, que se valoriza realmente nos processos de produção empresarial; e a seu lado, como pode ser constatado com clareza no capital acionário, um movimento próprio, por assim dizer, um aparente movimento de valorização meramente nominal de capital-dinheiro.

Isso parece mais complicado do que de fato é: se o movimento de cotações das ações rende muito mais do que a renda real dos processos de produção que estão por trás deste capital, este fenômeno torna os dividendos hoje algo secundário. Era de se esperar que investir dinheiro em um processo capitalista real, que tem êxito no mercado, proporcionasse um rendimento em forma de dividendos. Contudo, isto hoje é insignificante. Os dividendos não interessam mais: o que interessa é o movimento das cotações das ações na bolsa de valores, pois se o aumento do valor nominal de uma ação pode ser de 50 marcos

¹⁶ Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/setor-de-servicos-com-maior-peso-no-pib-puxa-avanco-da-economia,70002739128>> Acesso em 30/01/2020

para 800 ou 1.000 ou 2.000, isto é fantástico e incomparável com o rendimento dos dividendos. (KURZ, 1995, p. 32)

Com uma das definições das mais didáticas, Kurz também lança mão do conceito de capital fictício para discorrer sobre a crise atual do capitalismo. É didática pois os exemplos que ele dá nos são familiares, como a especulação comercial, expresso no movimento de valorização e desvalorização de ações (a clássica fórmula do “comprar na baixa, vender na alta”).

Outro exemplo familiar que o autor nos traz – e que faz parte do bloco da especulação comercial - é o da especulação imobiliária, tão presente nos espaços brasileiros, especialmente as metrópoles.

Este é um dos setores – a especulação comercial - que cria o capital fictício, na ótica de Kurz. O outro, que se desdobra neste trabalho, é o do endividamento¹⁷, onde “do ponto de vista da economia de mercado, capitalista, real a dívida pública na verdade é um paradoxo” (p.36), uma vez que a fonte de arrecadação de recursos seriam os impostos. O advento deste fenômeno é dado pela dimensão das obrigações estatais – segundo o autor, um processo que já se iniciara antes da primeira guerra mundial – que não podem mais ser cobertos apenas com o recolhimento de impostos. Uma vez que o processo do encilhamento gera inflações, por vezes descontroladas, a saída é entrar no sistema de crédito, cujo papel

“...é, do ponto de vista capitalista, concentrar no sistema bancário, dinheiro improdutivo, pequenas economias, cash, tudo o que momentaneamente não pode ser usado como capital produtivo, emprestando-o, devolvendo-o à produção, e pondo em movimento processos produtivos reais e empresariais, Nisto está o sentido do sistema de crédito no processo da modernização.” (KURZ, 1995, p.37)

O fenômeno do aumento do capital fictício descrito por Kurz segue a linha trazida por Paulani, onde, no quadro 3, a economista trouxe estimativas do tamanho da diferença entre as riquezas fictícia e real. Este processo, autônomo em relação à produção, é crítico por si só.

Na opinião do autor, os dois pilares que sustentam o capital fictício – especulação comercial e dívida pública – desaparecerão

¹⁷ Kurz trata da dívida pública dos países, mas aqui neste trabalho trataremos o endividamento em sua forma nacional (ver capítulos 8 e 9).

5. Da Mercadoria dinheiro à reprodução fictícia

Já conhecemos o capital fictício em seu conceito, datação e tamanho (ainda que a mensuração não ocorra de modo exato. Conhecemos também todas as nuances que envolvem o capitalismo moderno. Este tópico é dedicado à passagem da mercadoria da forma dinheiro para a reprodução fictícia. Para isso, nos deteremos mais às ideias de Fábio Pitta¹⁸, apoiados nas ideias de Luiz Gonzaga Belluzzo. Conforme o pesquisador aponta, o capital especulativo ocupa função central na lógica da acumulação capitalista após os anos 1970. De acordo com Pitta:

Se no momento anterior os bancos concentravam os montantes necessários para a continuidade da reprodução ampliada dos capitais, cobrando um custo do dinheiro para conceder tais montantes na forma de empréstimos a empresas demandantes, após a década de 1970, os desdobramentos da própria acumulação capitalista parecem colocar o capital financeiro em um lugar central para a realização desta, ao gerar rendimentos por meio de investimentos financeiros especulativos. Vale um destaque desde já, com o qual teremos de nos confrontar: para Belluzzo, os capitais produtores de mercadorias, que, no momento atual, só realizam seus lucros com a mediação do capital fictício (D-D'), não deixam, por isso, de ser “produtivos”. Para ele, o capital fictício não é apenas uma das formas assumidas pela circulação do dinheiro no capitalismo, como vimos Marx (1984c e 1985), mas é a própria forma de ser do “capital produtivo”, contemporaneamente (PITTA, 2016, p. 40)

Pitta nos aponta o fenômeno como um desdobramento do próprio capitalismo e se deu a partir do desmonte do chamado Estado de bem estar social, marcado no fim do lastro em dólar das reservas de ouro estadunidenses, anunciado em 1971 (p.40). Ou seja, o fim do sistema Bretton Woods. Com fim do lastreamento em dólar, há maior amplitude e, logo, riscos, no que diz respeito às taxas de juros e câmbio. Para que esse risco seja coberto, temos aqui a emergência dos chamados “derivativos” que, em linhas gerais, correspondem a instrumentos financeiros de especulação que, além da cobertura dos riscos – o *hedge* – permitem ganhos de capital consideravelmente elevados. Esta passagem, marcada pelo fim do Sistema Bretton Woods e a emergência dos instrumentos financeiros corresponde ao início da reprodução fictícia em escala mundial. Quanto aos derivativos, Pitta diz:

Os derivativos são, por meio de contrato financeiro, a negociação no presente de preço, índices e taxas a se realizarem no futuro. Ou seja, não necessariamente se negocia a compra e venda futura de certas mercadorias, mas muitas vezes apenas seus preços. Empresas exportadoras e importadoras passam a ter de negociar preços futuros para “garantir” que mínimas flutuações nos preços de suas commodities, assim como em certas taxas como câmbio e juros, não arruinem seus lucros. Vale a ressalva de que foi apenas a partir de

¹⁸ Doutor em Geografia Humana pela USP e professor colaborador de Geografia Econômica da Universidade Federal do Espírito Santo.

certas transformações na forma de acumulação capitalista, principalmente a partir da década de 1970, que tais taxas passaram a ser flutuantes e, assim, a impactar a acumulação (2016, p. 31)

Deste modo, a especulação via derivativos se torna um dos pilares da reprodução fictícia do capitalismo pós 1970. Junto à especulação, ocorre o efeito da alavancagem que corresponde a um conjunto de técnicas financeiras que tem por objetivo alcançar rendimentos via endividamento. Ou seja, a participação do capital de terceiros aumenta em relação ao capital próprio. Quanto ao grau de alavancagem, Pitta aponta:

Das análises visitadas é importante, para nós, retermos que o aprofundamento do mercado de capitais ampliou os graus de alavancagem das empresas e proporcionou a busca por acumulação fictícia de maneira generalizada, enquanto rendimentos financeiros, sem relação direta com sua produção de mercadorias. (FARGHI e BORGUI apud. PITTA, 2016, p. 37)

Ou seja, a evolução do sistema capitalista permitiu que a dívida passasse a ser uma nova moeda, fonte para geração de rendimentos. Mais adiante, no capítulo 13, a análise se deterá no endividamento das empresas responsáveis pelos empreendimentos selecionados para análise, aferindo o seu endividamento a partir da participação de capitais de terceiros dentro do total do ativo de cada empresa.

6. Metodologia da pesquisa

O PAC, como vimos anteriormente, está apoiado em três grandes eixos na primeira parte e em seis no PAC 2. O setor energético, além de aparecer nos dois, evidenciando sua importância dentro do programa, e levando em consideração que, de certo modo, é consenso que o setor elétrico brasileiro figura entre os mais estratégicos do país – muito por conta de que falar no setor energético é, de um lado, remeter às bacias hidrográficas e as jazidas de petróleo e, de outro, é lembrar que duas das três maiores¹⁹ estatais do Brasil estão no setor, Petrobrás e Eletrobrás. Por conta dessas razões, o setor elétrico brasileiro, nesta proposta, é o melhor recorte.

Para a análise proposta, o método utilizado será, majoritariamente, indutivo, a partir de análises de casos particulares para explicar a economia pautada do capital fictício

¹⁹ Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Brasil.

desde a escala nacional, passando pela escala local e, por fim, um desdobramento da escala local, que é a análise das empresas /consórcios das obras escolhidas.

Na escala nacional, trataremos três variáveis - Dívida Interna, Dívida Externa e PIB - bem como a construção de um indicador, já amplamente difundido, que é a relação dívida / PIB. Neste caso, como tratamos de um horizonte de tempo específico (de 2007 a 2015), é útil conhecermos os valores de forma evolutiva – e não apenas dentro do período destacado. A partir dos dados do BACEN, no que diz respeito às dívidas interna e externa, e a partir das informações do Banco Mundial para a série histórica do PIB, o comparativo será realizado para que seja visualizada a evolução da proporção das dívidas (interna e externa) no PIB brasileiro desde 1991 até 2018.

Na escala local, serão trabalhadas três variáveis também: a demografia, em sua evolução populacional total, bem como uma visão em dois momentos (antes e depois²⁰ do PAC), o PIB municipal, e o PIB per capita. A partir dos resultados dessas três variáveis, busca-se a resposta, mesmo que de forma mais geral, se o capital fictício pode gerar capital produtivo.

Por fim, o endividamento das empresas e consórcios responsáveis pelas obras escolhidas serão analisadas para demonstrar a evolução do capital fictício a partir das demonstrações financeiras publicadas por elas. Para isso, o indicador de endividamento geral será construído e analisado de forma comparativa e integrada, à luz de um movimento que abrange o dinamismo financeiro de todas as grandes empresas brasileiras desde, pelo menos, meados dos anos 1990.

7. Obras do PAC – Setor Energético

Serão analisadas três grandes empreendimentos dentro do programa energético, nos aspectos das fontes de investimento a partir das análises dos balanços publicados pelas empresas vencedoras dos processos de licitação. Dentro dos relatórios oficiais do Governo Federal, há:

²⁰ É importante marcar o período que compreende o PAC neste trabalho, do ponto de vista das análises, que é de 2007 a 2015. Nos comparativos de antes/depois, a tentativa é sempre buscar e construir os indicadores nos anos imediatamente anterior e posterior ao período, que é 2006 e 2016, respectivamente.

- Status das principais obras, a saber: Adequado; Atenção; Concluído; Em Operação e Preocupante;
- Investimento total (em R\$) nos ciclos de 2007 a 2010; 2010 a 2014 e pós 2014; • Descrição da obra;
- Empresa / Consórcio responsável;
- Localização das obras.

As obras elegíveis para análise seguiram os seguintes critérios: Tratamento de destaque pelo Governo Federal e Status de “Adequado”, “em operação” e “concluído”. Exclui-se, 6 portanto, os status de “atenção” e “preocupante” À época dos relatórios oficiais do Governo Federal. Dessa forma, chega-se a 95 obras elegíveis para análise, sendo apresentadas a seguir, as 20 mais relevantes, do ponto de vista do montante de dispêndio financeiro, somando um investimento total de R\$ 374 bilhões. Os balanços das empresas serão analisados, bem como a valorização / desvalorização dos papéis negociados bolsa de valores no período compreendido dessas obras.

Tabela 1: As vinte principais obras do PAC – setor energético

PAC	Tipo	Nome	Invest Total (R\$ Milhões)	Empresa	Status PAC (a época dos relatórios)
R\$ 396.069,50					
2	Refino, Bioquímica e Hbio	REFINARIA PREMIUM I	R\$ 37.460,00	Petrobras	Adequado
2	Refino, Bioquímica e Hbio	REFINARIA ABREU E LIMA	R\$ 37.400,00	Petrobras	Em operação
2	Revitalização da Indústria Naval	REVITALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL	R\$ 31.000,00	-	*
2	Geração	UHE BELO MONTE	R\$ 28.800,00	Norte Energia S.A (ELETRONORTE 19,98%; ELETROBRAS 15%; CHESF 15%; Petros 10%; Funcf 5%; Amazônia (Cemig e Light) 9,77%; Neoenergia 10%; Vale 9%; Sinobras 1%; Caixa FIP Cevix 5%; J. Malucelli Energia 0,25%)	Adequado
2	Refino, Bioquímica e Hbio	COMPERJ	R\$ 27.800,00	Petrobras	Adequado
1	Refino, Bioquímica e Hbio	REFINARIA ABREU E LIMA	R\$ 26.800,00	Petrobras 60% e PDVSA 40%	Adequado
1	Refino, Bioquímica e Hbio	COMPERJ	R\$ 19.300,00	Petrobras	Adequado
2	Geração	UHE SANTO ANTÔNIO	R\$ 19.200,00	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A (CEMIG 10%; FURNAS 39%; Construtora Andrade Guerrez S/A 12,4%; ODEBRECHT 18,6%; FIP 20%)	Em operação
1	Geração	UHE BELO MONTE	R\$ 19.000,00	Norte Energia S.A (ELETRONORTE 19,98%; CHESF 15%; Outros 16,02%; ELETROBRAS 15%; Bolzano 10%; Petros 10%; Gaia Energia e Participações 9%; Caixa FIP Cevix 5%)	Adequado
2	Geração	UHE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS	R\$ 18.180,20	ELETROBRAS; ELETRONORTE; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Electricité de France S.A (EDF); EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda.; Cemig Geração e Transmissão S.A.; Copel Geração e Transmissão S.A.; GDF Suez Energy Laqna America Parcipações Ltda.; Endesa do Brasil S.A.; Neoenergia Invesqmentos S.A.; e o Consórcio Tapajós	Adequado
1	Revitalização da Indústria Naval	Programa de Financiamento da Marinha Mercante	R\$ 17.000,00	*	Concluído
2	Geração	UHE JIRAU	R\$ 16.600,00	Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ELETROSUL 20%; SUEZ 50,1%; CHESF 20%; Camargo Corrêa Invesqmentos em Infraestrutura 9,9%)	Em operação
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMAS P-61 E P-63	R\$ 14.600,00	PETROBRAS 62,5% e CHEVRON 37,5%	Em operação
1	Geração	UHE SANTO ANTÔNIO	R\$ 14.300,00	Santo Antônio Energia S.A. (ODEBRECHT 18,6%, Construtora Andrade Gutierrez S.A. 12,4%, FURNAS 39%, CEMIG 10% e FIP 20%)	Adequado
2	Geração	UTN ANGRA III	R\$ 13.977,00	Eletrobras Termonuclear S.A.	Adequado
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-66 – CAMPO DE LULA	R\$ 12.500,00	PETROBRAS 65%, BG 25% e PETROGAL 10%	Adequado
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-58 – PARQUE DAS BALEIAS	R\$ 11.582,00	PETROBRAS	Em operação
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-55 – CAMPO RONCADOR	R\$ 10.993,00	PETROBRAS	Em operação
1	Geração	UTN ANGRA III	R\$ 9.977,30	Eletrobrás Termonuclear S.A.	Adequado
1	Geração	UHE JIRAU	R\$ 9.600,00	Consórcio Energia Sustentável do Brasil (SUEZ 50,1%, Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura 9,9%, ELETROSUL 20% e CHESF 20%)	Adequado

Fonte: Governo Federal: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais> – Acesso em 11/04/2019.
Elaborado pelo autor

8. A Escolha das obras

Seguindo os critérios explicitados no tópico anterior, as obras analisadas neste trabalho foram: UHE Belo Monte, localizada no município de Altamira (PA); Refinaria Abreu e Lima, localizada no município de Ipojuca (PE) e UHE Santo Antônio, localizada em Porto Velho (RO). Além da relevância do setor, pesou para a escolha destes empreendimentos a quantidade de informações disponíveis para que a análise seja realizada. Vale pontuar também a visibilidade que o programa ganhou, principalmente na figura da UHE Belo Monte, que vai muito além do capital fictício. Entretanto, as observações e análises quanto a esta e às demais obras aqui listadas não se restringirão ao tema, ainda que alguma menção que o circunde possa ser levantada.

9. A questão da Escala

Pode parecer preciosismo (talvez de fato seja mesmo), mas daqui em diante vamos tratar o trabalho sob diferentes escalas. Entretanto, dado a multiplicidade de significados que a palavra carrega, torna-se prudente a dedicação de um tópico a respeito.

Falar em escala traz múltiplos significados e aplicações. A escala Richter mede o grau de magnitude de um sismo; a escala Celsius mede a temperatura de um ambiente, assim como a Fahrenheit e a Kelvin; a escala de Glasgow mede o grau de consciência de um ser humano; no mundo do trabalho, escala pode significar a atribuição de horário de entrada e saída de funcionários, ou a segmentação das datas de férias; a economia de escala consiste em atribuir maior lucro na quantidade otimizada de produção, reduzindo os custos ao máximo. Escala, em resumo, pode ser definida como relação dimensional, limitados por alguma medida.

Na geografia, o conceito de escala não é novo. Concebê-la é essencial para a produção de conhecimento, em qualquer área: cartografia, urbana, geopolítica, agrária, geomorfologia, climatologia e demais áreas devem ser estudadas sob determinadas escalas. Inicialmente, concebemos essas noções na cartografia (escala numérica, escala gráfica). Como recurso matemático fundamental da cartografia a escala é, e sempre foi, uma fração que indica a relação entre as medidas do real e sua representação gráfica (CASTRO, 2000).

Isto posto, a escala que aparecer aqui é sempre a escala geográfica – que corresponde a área de abrangência. Para tanto, partiremos da maior para amenor dimensão. Ou seja, da escala de maior dimensão para a escala de menor dimensão, ainda que os processos não ocorram separadamente.

A escala maior é a nacional (poderia ser chamada de global. Entretanto, a opção pelo termo “nacional” se justifica pelos indicadores, totalmente brasileiros, mesmo que dentro de uma lógica em escala global). A escala menor é a local, representada nos municípios que as obras analisadas se deram. Por fim, as empresas, sob um ponto de vista puramente físico, representariam uma escala mais reduzida. Contudo, dado o que está no invólucro delas não as torna pertencente de uma escala definida. Ora elas estão no local, ora no nacional/global.

10. Escala Nacional - Dívida

Do ponto de vista do cálculo da acumulação, a socialização concorrencial se dá pela generalização do endividamento. Não que a dívida somente participe agora da forma social capital, mas que não se trata mais de disputar ou concorrer por cantões de mão de obra, e sim de sermos personificação, como forma jurídica, de acesso a montantes de dívida.

A concorrência se daria pelo direito ao endividamento como forma genérica da sociabilidade. A dívida, assim, é o capital da empresa, aquilo com o que renderá a sua própria renegociação como ganhos monetários, no que a Grécia é o exemplo contraditoriamente clássico da modernização, enquanto Estado nacional: uma Cuba na Europa.

Mas dito em sua generalidade: tem-se a dívida pública, a dívida da empresa e mesmo a dívida pessoal como forma de trabalho em sua crise constituída pela grande indústria. Kurz considerou isto de terceira revolução industrial pela micro eletrônica, cuja forma social capital seria a do “colapso da modernização” (ALFREDO, 2015, p.20)

Neste e no tópico 10.4 discutimos sobre a dívida, tanto nacional, quanto das empresas, bem como o seu tamanho e evolução na linha do tempo, enquanto forma genérica da sociabilidade, como nos aponta Anselmo Alfredo. Como tratamos aqui da escala nacional, começaremos pela dívida brasileira e seguimos com a dívida das empresas, já na escala local.

Para o estudo da evolução da dívida nacional, será realizado um cruzamento de informações entre as bases do BACEN (Dívida Interna e Dívida Externa), em uma linha do tempo que compreende desde o início do plano Real até o ano de 2018. A partir dessa captura de informações, haverá a correlação dessas informações com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no mesmo período, a partir de informações disponibilizadas pelo Banco Mundial. Finalmente, chega-se à relação Dívida / PIB que

atravessa o período do início das políticas privatistas no Brasil, os anos de estabilidade e crescimento econômico e os tempos de crise, expressos desde 2015.

10.1 A Dívida Brasileira

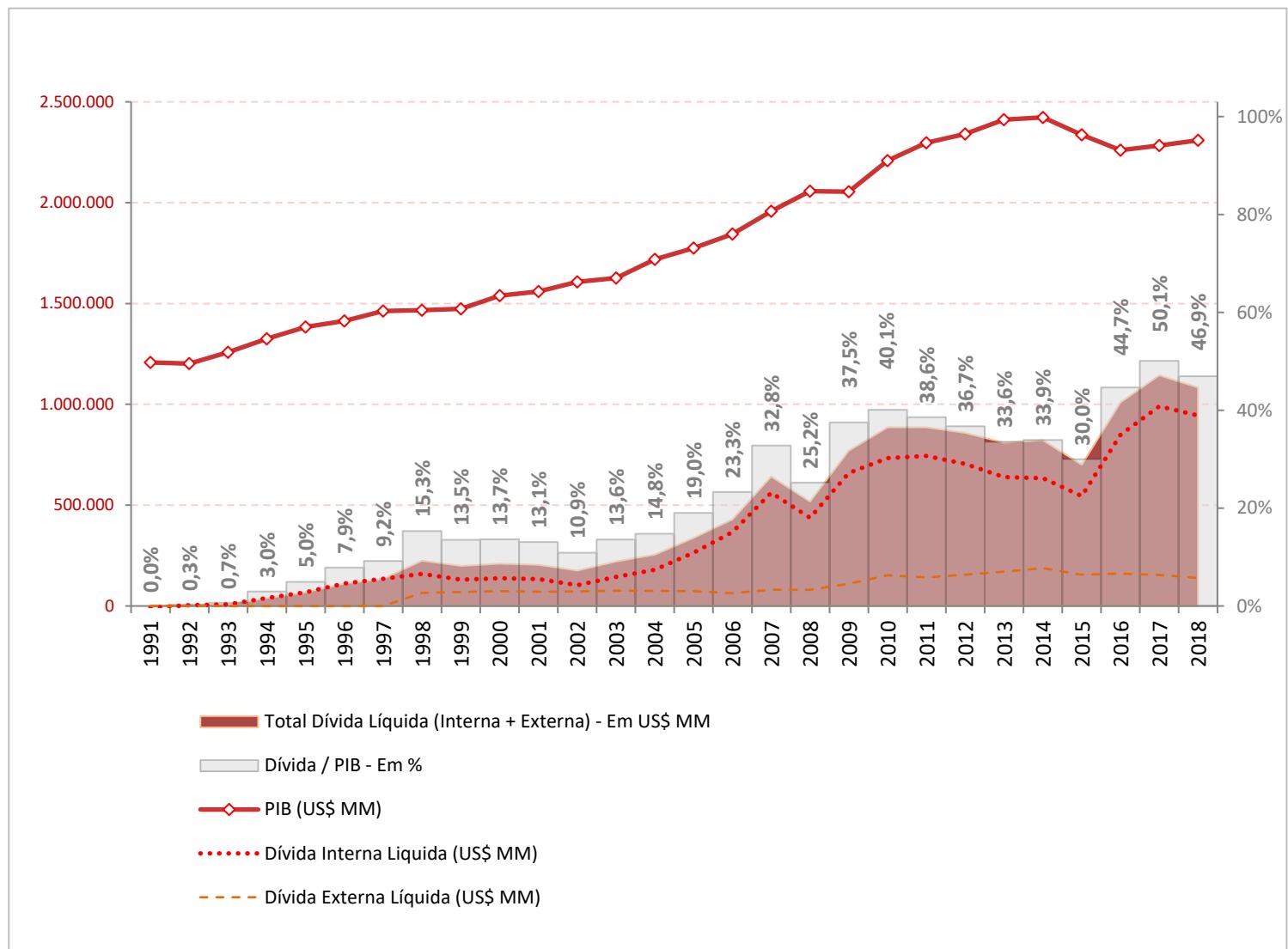
São duas as principais formas de um Estado financiar suas despesas: por meio de impostos ou por meio de dívidas. De uma maneira geral, o imposto é uma solução infinitamente melhor tanto em termos de justiça quanto de eficácia. Portanto, financiar a dívida é, acima de tudo, do interesse de quem tem os meios para emprestar ao Estado, e seria melhor para o Estado taxar os ricos em vez de pegar dinheiro emprestado deles. Existem, porém, várias razões boas e ruins, para os governos às vezes recorrerem aos empréstimos e à acumulação de dívidas ou herdarem dívidas significativas de governos anteriores. Neste início de século XXI, os países ricos parecem afundados em uma interminável crise da dívida (PIKETTY, 2013, p.526)

O presente tópico tem, por objetivo, compreender a evolução das dívidas interna e externa no Brasil. Para tanto, é preciso pontuar que se trata da dívida líquida do setor público (DLSP), onde são considerados os créditos do governo, títulos livres da carteira do BACEN, equalização cambial, dívida líquida do Banco Central e Dívida líquida das empresas estatais. Outro ponto que vale considerar é que os valores apresentados estão em U\$\$ (dólar estadunidense), uma vez que, para a série histórica (1991 – 2018), tivemos mudança na moeda, além de haver uma maior estabilidade nos valores em dólares, sendo assim, mais comparável em uma série histórica.

A seguir, um gráfico que correlaciona as dívidas (interna e externa, bem como o total) com o Produto Interno Bruto (PIB). Nota-se que há um crescimento constante da dívida (salvo nos anos de 2008 – crise internacional – e 2015, onde tivemos o início da crise política que culminaria no golpe em 2016) desde a segunda metade da década de 1990, onde tivemos um avanço das políticas neoliberais no Brasil. Isso mostra que, independente do governo, a política monetária pautada na dívida esteve presente, evidenciando um modelo econômico mundial, e não local.

Outro ponto que vale destacar é a relação dívida / PIB, que se manteve em patamares relativamente reduzidos entre 2010 e 2014 (em relação ao último triênio). Isso se deve, não à menor contração de dívidas, mas, sim, por conta dos patamares elevados do PIB. Como já relatado, os valores estão em dólares estadunidenses, então a variação cambial no período possui relevância.

Gráfico 2. Relação Dívida / PIB - Brasil



Fontes: Dívida líquida interna e externa: BACEN; PIB: Banco Mundial.

Valores em US\$ (milhões). Elaborado pelo autor

Adjunto à análise do comportamento da dívida nacional, espera-se, com os resultados obtidos a partir dos balanços das empresas responsáveis pelas principais obras destacadas anteriormente, uma correlação negativa entre o avanço da reprodução fictícia do capital e o aumento de postos de trabalho, uma vez que a revolução industrial em curso dispensa trabalho. Deste modo, novos estudos serão necessários, não apenas para melhor compreensão do funcionamento da economia mundial, mas para propor novas formas de produção e reprodução.

11. Escala Local. Cidades das obras do PAC analisadas

A seguir, uma breve visão geral dos municípios que compõem este estudo de forma mais específica. Altamira, com Belo Monte, é, talvez, o mais simbólico por tudo que representa (desde a síntese da ideia do novo desenvolvimentismo, os impactos ambientais e das populações locais, o aumento da violência e todo o tratamento dado pela mídia desde o segundo governo Dilma).

11.1 Altamira – Aspectos Gerais

Altamira teve origem na missões dos Jesuítas, na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund deu-se o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, onde foi fundada às margens do Igarapé dos Panelas, uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA)

Altamira está localizada no estado do Pará. Com uma área de quase 160 mil km², o município se posiciona como o mais extenso do Brasil²¹. Sua altitude média é de 109 metros. Próximo ao município se encontra a chamada “Volta Grande do Xingu”, onde a UHE está localizada (vide mapas 1 e 2)

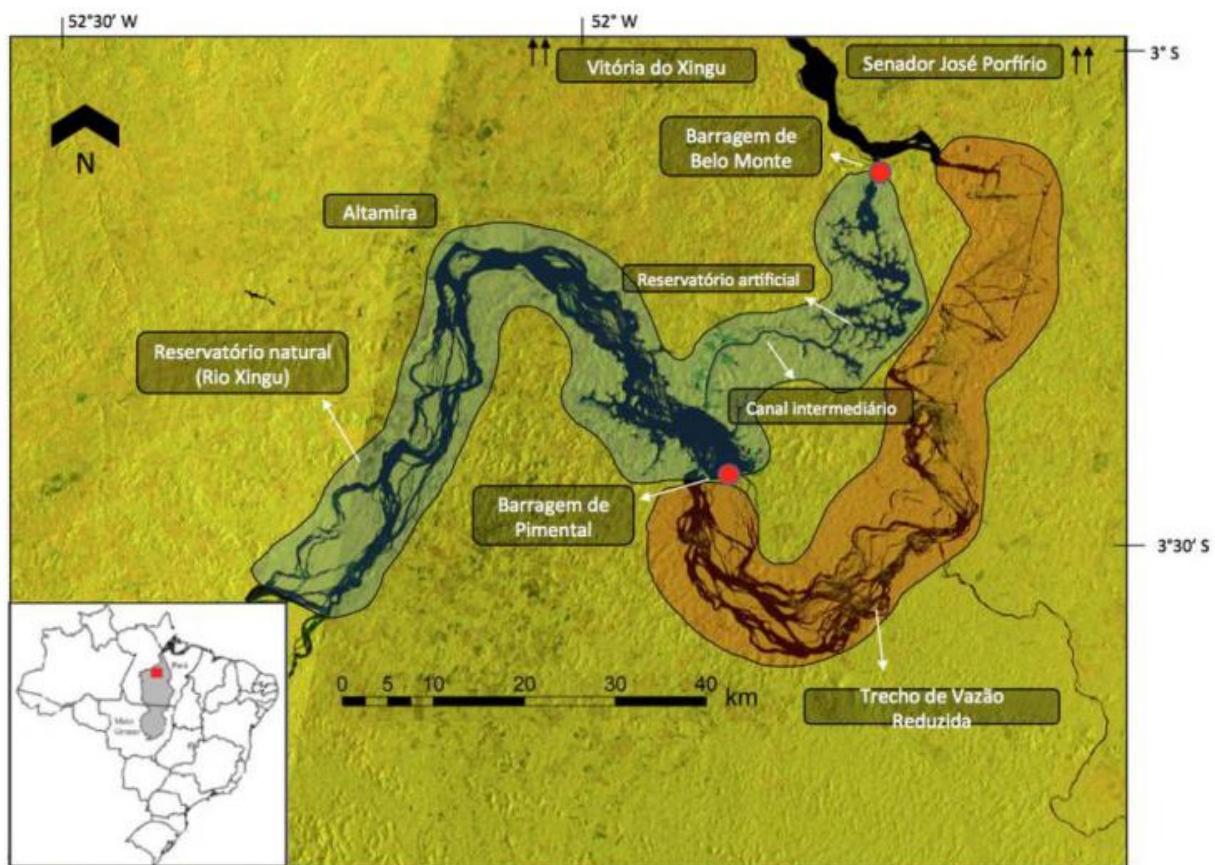
Mapa 1: A grande volta do Xingu



Fonte: Google Maps

²¹ Para um melhor efeito comparativo, a área de Altamira é superior aos seguintes estados, além do Distrito Federal: Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, Pernambuco, Amapá, Ceará e Acre.

Mapa 2 :Belo Monte



Fonte: amazonia.org.br

Figura 3: Barragem de Belo Monte



Fonte: amazonia.org.br

Mapa 3: Perímetro do município de Altamira



Fonte: Google Maps. Escala: 1:10.000.000

Além da usina, outro ponto que chama atenção e merece destaque diz respeito ao aumento da violência. Segundo o IPEA, que produz e divulga o Atlas da Violência, Altamira, que carregou a fama de cidade mais violenta do Brasil em 2018 (com dados de 2016), atualmente aparece em segundo, conforme o Atlas da violência do IPEA de 2019 (com dados de 2017). Vale ressaltar que o levantamento leva em consideração os municípios com mais de 100 mil habitantes. Entretanto, a região como um todo faz parte de uma região considerada violenta, de acordo com o órgão.

O Sudoeste Paraense possui o município de Altamira com o maior índice do estado (133,7), que forma com outros municípios vizinhos um cluster de territórios com alta prevalência de violência letal, onde as taxas estimadas de homicídios situaram-se sempre acima de 56 homicídios estimados por 100.000 habitantes. Tal dinâmica resultou em parte da desorganização social, no rastro da construção da Usina de Belo Monte. (IPEA, 2019, p. 25)

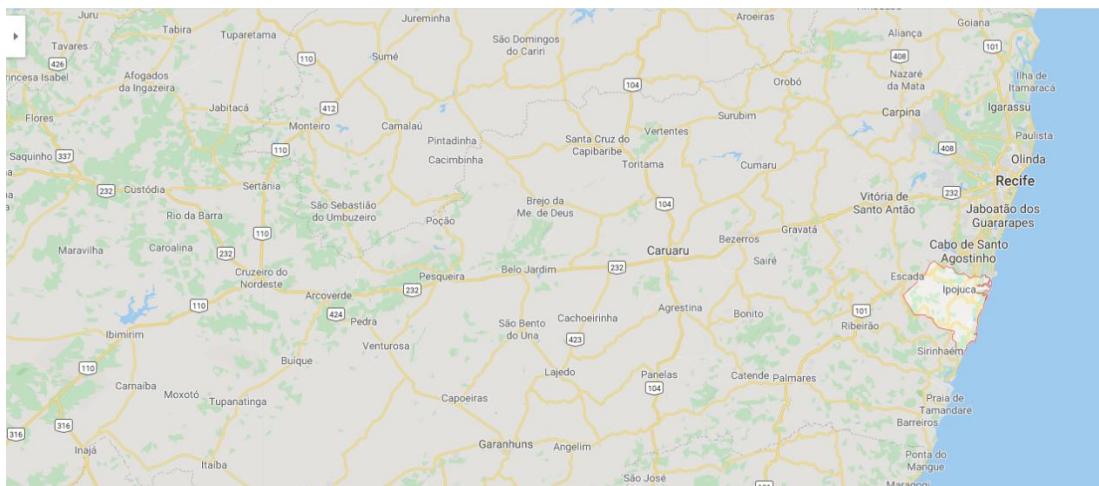
11.2 Ipojuca – Aspectos Gerais

De acordo com historiadores, o município do Ipojuca surgiu entre 1569 e 1571, quando o donatário de Pernambuco Duarte Coelho de Albuquerque desbravou as terras entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Sirinhaém, no Litoral Sul. A primeira citação sobre Ipojuca, oficialmente falando, foi em 1594, no Tribunal do Santo Ofício, em Olinda. Documentos informam que a Igreja Matriz da Freguesia de São Miguel estava localizada em "Pojuca" (Ipojuca), nome de origem tupi que significa "água parada". (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA)

Ipojuca é um município do Estado de Pernambuco. Pertence à região metropolitana do Recife e possui cerca de 94.700 habitantes. O turismo se destaca como importante atividade econômica (o município responde pelo terceiro maior Produto Interno Bruto do Estado). Podemos citar a praia de Porto de Galinhas, internacionalmente conhecida, como uma das marcas do turismo desta cidade. O município abriga, em seu porto²², a Refinaria Abreu e Lima.

²² Porto de Suape

Mapa 4: Perímetro do município de Ipojuca



Fonte: Google Maps.

Figura 4: Porto de Suape



Fonte: suape.pe.gov.br

Figura 5: Refinaria Abreu e Lima



Fonte: folhape.com.br

11.3 Porto Velho – Aspectos Gerais

Porto Velho é um município brasileiro e capital do estado de Rondônia. Situada na margem à leste do Rio Madeira, na Região Norte do Brasil. Foi fundada pela empresa americana Madeira Mamoré Railway Company em 4 de julho de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, comandada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar. Em 2 de outubro de 1914 foi legalmente criada como um município do Amazonas, transformando-se em capital do estado de Rondônia em 1943, quando criou-se o Território Federal do Guaporé.⁹ Com uma população de 494 013 habitantes (Estimativa IBGE 2013), é o município mais populoso do estado de Rondônia, o quarto mais populoso da Região Norte, atrás de Manaus, Belém e Ananindeua, e o mais populoso município da Região fora do eixo Amazonas-Pará. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO)

Conforme consta no portal da prefeitura do município, Porto Velho foi fundada em 2 de outubro de 1914, através da lei nº 757 pelo então governador de Amazonas, Jonathas de Freitas Pedrosa. Dessa forma, emancipa-se de Humaitá / AM. Vigésima primeira capital em número de habitantes, Porto Velho se destaca por ser a capital com a maior área do país. O município possui área maior que países como Bélgica e Israel e também é o município fronteiriço mais populoso. Seu principal rio é o Madeira, cuja bacia

abraça a UHE Jirau e a UHE Santo Antônio, um dos objetos mais específicos deste trabalho.

Mapa 5: Perímetro do município de Porto Velho



Fonte: Google Maps. Escala: 1:10.000.000

Figura 6: Cheia do Rio Madeira de 2019



Fonte: g1.globo.com

Figura 7: UHE Santo Antonio



Fonte: amazonia.org

11.4 O aspecto demográfico

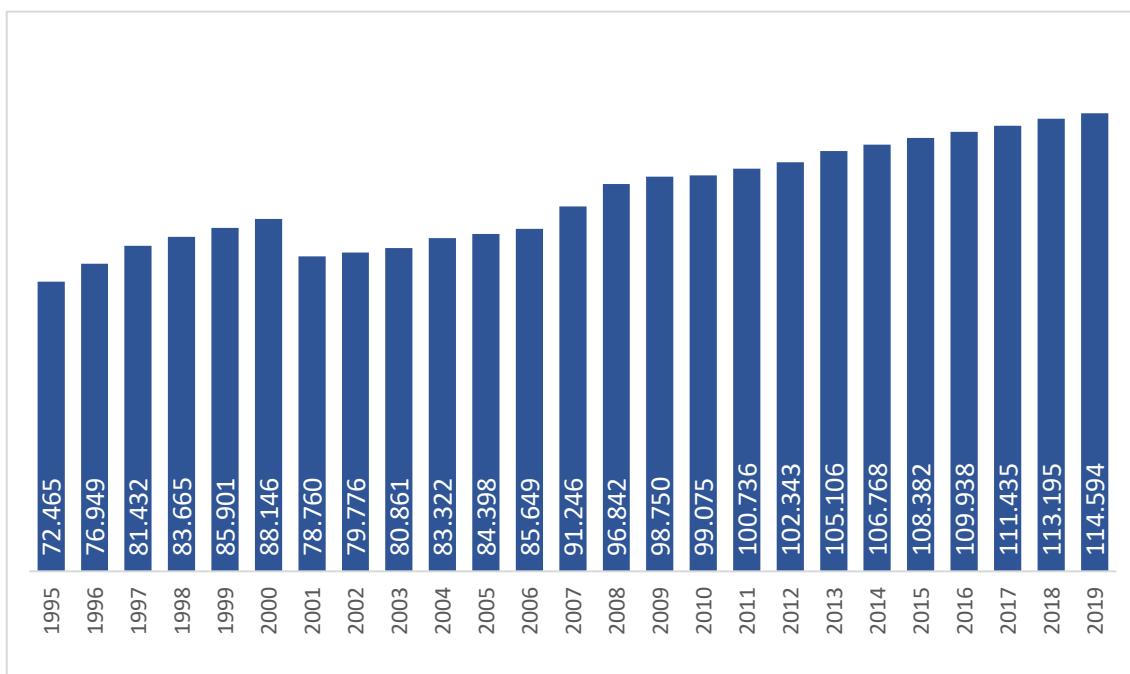
O presente capítulo visa colocar a evolução populacional, orientado sob a hipótese de que um dos aspectos mais evidentes do crescimento de uma região é o seu aumento populacional (sendo o contrário também verdadeiro). Portanto, a seguir serão apresentadas as evoluções populacionais dos municípios das três obras aqui trabalhadas e, para uma melhor noção comparativa, um quadro resumo que compara o município em que a obra se encontra, a capital do estado (salvo para o município de Porto Velho, que já é a capital de seu estado) e a própria unidade federativa. Todos os dados populacionais foram sistematizados a partir das projeções do IBGE²³ e colocadas aqui de forma padronizada. Destaco aqui que a população é total (urbana e rural).

²³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads> > Acesso em dez/2019

11.4.1 Evolução na população de Altamira (PA)

Figurando no rol de cidades com mais de cem mil habitantes desde 2011, a população de Altamira, em 2019, é estimada em 114.594 habitantes, segundo as projeções do IBGE. Ao longo da primeira metade do primeiro decênio século XXI, Altamira possui um crescimento populacional tímido, se comparado à mudança de patamar a partir de 2007. O gráfico a seguir nos mostra a evolução da população, em números absolutos, de 1995 a 2019:

Gráfico 3: População de Altamira



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor

A tabela seguinte sintetiza os momentos pré e pós PAC (2006 e 2016) de Altamira em relação à capital, Belém (PA) e ao estado do Pará. Aqui notamos que o município apresenta um crescimento populacional 1,7 vezes o estado do Pará e cerca de 25 vezes o crescimento da sua capital, Belém, no período:

Quando os dados não estavam disponíveis, nos casos de 1996 e 2007, foram utilizadas projeções para que a informação não apresentasse descontinuidade. Nos casos de 2000 e 2010, foram utilizadas as informações dos respectivos censos.

Tabela 2: População de Altamira – 2016 x 2006

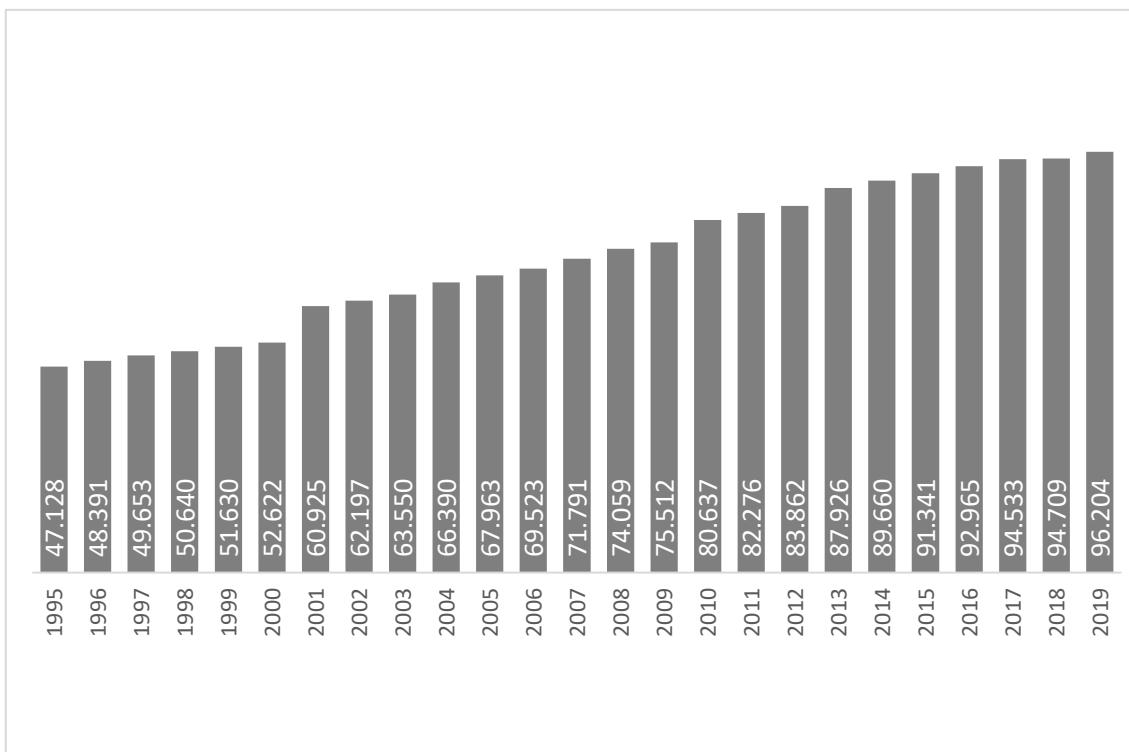
População absoluta	2006	2016	Var. 2016 x 2006 (%)
Altamira (PA)	85.649	109.938	28,4%
Belém (PA)	1.451.602	1.468.199	1,1%
Pará	7.110.465	8.272.724	16,3%

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor

11.4.2 Evolução na população de Ipojuca (PE)

Ipojuca sofreu um considerável aumento populacional na virada do século (quando cresceu 16% de 2000) e, de lá até 2019, vem apresentando um crescimento médio na ordem de 3% ao ano. Vale o destaque para o ano de 2010, em que houve aumento de 7% em relação ao período anterior.

Gráfico 4: População de Ipojuca



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor

Quanto aos momentos pré e pós PAC (a exemplo do tópico anterior), é válida também a relação de que o município obteve um crescimento, do ponto de vista populacional, consideravelmente superior ao do estado de Pernambuco (3,2 vezes) e da capital, Recife (4,6 vezes).

Tabela 3: População de Ipojuca – 2016 x 2006

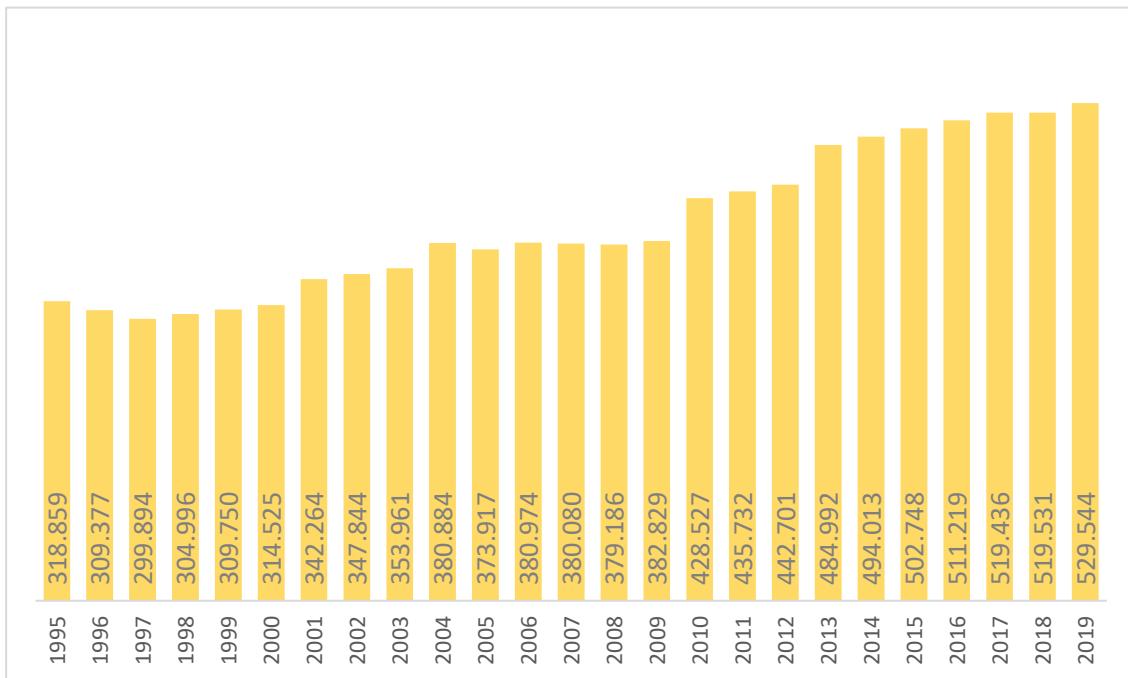
População absoluta	2006	2016	Var. 2016 x 2006 (%)
Ipojuca (PE)	69.523	92.965	33,7%
Recife (PE)	1.515.052	1.625.583	7,3%
Pernambuco	8.502.603	9.410.336	10,7%

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor

11.4.3 Evolução na população de Porto Velho (RO)

A evolução da população de Porto Velho (RO), no século XXI, possui três momentos de certa estabilidade e constância, mas cada momento separado por um aumento considerável e notório de sua população: 2004-2009, onde a população figura em torno dos 380 mil habitantes; 2010-2012, onde temos uma média de 435 mil habitantes (+14,7% de aumento em relação ao período anterior) e 2013-2019 onde, além de um crescimento constante, na ordem de 1,5% ao ano, temos uma média absoluta de 509 mil habitantes (+16,8% em relação ao período de 2010-2012).

Gráfico 5: População de Porto Velho



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor

Entre os momentos pré e pós PAC, notamos aqui um crescimento demográfico 2,4 vezes superior ao do estado de Rondônia. Embora evidente, cabe ressaltar que a comparação aqui é feita somente com o estado de Rondônia pois o município destacado aqui é também a capital da unidade federativa.

Tabela 4: População de Porto Velho – 2016 x 2006

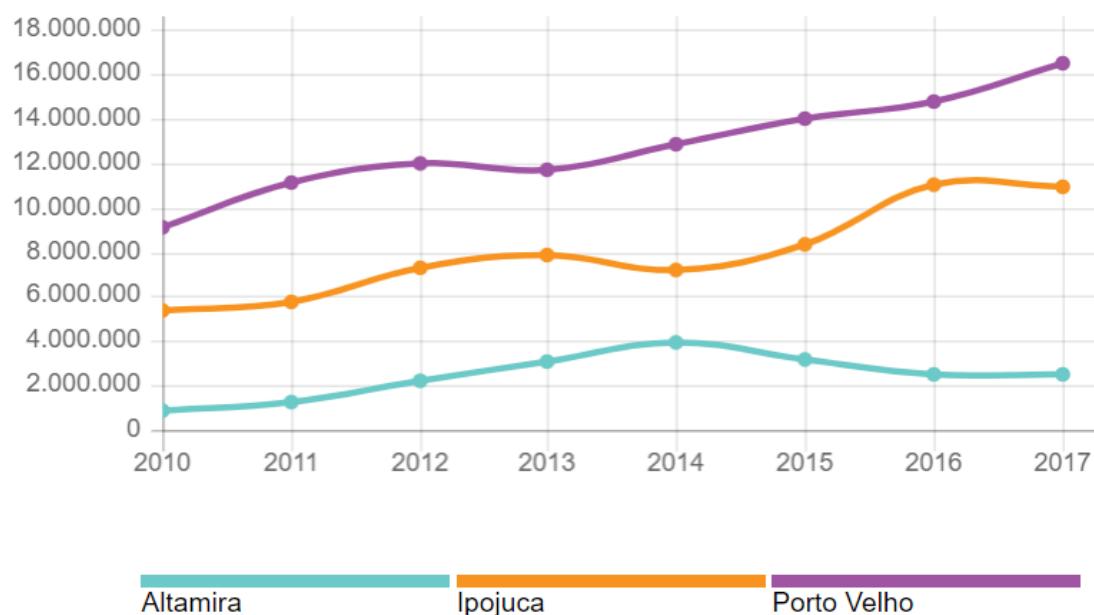
População absoluta	2006	2016	Var. 2016 x 2006 (%)
Porto Velho (RO)	380.974	511.219	34,2%
Rondônia	1.562.417	1.787.279	14,4%

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor

11.5 PIB nominal

O gráfico 6 a seguir mostra a evolução do PIB a preços correntes²⁴ (nominal) ao longo dos anos 2010. Podemos observar um aumento mais destacado em Altamira no ano de 2014, possivelmente impulsionado por um aumento de investimentos da Norte Energia S.A. Este aumento é refletido a partir de uma análise do aumento gradativo dos ativos da empresa (vide gráfico 8). A partir de 2015, notamos uma queda nos valores do PIB corrente. Esta queda pode ter relação com a operação Lava Jato, em que os alvos foram, principalmente, as empresas com relação ao Partido dos Trabalhadores e, logo, os projetos do PAC. Quanto a Porto Velho, o aumento do PIB nominal, inclusive pós 2015, pode ser atribuído, também, a eventos não diretamente relacionados ao PAC. Vale ressaltar que Porto Velho é a capital do estado de Rondônia, que, por sua vez, figura com crescimento do PIB crescente nos últimos anos, com aumento da atividade agropecuária. Entretanto, também é verdade que a construção das duas usinas (Santo Antônio e Jirau) influencia estes números. Ipojuca mantém uma constância no crescimento do PIB em dois momentos: de 2011 a 2013 e no biênio 2015-2016.

Gráfico 6: PIB nominal - R\$ x 1000



Fonte: IBGE Cidades

²⁴ Calculado a preços correntes. Considera os valores e preços do ano de produção / comercialização. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> > Acesso em 12/2019

11.6 PIB Per Capita

O PIB per capita (ou renda per capita) nada mais é do que o Produto Interno Bruto dividido pelo total de habitantes de determinada região. Ainda que não seja um indicador ideal que meça o desenvolvimento econômico de tal região – até porque estamos falando de regiões historicamente desiguais – ele responde, em algum grau, pela evolução na qualidade de vida da população. Junto com demais indicadores deste trabalho, a proposta é de se chegar a uma síntese que responda se houve desenvolvimento nessas regiões trabalhadas aqui.

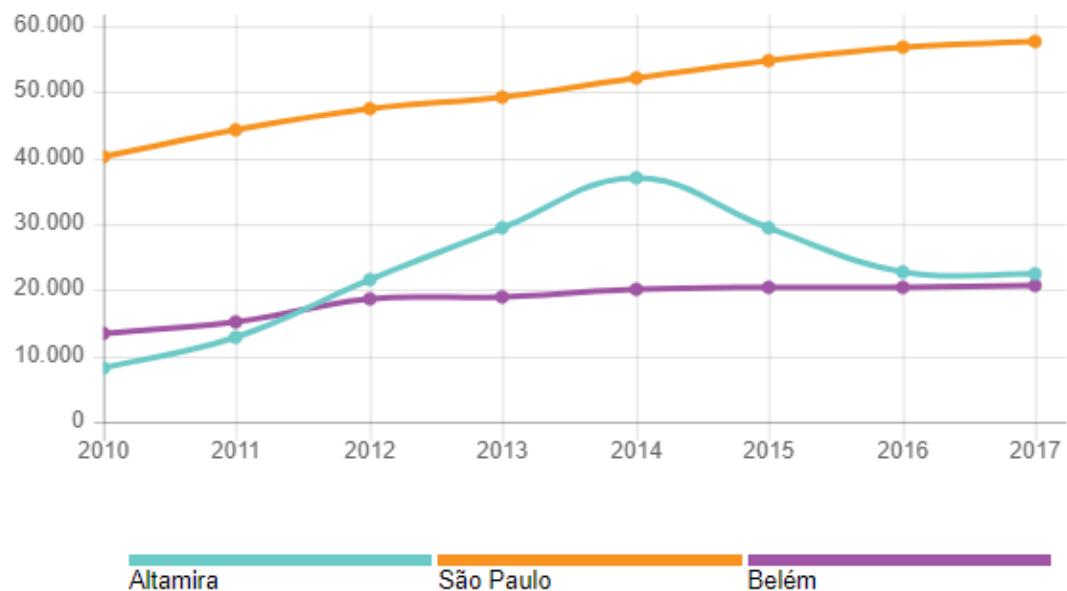
Os dados colhidos, inclusive os gráficos, foram todos do IBGE cidades, a exemplo do que ocorreu no tópico anterior, de PIB nominal.

Os cruzamentos que se apresentam a seguir correspondem a comparações entre o PIB corrente per capita de cada município estudado versus a capital do estado de referência (salvo para Porto Velho, que já é a capital do estado de Rondônia) e o município de São Paulo, por ser relativamente estável nos últimos anos.

11.6.1. PIB Per Capita – Altamira (PA)

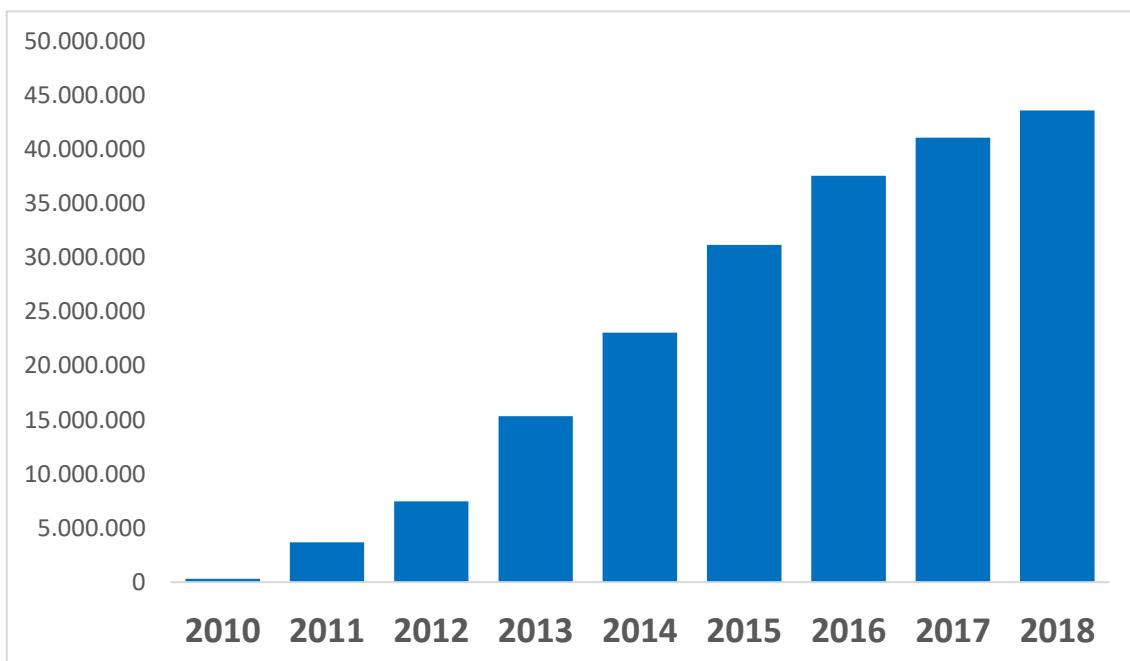
O gráfico 7 nos mostra uma variação expressiva no indicador de Altamira, sobretudo nos períodos de 2011 a 2014 e, simetricamente, uma expressiva queda entre 2014 e 2016. No período de alta do indicador, o consórcio Norte Energia S.A., detentora da obra, estava em seu período de maior crescimento, como podemos observar na quantidade de ativos da empresa, que representa o seu tamanho, por ano:

Gráfico 7: PIB per Capita de Altamira x São Paulo x Belém



Fonte: IBGE Cidades

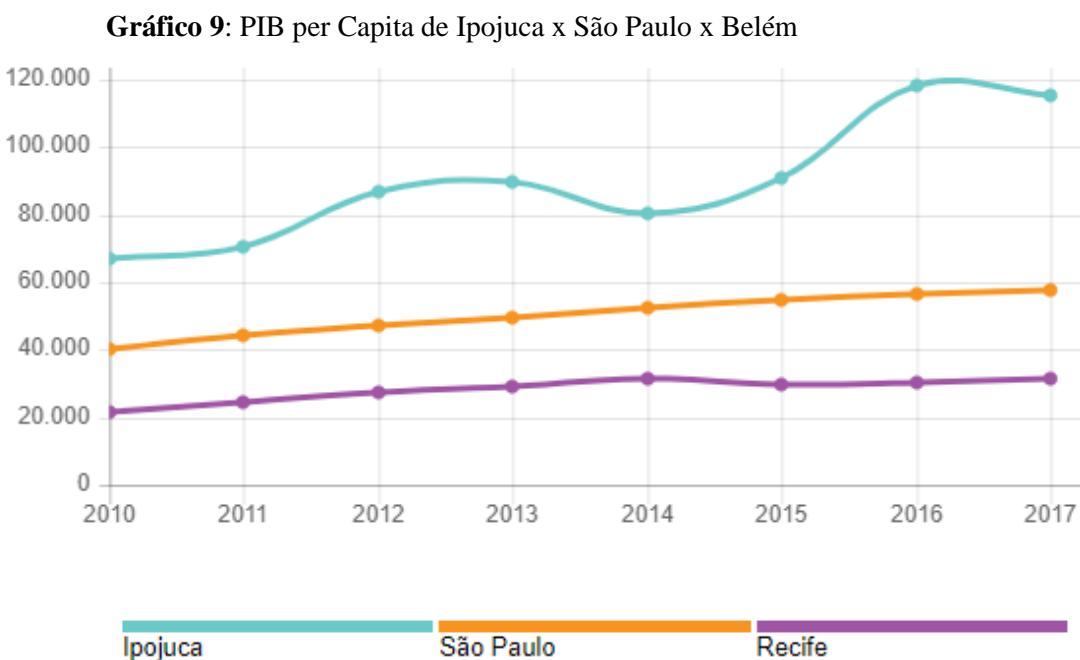
Gráfico 8: Total de Ativos da Norte Energia S.A. entre 2010 e 2018 em R\$



Fonte: Norte Energia S.A. Elaborado pelo autor

11.6.2. PIB per capita – Ipojuca (PE)

Na relação que vemos entre Ipojuca, São Paulo e Recife, o município sede da refinaria Abreu e Lima figura em uma posição de destaque, sempre superior às duas capitais aqui postadas. Entre 2013 e 2015 há um hiato e uma retomada no período que compreende o processo de impeachment, bem como o governo posterior. Vale destacar aqui dois momentos: o primeiro, em 2014, quando foi deflagrada a operação lava jato (e podemos notar a queda do indicador) e o segundo, em 2016, quando a refinaria, em operação, supera a marca de três milhões de barris / dia e o PIB per capita torna a crescer.

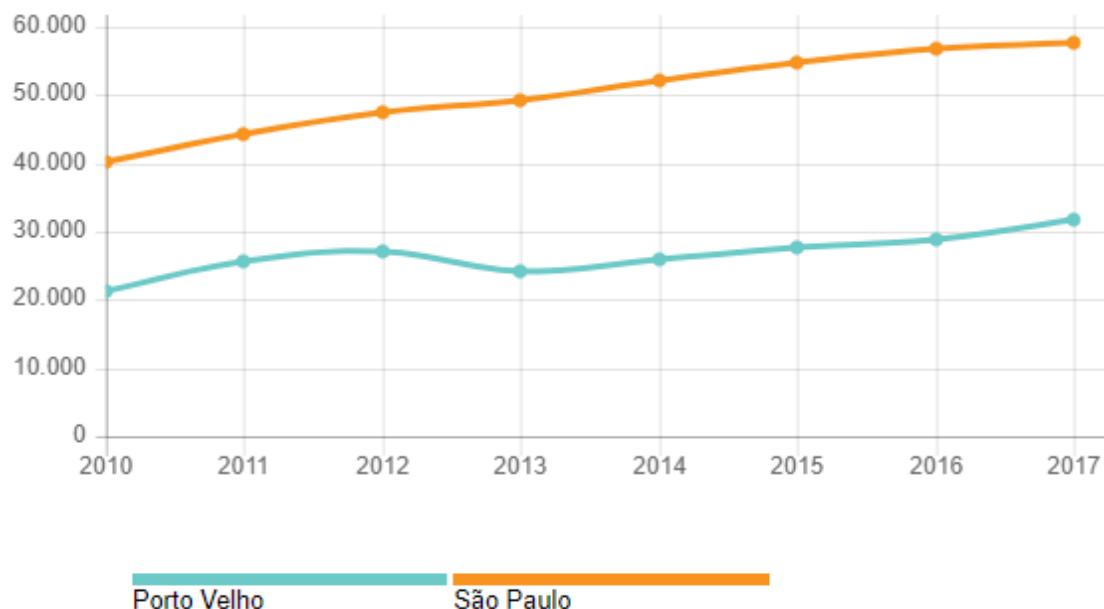


Fonte: IBGE Cidades

11.6.3. PIB per capita – Porto Velho (RO)

Porto Velho é uma cidade com uma dinâmica diferente das outras destacadas aqui, por ser a capital de Rondônia e, logo, a correlação da evolução do PIB per capita na linha do tempo ser menos relacionada com as obras do PAC. Entretanto, podemos observar um movimento de leve alta a partir de 2013. Vale ressaltar que as duas usinas (Santo Antônio e Jirau) foram inauguradas em 2012 e 2016, respectivamente.

Gráfico 10: PIB per Capita de Porto Velho x São Paulo



Fonte: IBGE Cidades

12. Empresas Responsáveis pelas Obras

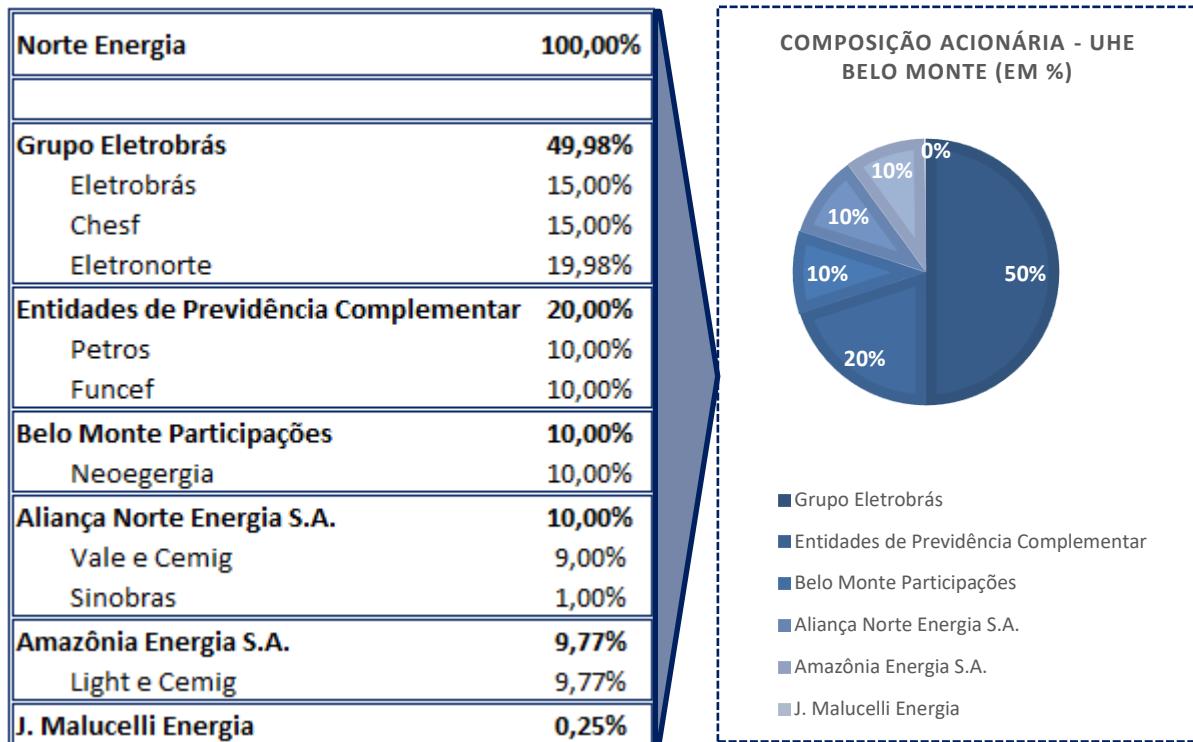
Uma vez que o capital fictício funciona como uma derivação do capital portador de juros, partimos para a análise do endividamento das empresas / consórcios responsáveis pelas obras do PAC aqui trabalhadas. Deste modo, em um primeiro momento são apresentadas as composições acionárias²⁵ de forma separadas. Posteriormente será apresentada uma visão síntese que revela o endividamento de todas as empresas envolvidas na linha do tempo, bem como suas correlações. Nesta visão sintetizada, será utilizado o índice de endividamento geral (EG), cujo conceito será explicado posteriormente, para que a visão da dívida seja uniformizada e nos dê uma melhor clareza do comprometimento de capitais dos agentes envolvidos, evidenciando o processo da financeirização, que ocorre em todas as escalas.

²⁵ Disponíveis em cada website, na parte de relação com investidores de cada empresa. A formatação padrão foi realizada pelo autor.

12.1 Norte Energia S.A.

A empresa que faz a gestão da UHE Belo monte é o consórcio Norte Energia S.A, cujo grupo está dividido da seguinte forma, conforme composição acionária:

Figura 8. Norte Energia S.A. Composição Acionária

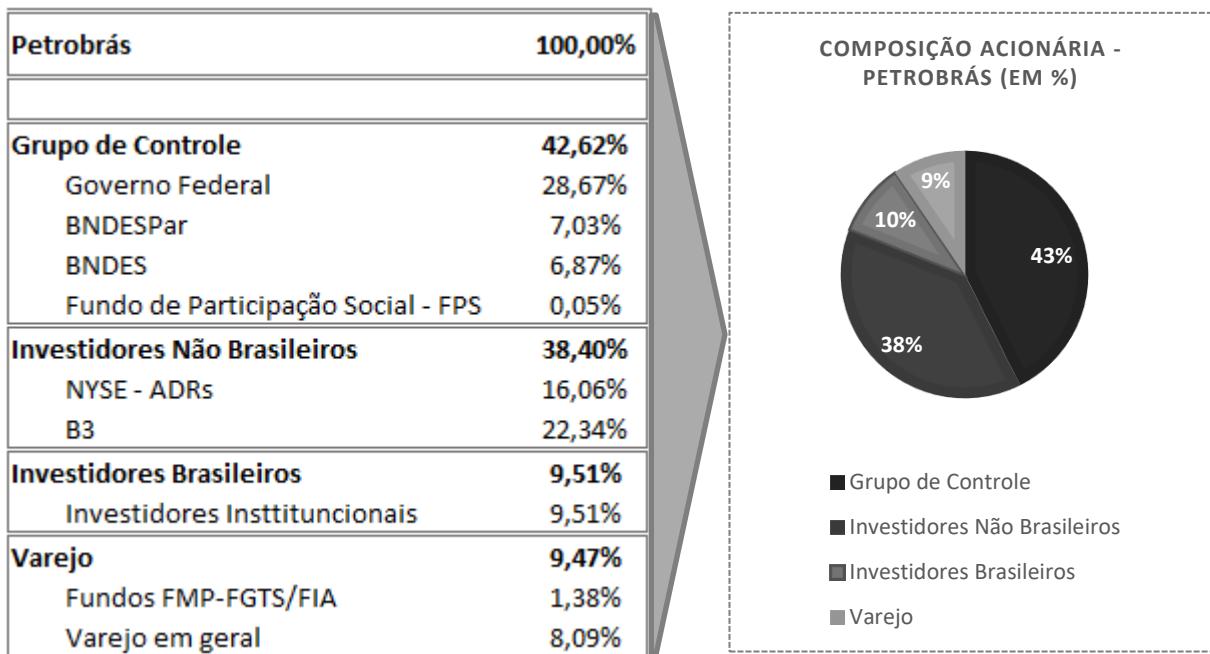


Fonte: Norte Energia S.A. Elaborado pelo autor

12.2 Petrobrás S.A.

A Petrobrás é a estatal responsável pela refinaria Abreu e Lima. E está segmentada, do ponto de vista acionário, dessa forma:

Figura 9. Petrobrás S.A. Composição Acionária

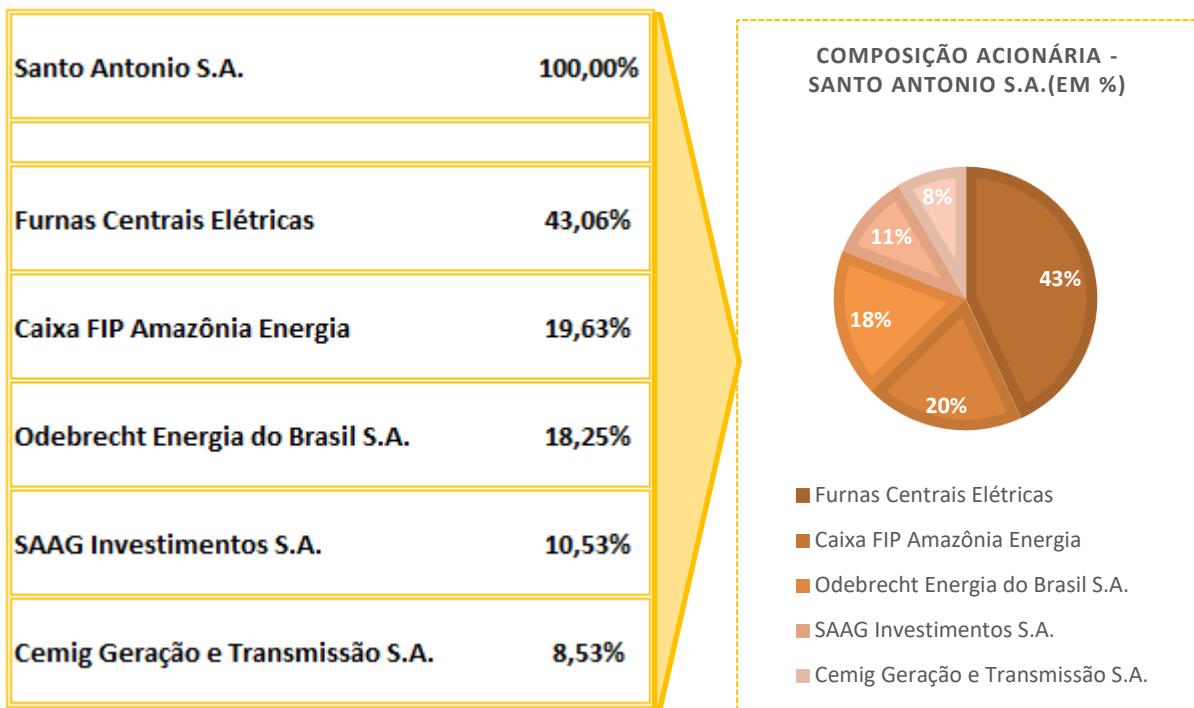


Fonte: Petrobrás S.A. Elaborado pelo autor

12.3 Santo Antonio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é o consórcio responsável pela UHE Santo Antonio, no rio Madeira. Sua estrutura acionária se dá da seguinte forma:

Figura 10: Santo Antonio S.A. Composição Acionária



Fonte: Santo Antonio S.A. Elaborado pelo autor

12.4 Endividamento Geral das Empresas

Para medir o endividamento, foram coletados os balanços patrimoniais de cada empresa/consórcio (com o máximo de histórico disponível em seus sites) para compor o **Índice de Endividamento Geral (EG)**. Antes de partir para a fórmula, bem como seus resultados, é válida uma introdução às estruturas contábeis básicas para auxiliar no entendimento. Toda empresa de capital aberto é obrigada, por lei²⁶ a divulgar as informações financeiras (mas não obrigatoriamente na internet, por isso a dificuldade em localizar as informações de períodos mais antigos). Diante disso, o trabalho que se segue neste tópico consiste na avaliação dos balanços patrimoniais das empresas aqui trabalhadas. Quanto ao Balanço Patrimonial, uma definição útil é a retirada do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para pequenas e médias empresas. Embora, obviamente, as corporações aqui analisadas não sejam de pequeno ou médio portes, a definição do balanço patrimonial, sendo universal, é adequada neste caso.

²⁶ Lei 6404/1976

O balanço patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica, como apresentado nessa demonstração da posição patrimonial e financeira. Eles são definidos da seguinte maneira: Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. Passivo é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos. Patrimônio líquido é o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos (CPC_PME, p.10)

Podemos conceber os itens que compõem o balanço patrimonial de uma forma mais sintetizada, a seguir:

- Ativo: Total de bens e direitos
- Passivo: obrigações
- Patrimônio Líquido: Capital Próprio

Uma estrutura básica de balanço patrimonial é dada conforme o quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Estrutura básica de Balanço Patrimonial

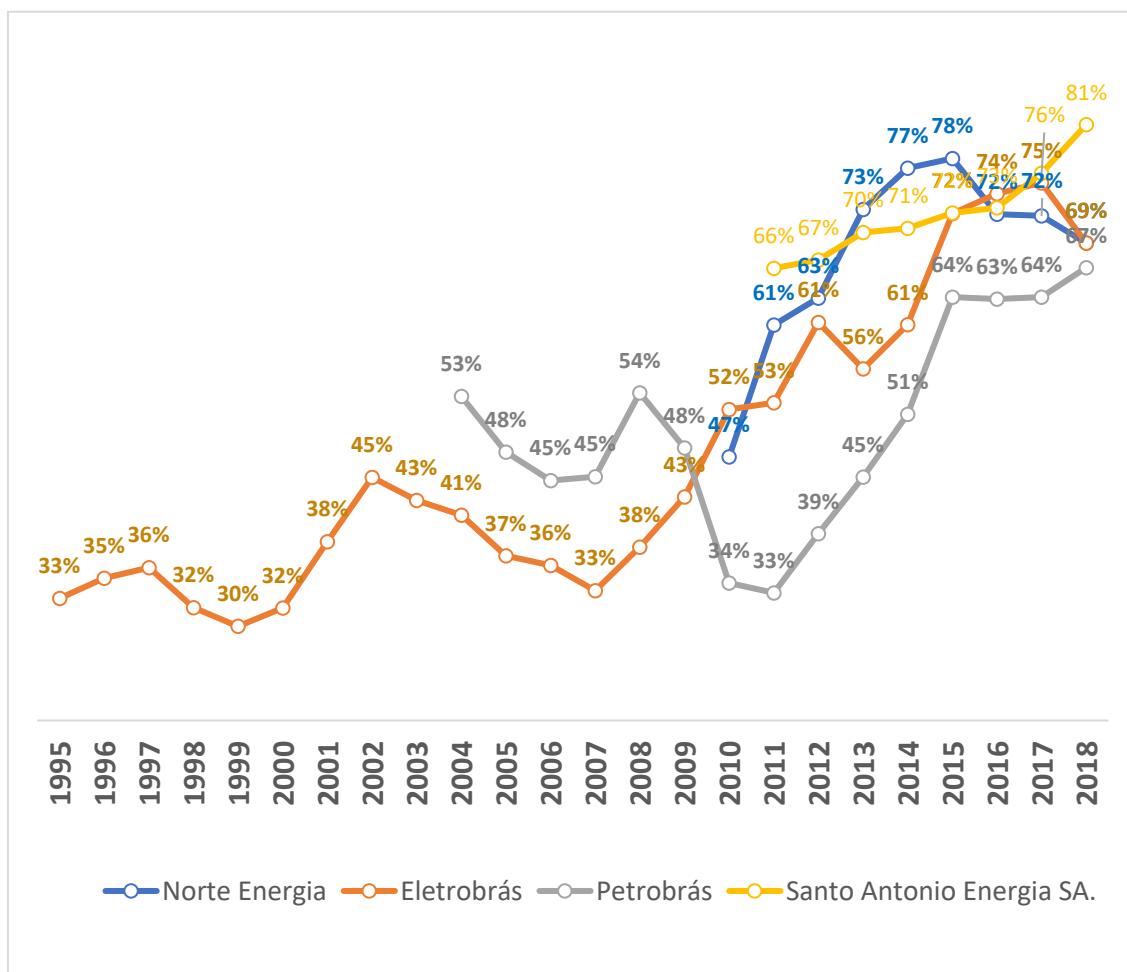
Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa	Salários a pagar
Bancos	Empréstimos de curto prazo
Não Circulante	Não Circulante
Máquinas	Empréstimos de longo prazo
Imóveis	
	Patrimônio Líquido (PL)
	Reservas de Capital
	Reservas de lucros
Total do Ativo	Total do Ativo + PL

Fonte: autoral

Se o passivo corresponde às obrigações, podemos entender que se trata do total do endividamento da empresa. Diante disso, foi realizada aferição do Endividamento Geral (EG) das empresas / consórcios na linha do tempo disponível para consulta (no caso dos consórcios, desde a fundação). Este indicador pode ser encontrado também como “Índice de Participação de capital de terceiros”. Trata-se do mesmo indicador.

$$EG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo} \times 100$$

Gráfico 11 – Endividamento geral consolidado



Fontes: Norte Energia S.A.; Petrobrás S.A.; Eletrobrás S.A. e Santo Antonio Energia S.A.
Elaborado pelo autor

A partir do gráfico acima, podemos notar alguns pontos de inflexão, como a escalada do endividamento da Eletrobrás a partir do final dos anos 1990, um recuo gradual em meados da década de 2000 e um crescimento mais acentuado a partir de 2007 até 2010

(de 33% para 52%). Após este período, bem como um novo patamar de endividamento, já na casa dos 60%, notamos certa “estabilidade” até 2014, quando, a partir de 2015, uma nova guinada e um novo patamar são constituídos. Agora não mais na casa dos 60%, mas em 75% em 2017. A Petrobrás, embora com uma guinada um pouco mais tardia em relação à Eletrobrás, acompanha o mesmo movimento, embora ainda não tenha ultrapassado o patamar de 70%. Quanto aos consórcios, estes já nascem com o patamar de endividamento dos novos tempos, com destaque para a Santo Antonio Energia S.A., que já ultrapassa 80% em 2018.

13. Movimentos futuros - Eletrobrás

Não há, aqui, a pretensão de se fazer previsões no que diz respeito aos rumos da economia brasileira. Contudo, é prudente chamar a atenção para algumas movimentações em curso no que se refere o programa como um todo, em especial as três obras deste trabalho. E um tópico que não pode passar despercebido por aqui diz respeito ao futuro da Eletrobrás. Com 31% da produção e 47% da distribuição da energia elétrica, a estatal se posiciona como altamente estratégica no país. Diante disso, e levando em consideração que a matriz energética brasileira é majoritariamente hidrelétrica, a privatização da Eletrobrás também pode ser entendida como a entrega do regime de águas brasileiras ao capital privado (brasileiro ou estrangeiro).

Diferente do que o senso comum (ou do que estamos acostumados) quando se fala em privatização, a ideia na desestatização da Eletrobrás não é levá-la a leilão, como fora feito nos anos 1990. Neste caso, conforme consta no projeto de lei nº 9.4963 / 2018, “A desestatização será executada na modalidade de aumento do capital social mediante subscrição pública de ações ordinárias”²⁷, sendo que este aumento “...poderá ser acompanhado de oferta pública secundária de ações de propriedade da União ou de empresa por ela controlada, direta ou indiretamente”²⁸. Como consta na EMI²⁹ nº 00081/2017, destinada ao então presidente Michel Temer, sobre o modelo da privatização:

O modelo de desestatização proposto se concretizará por meio de aumento do capital social mediante subscrição pública de ações ordinárias, sem que a União acompanhe esta subscrição, sendo assim sua participação diluída

²⁷ Artigo 1º - capítulo 1º

²⁸ Artigo 1º - capítulo 2º

²⁹ Exposição de Motivo Interministerial

ao ponto de deixar de ser majoritária. Para garantir que a União passará a ter participação minoritária na companhia, este aumento de capital poderá ser acompanhado de oferta pública secundária de ações de propriedade da União.

Esse aumento de capital estará atrelado à oferta de novos contratos de concessão para usinas hidrelétricas da Eletrobrás alcançadas pelo regime de cotas criado pela Lei nº 12.783, de 2013, de modo que estas concessões sejam exploradas em regime de produção independente de energia. Assim sendo, nesta proposta as empresas controladas pela Eletrobras deixam de comercializar a energia elétrica gerada pelas usinas alcançadas pela Lei nº 12.783, de 2013, com as distribuidoras de energia elétrica a um preço fixado pela ANEEL para negociá-la livremente no mercado regulado ou no mercado livre. Portanto, as empresas passam a assumir riscos, tais como o risco hidrológico. (2017, p. 3)

[...constata-se que o cenário econômico-financeiro da Eletrobras restringe a atuação da companhia na expansão da oferta de geração e transmissão de energia elétrica, o que se torna oneroso à sociedade por diminuir a competição no mercado em decorrência da limitação de um grande competidor. A sociedade perde ainda porque, na qualidade de acionista da empresa, terá menos dividendos e tributos. É justamente nesse cenário que surge a proposta de desestatização da Eletrobras]. (2017 p. 10)

14. Considerações finais

A partir as informações apresentadas ao longo deste trabalho, constata-se o movimento, em curso desde a década de 1990 no Brasil, da ficcionalização do capital, movimento característico da financeirização da economia, expressão básica do neoliberalismo. Isso pode ser comprovado, em sua forma mais objetiva, a partir da evolução da dívida nacional, bem como sua relação com o PIB na linha do tempo. No entanto, cabe salientar que esta é uma constatação óbvia. O que podemos concluir, adicionalmente, sobre o tema é que essa ficcionalização não ocorre de forma constante. Podemos quebrar este movimento em três grandes momentos: o primeiro, de 1995 a 2006 – primeiro e segundo governos FHC e primeiro governo Lula – onde temos um aumento gradual (ainda que mais impulsionado nos últimos anos); o segundo, de 2007 a 2015 – o segundo governo Lula e o primeiro e segundo governos Dilma – onde temos o advento, desenvolvimento, maturação e queda do PAC, objeto de estudo deste trabalho, e que constatamos um aumento do endividamento em sua forma absoluta, mas não, necessariamente, e sua forma relativa (dívida líquida em 32% do PIB em 2007 e 30% ao final de 2015), o que demonstra crescimento econômico no período. As análises, do ponto de vista local, a partir de Belo Monte, Abreu e Lima e Santo Antônio, em seus aspectos, tanto demográficos, quanto econômicos, nos levam a crer que o capital fictício pode se converter em capital produtivo, ainda que uma maior profundidade e mais variáveis como, por exemplo, a evolução da empregabilidade no entorno das obras do PAC, ao

longo desses anos, devam ser incluídas para corroborar essa suspeita; e um terceiro momento, a partir de 2016, onde podemos observar um novo movimento de inflexão na escalada da dívida, tanto em termos absolutos quanto em relativos (alcance de 50% em 2017). Este movimento significa o fim do “pacto” iniciado em 2003, onde, do ponto de vista econômico, o modelo brasileiro – não mais serve aos anseios do capital internacional. Claro que a ideia não é debruçar sobre este tema em específico, mas a menção, mesmo que tímida, faz-se necessária.

Adicionalmente, não é apenas de dívida que este novo ciclo se caracteriza. Com a privatização da Eletrobrás em curso desde 2018, com o projeto de lei nº 6.463, diversas obras entram neste pacote, incluindo duas das três estudadas aqui (UHE Belo Monte – majoritariamente composta pelo grupo Eletrobrás - e UHE Santo Antonio – majoritariamente composto por Furnas, uma empresa do grupo Eletrobrás). Abreu e Lima, da Petrobrás, não passa ilesa. É uma das oito refinarias que a empresa já declarou³⁰ que pretende vender.

Tenho uma crença pessoal (e aqui eu faço questão de deixar relatado que é uma crença, uma vez que não há nenhum apoio bibliográfico, ao menos neste trabalho. Entretanto, essa certeza vem acompanhada de conversas na Universidade, no mundo profissional e no círculo social ao longo de décadas) de que a sociedade brasileira (ainda que seja a parte burguesa e urbana) entende que a função do Estado é de zelar pelo povo. Contudo, o aumento do neoliberalismo, expresso, dentre outros modos, pelo aumento da individualidade e, logo, perda do sentimento de coletividade (e isso caracteriza uma contradição), fazendo com que os indivíduos que fazem parte desta mesma sociedade desenvolvam uma consciência de que o Estado – personificado como ente individual – seja um competidor deste mesmo indivíduo por melhores condições da reprodução da sua existência (e não um agente regulador do bem estar social, por exemplo). Este sentimento, que não surge de forma espontânea, ao ganhar força, torna a sociedade tolerante (ainda

30 Conforme consta em matéria publicada na BBC News e no UOL, em agosto/2019, A Petrobras já divulgou que pretende privatizar oito refinarias: **Refinaria Abreu e Lima (RNEST)** Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) Refinaria Landulpho Alves (RLAM) Refinaria Gabriel Passos (REGAP) Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) Unidade de Industrialização do Xisto As quatro primeiras já tiveram os alertas de venda (chamados de teasers) divulgados. As outras quatro devem ter os "teasers" divulgados até o fim deste ano, segundo a Petrobras.

Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/08/05/apos-lucro-recorde-puxado-por-venda-de-gasodutos-o-que-mais-esta-na-fila-de-privatizacao-na-petrobras.htm>

que pesquisas de opinião mais recentes não apontem para isso)³¹ com a entrega de seus recursos, em seus âmbitos mais estratégicos, como é o caso do setor energético. Desta forma, o argumento da perda da soberania nacional simplesmente perde o sentido.

Nessa linha da personificação, podemos destacar o dito Mercado (com letra maiúscula mesmo), que também é visto como um indivíduo. Entretanto, ao contrário do Estado, a percepção construída do Mercado é de um agente mais democrático, que não atua para acentuar desigualdades. Assim como a percepção do Estado, esta também não surge de forma espontânea. Claro que a evolução sobre a consciência social acerca do papel do Estado, bem como os caminhos percorridos para tal, é tema para um trabalho que vá além da geografia econômica. Contudo, esse adendo é útil para a percepção da compreensão do momento, bem como aqueles que estão por vir.

Reconheço que as dimensões das análises que se fizeram necessárias para demonstrar as obras do PAC na ótica do capital fictício possam criar a percepção de que este foi um trabalho pouco geográfico. O conjunto do levantamento de dados, informações e indicadores induzem a leitura como um trabalho mais aproximado das ciências econômicas. Sobre isso, além de uma defesa pessoal que faço para que a geografia amplie o debate sobre o assunto, bem como o uso das técnicas e indicadores aqui colocados, o trabalho foi idealizado nas seguintes linhas da geografia: além de, obviamente, a geografia econômica, o trabalho só pode ser compreendido de acordo com a lógica da globalização, à luz da regionalização do espaço mundial. Pois, conforme Milton Santos³² aponta, “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade”, e desta racionalidade imposta se derivam os movimentos do capital aqui expostos.

³¹ Dois em cada três brasileiros são contra as privatizações, como aponta o Datafolha em setembro/2019.

Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/09/1988408-maioria-segue-contra-privatizacoes.shtml>

³² A natureza do Espaço

Referências

Livros

MARX, Karl. **O capital**. 2º ed. Livro I, Volume I, capítulos I, II e III. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. 2º ed. Livro III, Volume V. São Paulo: Boitempo, 2013

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Pazulin, 2004.

_____. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. RJ: Paz e Terra, 1993.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. _____. A questão da dívida pública. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

CASTRO, I, E; et.al. **Geografia: conceitos e temas**. _____. O Problema da escala. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Artigos / Teses

PAULANI. Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a03v2366.pdf>> Acesso em 25/01/2020

MOLLO. Maria de Lourdes Rollemburg. **Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual**. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a01v20n3.pdf>> Acesso em 24/12/2019

TEIXEIRA. J.R; FERREIRA. P.F. **O capital fictício e crise econômica. Visões para um novo paradigma**. 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rec/v19n2/1415-9848-rec-19-02-00191.pdf>> Acesso em 25/01/2020

ALFREDO, Anselmo. **Crise imanente, abstração espacial, fetiche do capital e sociabilidade crítica.** 2010. Disponível em:
<<http://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/309/292>>
Acesso em 29/01/2020

PITTA, Fabio T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008.** São Paulo, 2016 (Tese de Doutorado)

Apresentação em seminários

ALFREDO, Anselmo. **Crítica materialista e metafísica social sob as determinações do capital.** Mesa redonda: Negatividade categorial, fetichismo e a crítica à modernização crítica”.

Sites

Dívida Nacional – Externa e Interna:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso em 12/05/2019

PIB (Banco Mundial)

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BR>>
Acesso em 12/05/2019

Obras do PAC - Governo Federal:

<<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>– Acesso em 11/04/2019

Estimativas de População – IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads> < Acesso em 20/12/2019 >

IBGE Cidades. PIB corrente e Per Capita dos municípios – Metadados

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil>> Acesso em 20/12/2019

Notícias

<<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/a-privatizacao-da-eletrobras-e-positiva-para-o-pais-nao.shtml>> Acesso em 03/03/2020

<<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/08/05/apos-lucro-recorde-puxado-por-venda-de-gasodutos-o-que-mais-esta-na-fila-de-privatizacao-na-petrobras.htm>> Acesso em 03/03/2020

<<https://amazonia.org.br/2019/11/erro-de-projeto-coloca-estrutura-de-belo-monte-em-risco/>> Acesso em 03/03/2020

<<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/3-porto-de-suape-cresce-368-na-navegacao-por-cabotagem>> Acesso em 04/03/2020

<<https://www.folhape.com.br/economia/economia/grande-recife/2019/06/28/NWS,109073,10,1319,ECONOMIA,2373-PREFEITURA-DESENTE-ANUNCIO-FALSO-SOBRE-CONTRATACOES-PARA-REFINARIA-ABREU-LIMA.aspx>> Acesso em 04/03/2020

<<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/03/07/rio-madeira-sobe-para-1735-metros-e-expulsa-14-mil-pessoas-de-casa-em-ro.ghtml>> Acesso em 04/03/2020

Informações Financeiras

Norte Energia S.A.

<<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri/composicao-acionaria>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516143929805-Demonstracoes-Financeiras-Auditadas-2010.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516145758559-Informacoes-Trimestrais-3-Trimestre-de-2011.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516143505028-Demonstracoes-Financeiras-Auditadas-2012.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516143428409-Demonstracoes-Financeiras-Auditadas-2013.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516143341718-Demonstracoes-Financeiras-Auditadas-2014.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516142953377-Demonstracoes-Financeiras-2015.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516142220441-Demonstracoes-Financeiras-4-trim161.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20180516141509330-Demonstracoes-Financeiras-de-2017.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tcm-assets/norteenergia-pt-br/media/documents/attachments/source/20190925092718370-DFs%2031.12.2018%20_reapresenta%C3%A7%C3%A3o_emiss%C3%A3o.pdf> Acesso em 16/12/2019

Eletrobrás S.A.

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%201995%2031-12-1995.pdf>> Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%201996%2031-12-1996.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%201998%2031-12-1998.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%201998%2031-12-1998.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%201999%2031-12-1999.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202000%2031-12-2000.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202001%2031-12-2001.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202002%2031-12-2002.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202003%2031-12-2003.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202004%2031-12-2004.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202005%2031-12-2005.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202006%2031-12-2006.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202007%2031-12-2007.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202008%2031-12-2008.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202009%2031-12-2009.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202011%2031-12-2011.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202012%2031-12-2012.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202013%2031-12-2013.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202014%2031-12-2014.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202015%2031-12-2015.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202016%2031-12-2016.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202017%2031-12-2017.pdf>>Acesso em 16/12/2019

<<https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/DCC%202018%2031-12-2018.pdf>>Acesso em 16/12/2019

Petrobrás S.A.

<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/7999/2957_dfp_br_gaap_4t06_port_reap_05_03_0.pdf>

Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/7568/DFPPort2007.pdf>>Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/7173/DFPBRGAAp.pdf>>Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/6624/DFPBRGAAAP4t09PORTreap2603.pdf>> Acesso em 17/12/2019

<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/5987/DFP2010_CVM-verso_3_04_03_11.pdf>Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/5469/DFP2011IFRSpt.pdf>>Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/4974/DFP2012IFRSPortugues.pdf>>Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/4602/DFP2013Rport.pdf>>Acesso em 17/12/2019

<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/4131/DFP4T14RPortugues_0.pdf>Acesso em 17/12/2019

<<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/3196/DFP4T15RPortugues.pdf>>Acesso em 17/12/2019

<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/2332/DFP4T16R_Portugues.pdf>Acesso em 17/12/2019

<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/1164/DFP4T17R_Portugues.pdf>Acesso em 17/12/2019

<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/191/DemonstraesFinanceiras2018PortugusR_0.pdf>Acesso em 17/12/2019

Santo Antônio Energia S.A.³³

<http://ri.santoantonioenergia.com.br/santoantonioenergia/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=50148> Acesso em 17/12/2019

³³ Todas as informações estão disponíveis para download em uma única página

Apêndices

Analítico do Gráfico 2: Relação Dívida / PIB

Ano	Dívida Interna Líquida (US\$ MM)	Dívida Externa Líquida (US\$ MM)	Total Dívida Líquida (Internas + Externas) Em US\$ MM	% Pib Interna	% Pib Externa	Dívida / PIB	PIB (US\$ MM)
1991	-8.197,84	0	0,00	-0,7%	0,0%	0,0%	1.207.590,07
1992	3.339,19	0	3.339,19	0,3%	0,0%	0,3%	1.201.951,67
1993	8.345,57	0	8.345,57	0,7%	0,0%	0,7%	1.258.024,75
1994	39.567,98	0	39.567,98	3,0%	0,0%	3,0%	1.325.134,73
1995	68.649,47	0	68.649,47	5,0%	0,0%	5,0%	1.383.662,37
1996	111.434,75	0	111.434,75	7,9%	0,0%	7,9%	1.414.207,21
1997	134.684,19	0	134.684,19	9,2%	0,0%	9,2%	1.462.217,36
1998	159.330,65	65.728,00	225.058,65	10,9%	4,5%	15,3%	1.467.161,09
1999	130.330,99	69.226,00	199.556,99	8,8%	4,7%	13,5%	1.474.026,49
2000	136.893,70	73.453,00	210.346,70	8,9%	4,8%	13,7%	1.538.706,02
2001	133.005,51	70.970,00	203.975,51	8,5%	4,5%	13,1%	1.560.092,44
2002	102.827,58	72.677,00	175.504,58	6,4%	4,5%	10,9%	1.607.729,27
2003	144.879,76	75.740,00	220.619,76	8,9%	4,7%	13,6%	1.626.070,71
2004	179.514,80	74.690,00	254.204,80	10,4%	4,3%	14,8%	1.719.731,81
2005	263.870,38	73.521,00	337.391,38	14,9%	4,1%	19,0%	1.774.799,88
2006	366.275,19	63.685,00	429.960,19	19,9%	3,5%	23,3%	1.845.117,25
2007	561.523,47	80.044,82	641.568,29	28,7%	4,1%	32,8%	1.957.113,48
2008	437.927,91	80.622,13	518.550,04	21,3%	3,9%	25,2%	2.056.812,67
2009	659.851,36	110.502,28	770.353,64	32,1%	5,4%	37,5%	2.054.224,95
2010	732.999,60	152.496,32	885.495,92	33,2%	6,9%	40,1%	2.208.871,65
2011	744.250,09	141.491,85	885.741,94	32,4%	6,2%	38,6%	2.296.661,60
2012	704.431,18	154.819,21	859.250,39	30,1%	6,6%	36,7%	2.340.783,92
2013	639.084,77	169.987,66	809.072,43	26,5%	7,1%	33,6%	2.411.121,33
2014	634.258,92	187.649,15	821.908,07	26,2%	7,7%	33,9%	2.423.272,46
2015	545.518,20	155.418,94	700.937,14	23,3%	6,6%	30,0%	2.337.346,33
2016	849.207,16	160.472,98	1.009.680,14	37,6%	7,1%	44,7%	2.260.088,66
2017	990.557,34	153.406,92	1.143.964,26	43,4%	6,7%	50,1%	2.284.132,22
2018	944.736,20	139.226,65	1.083.962,85	40,9%	6,0%	46,9%	2.309.659,39

(Fontes: Bacen e Banco Mundial – Elaborado pelo Autor)

Analítico do Gráfico 11: Endividamento Geral – 1995 a 2001

Endividamento Geral	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Eletrobrás	32,6%	34,6%	35,7%	31,6%	29,7%	31,6%	38,4%	45,0%
Ativo	103.870	92.382	97.090	88.162	84.899	91.178	104.845	121.503
Passivo	33.832	31.993	34.688	27.874	25.198	28.782	40.253	54.654
Circulante	6.443	6.051	6.847	7.492	6.990	7.967	10.146	9.022
Não Circulante	27.388	25.942	27.841	20.382	18.209	20.814	30.107	45.631
Petrobrás								
Ativo								
Passivo								
Circulante								
Não Circulante								
Norte Energia								
Ativo								
Passivo								
Circulante								
Não Circulante								
Santo Antonio Energia SA.								
Ativo								
Passivo								
Circulante								
Não Circulante								

(Fontes: Balanços das empresas – Elaborado pelo Autor) – R\$ x Milhões

Analítico do Gráfico 11: Endividamento Geral – 2003 a 2010.

Endividamento Geral	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Eletrobrás	42,6%	41,1%	36,9%	35,9%	33,4%	37,8%	43,0%	52,0%
Ativo	118.777	119.069	120.448	121.892	120.579	138.054	133.817	146.901
Passivo	50.642	48.951	44.485	43.811	40.230	52.203	57.520	76.371
Circulante	9.405	10.126	9.043	10.002	11.003	14.287	14.163	18.370
Não Circulante	41.237	38.825	35.441	33.810	29.227	37.916	43.356	58.001
Petrobrás	53,3%	47,6%	44,7%	45,1%	53,7%	48,0%	34,1%	
Ativo	137.636	154.013	179.615	211.233	311.011	315.324	466.655	
Passivo	73.382	73.310	80.232	95.221	166.960	151.445	159.339	
Circulante	47.937	47.696	50.797	60.386	111.699	81.140	62.442	
Não Circulante	25.445	25.614	29.435	34.835	55.261	70.306	96.897	
Norte Energia							47,1%	
Ativo							312	
Passivo							147	
Circulante							147	
Não Circulante							0	
Santo Antonio Energia SA.								
Ativo								
Passivo								
Circulante								
Não Circulante								

(Fontes: Balanços das empresas – Elaborado pelo Autor) – R\$ x Milhões

Analítico do Gráfico 11: Endividamento Geral – 2011 a 2018.

Endividamento Geral	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Eletrobrás	52,7%	60,9%	56,1%	60,7%	72,1%	74,2%	75,3%	69,1%
Ativo	163.142	172.196	138.385	144.632	149.645	170.499	172.975	181.210
Passivo	85.940	104.915	77.696	87.783	107.906	126.435	130.223	125.201
Circulante	26.125	30.850	25.698	19.284	28.100	31.139	34.187	36.524
Não Circulante	59.815	74.065	51.999	68.499	79.807	95.296	96.036	88.677
Petrobrás	33,1%	39,2%	45,0%	51,5%	63,5%	63,3%	63,5%	66,6%
Ativo	494.181	564.953	633.173	636.405	698.646	682.088	723.855	839.717
Passivo	163.706	221.513	285.033	327.557	443.915	431.858	459.870	558.882
Circulante	56.936	68.000	102.049	95.733	105.247	113.431	132.319	181.944
Não Circulante	106.770	153.513	182.984	231.824	338.668	318.427	327.551	376.938
Norte Energia	60,6%	63,4%	72,6%	76,8%	77,8%	72,0%	71,9%	69,1%
Ativo	3.679	7.463	15.330	23.064	31.152	37.539	41.076	43.592
Passivo	2.231	4.734	11.123	17.710	24.230	27.041	29.522	30.121
Circulante	2.085	1.440	661	733	550	1.620	3.325	3.639
Não Circulante	146	3.295	10.462	16.977	23.680	25.420	26.198	26.482
Santo Antonio Energia SA.	70,1%	67,4%	70,2%	70,6%	72,2%	72,7%	76,3%	81,2%
Ativo	12.406	15.522	19.679	21.909	24.181	24.314	23.417	22.364
Passivo	8.694	10.455	13.810	15.465	17.451	17.677	17.856	18.171
Circulante	445	687	900	1.949	2.150	2.409	1.312	1.277
Não Circulante	8.250	9.768	12.910	13.516	15.301	15.268	16.544	16.894

(Fontes: Balanços das empresas – Elaborado pelo Autor) – R\$ x Milhões

Analítico da evolução populacional

Brasil Por Região e UF:

População Estimada	2006	2016	Δ
CO	13.269.517	15.660.988	18,0%
DF	2.383.784	2.977.216	24,9%
GO	5.730.753	6.695.855	16,8%
MS	2.297.981	2.682.386	16,7%
MT	2.856.999	3.305.531	15,7%
N	15.022.060	17.707.783	17,9%
AC	686.652	816.687	18,9%
AM	3.311.026	4.001.667	20,9%
AP	615.715	782.295	27,1%
PA	7.110.465	8.272.724	16,3%
RO	1.562.417	1.787.279	14,4%
RR	403.344	514.229	27,5%
TO	1.332.441	1.532.902	15,0%
NE	51.609.027	56.915.936	10,3%
AL	3.050.652	3.358.963	10,1%
BA	13.950.146	15.276.566	9,5%
CE	8.217.085	8.963.663	9,1%
MA	6.184.538	6.954.036	12,4%
PB	3.623.215	3.999.415	10,4%
PE	8.502.603	9.410.336	10,7%
PI	3.036.290	3.212.180	5,8%
RN	3.043.760	3.474.998	14,2%
SE	2.000.738	2.265.779	13,2%
S	27.308.863	29.439.773	7,8%
PR	10.387.378	11.242.720	8,2%
RS	10.963.219	11.286.500	2,9%
SC	5.958.266	6.910.553	16,0%
SE	79.561.095	86.356.952	8,5%
ES	3.464.285	3.973.697	14,7%
MG	19.479.356	20.997.560	7,8%
RJ	15.561.720	16.635.996	6,9%
SP	41.055.734	44.749.699	9,0%
Total Geral	186.770.562	206.081.432	10,3%

(Fonte: IBGE – Elaborado pelo Autor)

Altamira

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
117.390	69.565	71.033	72.465	76.949	81.432	83.665	85.901	88.146	78.760
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
79.776	80.861	83.322	84.398	85.649	91.246	96.842	98.750	99.075	100.736
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
102.343	105.106	106.768	108.382	109.938	111.435	113.195	114.594		

Ipojuca

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
45.735	46.322	46.730	47.128	48.391	49.653	50.640	51.630	52.622	60.925
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
62.197	63.550	66.390	67.963	69.523	71.791	74.059	75.512	80.637	82.276
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
83.862	87.926	89.660	91.341	92.965	94.533	94.709	96.204		

Porto Velho

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
284.576	296.770	307.923	318.859	309.377	299.894	304.996	309.750	314.525	342.264
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
347.844	353.961	380.884	373.917	380.974	380.080	379.186	382.829	428.527	435.732
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
442.701	484.992	494.013	502.748	511.219	519.436	519.531	529.544		

(Fonte: IBGE – Elaborado pelo Autor)

Todas as obras de destaque do setor energético

R\$ 563.539,83						
PAC	Tipo	Nome	Invest Total (R\$ Milhões)	Empresa	Status PAC (à época dos relatórios)	
2	Refino, Bioquímica e Hbio	REFINARIA PREMIUM I	R\$ 37.460,00	Petrobras	Adequado	
2	Refino, Bioquímica e Hbio	REFINARIA ABREU E LIMA	R\$ 37.400,00	Petrobras	Em operação	
2	Revitalização da Indústria Naval	REVITALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL	R\$ 31.000,00	-	*	
2	Geração	UHE BELO MONTE	R\$ 28.800,00	Norte Energia S.A (ELETRONORTE 19,98%; ELETROBRAS 15%; CHESF 15%; Petros 10%; Funcf 5%; Amazônia (Cemig e Light) 9,77%; Neoenergia 10%; Vale 9%; Sinobras 1%; Caixa FIP Cevix 5%; J. Malucelli Energia 0,25%)	Adequado	
2	Refino, Bioquímica e Hbio	COMPERJ	R\$ 27.800,00	Petrobras	Adequado	
1	Refino, Bioquímica e Hbio	REFINARIA ABREU E LIMA	R\$ 26.800,00	Petrobras 60% e PDVSA 40%	Adequado	
1	Refino, Bioquímica e Hbio	COMPERJ	R\$ 19.300,00	Petrobras	Adequado	
2	Geração	UHE SANTO ANTÔNIO	R\$ 19.200,00	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A (CEMIG 10%; FURNAS 39%; Construtora Andrade Guerrez S/A 12,4%; ODEBRECHT 18,6%; FIP 20%)	Em operação	
1	Geração	UHE BELO MONTE	R\$ 19.000,00	Norte Energia S.A (ELETRONORTE 19,98%; CHESF 15%; Outros 16,02%; ELETROBRAS 15%; Bolzano 10%; Petros 10%; Gaia Energia e Participações 9%; Caixa FIP Cevix 5%)	Adequado	
2	Geração	UHE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS	R\$ 18.180,20	ELETROBRAS; ELETRONORTE; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Electricité de France S.A (EDF); EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda.; Cemig Geração e Transmissão S.A.; Copel Geração e Transmissão S.A.; GDF Suez Energy Laqn America Parcipações Ltda.; Endesa do Brasil S.A.; Neoenergia Invesqmentos S.A.; e o Consórcio Tapajós	Adequado	
1	Revitalização da Indústria Naval	Programa de Financiamento da Marinha Mercante	R\$ 17.000,00	*	Concluído	
2	Geração	UHE JIRAU	R\$ 16.600,00	Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ELETROSUL 20%; SUEZ 50,1%; CHESF 20%; Camargo Corrêa Invesqmentos em Infraestrutura 9,9%)	Em operação	
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMAS P-61 E P-63	R\$ 14.600,00	PETROBRAS 62,5% e CHEVRON 37,5%	Em operação	
1	Geração	UHE SANTO ANTÔNIO	R\$ 14.300,00	Santo Antônio Energia S.A. (ODEBRECHT 18,6%, Construtora Andrade Gutierrez S.A. 12,4%, FURNAS 39%, CEMIG 10% e FIP 20%)	Adequado	
2	Geração	UTN ANGRA III	R\$ 13.977,00	Eletrobras Termonuclear S.A.	Adequado	
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-66 – CAMPO DE LULA	R\$ 12.500,00	PETROBRAS 65%, BG 25% e PETROGAL 10%	Adequado	
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-58 – PARQUE DAS BALEIAS	R\$ 11.582,00	PETROBRAS	Em operação	
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-55 – CAMPO RONCADOR	R\$ 10.993,00	PETROBRAS	Em operação	
1	Geração	UTN ANGRA III	R\$ 9.977,30	Eletrobras Termonuclear S.A.	Adequado	
1	Geração	UHE JIRAU	R\$ 9.600,00	Consórcio Energia Sustentável do Brasil (SUEZ 50,1%, Camargo Corrêa Invesqmentos em Infraestrutura 9,9%, ELETROSUL 20% e CHESF 20%)	Adequado	

PAC	Tipo	Nome	Invest Total (R\$ Milhões)	Empresa	Status PAC (à época dos relatórios)
2	Petróleo e Gás Natural	SAPINHOÁ – PILOTO DE PRODUÇÃO	R\$ 9.014,00	PETROBRAS 45%, REPSOL 25% e BG 30%	Em operação
1	Petróleo e Gás Natural	PRÉ-SAL – PILOTO DE PRODUÇÃO DE TUPÍ	R\$ 8.300,00	Petrobras 65%, BG 25% e Petrogal 10%	Adequado
2	Petróleo e Gás Natural	CAMPO DE LULA – PILOTO 2 DE PRODUÇÃO	R\$ 8.200,00	PETROBRAS 65%, BG 25% e PETROGAL 10%	Em operação
2	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-56 – CAMPO MARLIM SUL MÓDULO 3	R\$ 7.500,00	Petrobras	Concluído
2	Combustíveis Renováveis	SISTEMA LOGÍSTICO DE ETANOL	R\$ 6.200,00	Lórum – PETROBRAS 20%; COPERSUCAR 20%; COSAN 20%; Odebrecht Transport Parcipações 20%; Camargo Correa S/A 10% e UNIDUTO 10%	Adequado
1	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-57 – CAMPO JUBARTE FASE 2	R\$ 5.500,00	Petrobras	Adequado
2	Geração	UHE ESTREITO	R\$ 5.200,00	Consórcio Estreito Energia (SUEZ 40,1%; ALCOA 25,5%; CAMARGO 4,4%; CVRD 30%)	Concluído
2	Geração	UHE JATOBÁ	R\$ 5.156,30	ELETROBRAS; ELETRO NORTE; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Electricité de France SA (EDF); EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda.; Cemig Geração e Transmissão S.A.; Copel Geração e Transmissão S.A.; GDF Suez Energy Laqñ America Parcipações Ltda.; Endesa do Brasil S.A.; Neoenergia Invesgments S.A.; e o Consórcio Tapajós	Adequado
1	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-53 – CAMPO MARLIM LESTE	R\$ 4.770,00	Petrobras	Adequado
1	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-51 – CAMPO MARLIM SUL MÓDULO 1	R\$ 4.600,00	Petrobras	Adequado
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	CAMPO DE MEXILHÃO	R\$ 4.600,00	Petrobras	Adequado
2	Fertilizantes	UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS – UFN III	R\$ 4.464,00	Petrobrás	Adequado
1	Combustíveis Renováveis	ALCODUTO SENADOR CANEDO/GO-SÃO SEBASTIÃO/SP	R\$ 4.458,00	Trecho Paulinia-São Sebastião – 100% Petrobras Trecho Senador Canedo-Paulinia – Petrobras 20%; Copersucar 20%; Cosan 20%, Odebrecht Transport Participações 20%, Uniduto 10% e Camargo Correa 10%	Adequado
2	Geração	UHE SIMPLÍCIO	R\$ 4.276,00	FURNAS	Em operação
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	GASODUTO URUCU-COARI-MANAUS	R\$ 4.000,00	Petrobras	Concluído
2	Geração	UHE TELES PIRES	R\$ 3.960,00	Companhia Hidrelétrica Teles Pires (ELETROSUL 24,5%; NEOENERGIA 50,1%; FURNAS 24,5%; ODEBRECHT 0,9%)	Adequado
1	Geração	UHE ESTREITO	R\$ 3.907,00	Consórcio Estreito Energia (Camargo Corrêa 4,4%, SUEZ 40,1%, ALCOA 25,5% e CVRD 30%)	Adequado
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 6.900,00	Interligação Elétrica do Madeira S.A. (CHESF 24,5%; FURNAS 24,5%; CTEEP 51%); Estação Transmissora de Energia S.A (ELETROSUL 24,5%; ELETRO NORTE 24,5%; ABENGOA BRASIL 25,5%; Construtora Andrade Guerrez S/A 25,5%); Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (ELETROSUL 24,5%; ELETRO NORTE 24,5%; Construtora Andrade Guerrez S/A 25,5%; ABENGOA 25,5%)	Concluído
1	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-52 – CAMPO RONCADOR MÓDULO 1A	R\$ 3.700,00	Petrobras	Concluído
2	Revitalização da Indústria Naval	PROMEF I – LOTE 1	R\$ 3.364,00	Petrobrás	Adequado

PAC	Tipo	Nome	Invest Total (R\$ Milhões)	Empresa	Status PAC (à época dos relatórios)
1	Transmissão	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara	R\$ 3.300,00	Interligação Elétrica do Madeira S.A. (CHESF 24,5%; FURNAS 24,5%; CTEEP 51%)	Adequado
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 3.600,00	Interligação Elétrica do Madeira S.A. (CHESF 24,5%; FURNAS 24,5%; CTEEP 51%); Estação Transmissora de Energia S.A. (ELETROSUL 24,5%; ELETRONORTE 24,5%; ABENGOA BRASIL 25,5%; Construtora Andrade Gutierrez S/A 25,5%); Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (ELETROSUL 24,5%; ELETRONORTE 24,5%; Construtora Andrade Gutierrez S/A 25,5%; ABENGOA 25,5%)	Concluído
1	Transmissão	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara	R\$ 2.700,00	Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (ELETROSUL 24,5%; ELETRONORTE 24,5%; Construtora Andrade Gutierrez S/A 25,5%; ABENGOA 25,5%)	Adequado
1	Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA P-54 – CAMPO RONCADOR MÓDULO 2	R\$ 2.500,00	Petrobras	Concluído
2	Geração	UHE SÃO MANOEL	R\$ 2.232,30	Consórcio Terra Nova (CTN) (EDP --- Energias do Brasil S/A --- 67% e Furnas --- 33%)	Concluído
1	Revitalização da Indústria Naval	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE PETROLEIROS	R\$ 2.208,00	Transpetro (Petrobras)	Adequado
1	Geração	UHE SIMPLÍCIO	R\$ 2.187,30	FURNAS	Adequado
1	Geração	UHE FOZ DO CHAPECÓ	R\$ 2.154,10	Consórcio Energético Foz do Chapecó (FURNAS 40%, CEEE 9% e CPFL 51%)	Concluído
1	Inraestrutura de Transporte de Gás Natural	TERMINAL DE GNL – BAÍA DE GUANABARA	R\$ 2.100,00	Petrobras	Concluído
		UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS – IIEN.V.	R\$ 2.034,00	Petrobrás	Adequado
2	Geração	UHE SINOP	R\$ 1.822,30	Consórcio Energético Sinop (CES) (Alupar --- 51%; CHESF e Eletronorte --- 49%)	Concluído
1	Inraestrutura de Transporte de Gás Natural	GASODUTO GASDUC III	R\$ 1.800,00	Petrobras	Concluído
		INTERLIGAÇÃO TUCURUÍ-MACAPÁ-MANAUS	R\$ 1.700,00	Manaus Transmissora de Energia S.A. (ELETRONORTE 30%; ABENGOA 30%; CHESF 19,5%; FIPBE 20,5%)	Concluído
1	Geração	UHE BAIXO IGUAÇU	R\$ 1.600,00	NEOENERGIA (NEOENERGIA 90% e DESENVIX 10%)	Preocupante
2	Geração	UHE COLÍDER	R\$ 1.304,00	COPEL (100%)	Adequado
2	Geração	UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI	R\$ 1.265,00	Jari Energética S.A. (EDP 90%; Jesa 10%)	Em operação
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO TUCURUÍ-MACAPÁ-MANAUS	R\$ 1.202,00	Manaus Transmissora de Energia S.A. (ELETRONORTE 30,00%; ABENGOA 30,00%; CHESF 19,50%; FIPBE 20,50%)	Adequado
1	Geração	UTE DO ATLÂNTICO	R\$ 1.200,00	Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica	Adequado/Concluído
1	Geração	UTE CANDIOTA III	R\$ 1.200,00	CGTEE (100%)	Adequado/Concluído
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO TUCURUÍ-MACAPÁ-MANAUS	R\$ 1.200,00	Isolux Energia e Participação Ltda (ISOLUX 100,00%)	Adequado / Atenção

PAC	Tipo	Nome	Invest Total (R\$ Milhões)	Empresa	Status PAC (à época dos relatórios)
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	GASODUTO CABIÚNAS-VITÓRIA	R\$ 1.000,00	Petrobras	Concluído
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO TUCURUÍ-MACAPÁ-MANAUS	R\$ 999,60	Isolux Energia e Participação Ltda (ISOLUX 100,00%)	Adequado
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	TERMINAL DE GNL – PECÉM	R\$ 981,00	Petrobras	Concluído
1	Geração	UHE PAI QUERÉ	R\$ 968,90	Consórcio Empresarial Pai Queré (VOTORANTIM 80,1%, ALCOA 15,4%, DME 4,5%)	Atenção/Preocupante
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO TUCURUÍ-MACAPÁ-MANAUS	R\$ 942,40	Linhos de Xingu Transmissora de Energia Ltda (100% ISOLUX)	Concluído
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO TUCURUÍ-MACAPÁ-MANAUS	R\$ 861,50	Linhos de Macapá Ltda (100% ISOLUX)	Concluído
2	Geração	UHE FERREIRA GOMES	R\$ 812,00	Ferreira Gomes Energia S.A. (ALUPAR 100%)	Em operação
1	Revitalização da Indústria Naval	ESTALEIRO RIO GRANDE – DIQUE SECO	R\$ 800,00	W. Torre (Proprietário) / Petrobrás (Arrendatário)	Adequado/Concluído
2	Revitalização da Indústria Naval	PROMEF I – LOTE 4	R\$ 782,60	Petrobrás	Concluído
1	Petróleo e Gás Natural	PRÉ-SAL – TESTE DE LONGA DURAÇÃO DE TUPI	R\$ 768,00	Petrobras 65%, BG 25% e Petrogal 10%	Adequado / Concluído
1	Geração	UHE DARDANELOS	R\$ 760,80	Energética Água das Pedras S.A. (CHESF 24,5%, ELETRONORTE 24,5% e NEOENERGIA 51%)	Adequado
2	Geração	UHE DARDANELOS	R\$ 760,80	Energética Água das Pedras S.A. (NEOENERGIA 51%; ELETRONORTE 24,5%; CHESF 24,5%)	Concluído
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 645,00	Porto Velho Transmissora de Energia (ELETROSUL)	Concluído
2	Geração	COMPLEXO EÓLICO CERRO CHATO	R\$ 644,60	ELETROSUL 90%; Wobben Wind Power Ind. e Com. 10%	Concluído
1	Geração	UHE SÃO SALVADOR	R\$ 641,80	Companhia Energética São Salvador (TRACTEBEL 100%)	Adequado/Concluído
1	Petróleo e Gás Natural	CAMPO DE PIRANEMA	R\$ 634,00	Petrobras	Concluído
1	Transmissão	Interligação N-NE	R\$ 533,60	Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A (ISA 100%)	Concluído
1	Transmissão	Interligação N-S III	R\$ 530,00	SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA (COBRA 33,3%; ISOLUX 33,3%; ELECNOR 33,3%)	Concluído
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 500,00	Porto Velho Transmissora de Energia (ELETROSUL 24,5%; ELETRONORTE 24,5%; ABENGOA 25,5%; Construtora Andrade Gutierrez S/A 25,5%)	Adequado
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	FASE II DO CAMPO DE PEROÁ	R\$ 482,00	Petrobras	Concluído

PAC	Tipo	Nome	Invest Total (R\$ Milhões)	Empresa	Status PAC (à época dos relatórios)
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	GASODUTO CAMPINAS-RIO	R\$ 480,00	Petrobras	Concluído
1	Transmissão	Interligação N-S III	R\$ 458,20	INTEGRAÇÃO S.A. (ELETRONORTE 37%; CHESF 12%; ENGEVIX 3%; FIA ENERGIA 48%)	Concluído
1	Revitalização da Indústria Naval	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE PETROLEIROS	R\$ 415,00	Transpetro (Petrobras)	Adequado
1	Geração	UHE RIBEIRO GONÇALVES	R\$ 397,90	(responsáveis pelos estudos): CHESF, Queiroz Galvão e CNEC Engenharia	Adequado
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 374,00	Catxerê Transmissora de Energia S.A.	Adequado
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 369,10	Catxerê Transmissora de Energia S.A. (CYMI)	Concluído
1	Geração	UHE CORUMBÁ III	R\$ 340,60	Consórcio Empreendedor Corumbá III (NEOENERGIA 60%; CEB 15%; CELG 15%; STRATA 5%; ENERG POWER 5%)	Concluído
1	Geração	UHE TELÊMACO BORBA	R\$ 276,00	(responsável pelos estudos): Promon Engenharia	Atenção
1	Transmissão	Interligação N-S III	R\$ 263,00	ABENGOA TRANSMISSORA DE ENERGIA III (ABENGOA 100%)	Concluído
1	Transmissão	Interligação N-CO	R\$ 239,20	Jauru Transmissora (ELECNOR 100%)	Concluído
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 237,90	Araraquara Transmissora de Energia S.A. (CYMI 100%)	Adequado
1	Transmissão	Interligação N-NE	R\$ 223,30	Iracema Transmissora de Energia S.A. (CYMI 100%)	Concluído
1	Transmissão	INTERLIGAÇÃO N-CO	R\$ 201,20	Jauru Transmissora (ELECNOR 100%)	Adequado / Atenção
2	Transmissão	INTERLIGAÇÃO MADEIRA-PORTO VELHO-ARARAQUARA	R\$ 181,30	Araraquara Transmissora de Energia S.A. (CYMI)	Concluído
1	Transmissão	LT Desterro-Palhoça	R\$ 178,00	ELETROSUL (ELETROSUL 100%)	Concluído
1	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	GASODUTO CACIMBAS-VITÓRIA	R\$ 146,00	Petrobras	Concluído
1	Geração	UHE Castro Alves	R\$ 132,93	Ceran	Concluído
1	Geração	UTE Interlagos	R\$ 68,80	Usina Interlagos	Concluído
1	Geração	TELES PIRES	R\$ 31,10	EPE	Concluído
1	Geração	BACIA DO RIO JURUENA	R\$ 15,30	EPE	Concluído
1	Geração	BACIA DO RIO TAPAJÓS	R\$ 13,20	ELETRONORTE 41,8%, e Camargo Corrêa Construções e Comércio S/A 58,2%	Concluído
1	Geração	TABAJARA	R\$ 1,40	ELETRONORTE e Queiroz Galvão	Atenção

Anexos

Dívida Pública (Bruta e Líquida) do Governo Federal – 2017 e 2018

Discriminação	R\$ milhões							
	2017		2018		2019		2020	
	Dezembro		Agosto		Setembro		Outubro	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)	3 382 942	51,6	3 459 099	51,2	3 543 585	52,1	3 642 499	53,3
Dívida Líquida do Governo Geral (B=C+F+I+J)	3 505 361	53,4	3 595 766	53,2	3 673 267	54,1	3 772 984	55,2
Dívida bruta do Governo Geral³ (C=D+E)	4 854 679	74,0	5 223 986	77,3	5 246 734	77,2	5 231 392	76,5
Dívida interna (D)	4 626 523	70,5	4 938 517	73,1	4 970 476	73,1	4 973 388	72,7
Dívida mobiliária em mercado ³⁴	3 388 622	51,7	3 587 165	53,1	3 585 874	52,8	3 580 183	52,3
Dívida mobiliária do Tesouro Nacional ⁴	3 426 616	52,2	3 624 179	53,6	3 621 681	53,3	3 614 979	52,9
Títulos sob custódia do FGE ⁵	-5 774	-0,1	-4 207	-0,1	-4 243	-0,1	-4 286	-0,1
Dívidas securitizadas e TDA	8 902	0,1	6 765	0,1	6 712	0,1	7 143	0,1
Aplic. de entidades da adm. federal ³⁵	-41 123	-0,6	-39 573	-0,6	-38 275	-0,6	-37 653	-0,6
Aplicações dos governos subnacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações compromissadas do Bacen ⁷	1064 980	16,2	1164 849	17,2	1198 232	17,6	1207 398	17,7
Dívida bancária do Governo Federal	13 293	0,2	11 107	0,2	12 231	0,2	13 165	0,2
Dívida assumida pela União Lei nº 8.727	0	0	0	0,0	0	0	0	0
Dívida bancária governos estaduais	134 483	2,1	148 444	2,2	147 186	2,2	145 615	2,1
Dívida bancária governos municipais	25 145	0,4	26 951	0,4	26 953	0,4	27 027	0,4
Dívida externa (E)	228 156	3,5	285 469	4,2	276 258	4,1	258 003	3,8
Governo federal	115 406	1,8	146 742	2,2	142 323	2,1	132 153	1,9
Governos estaduais	101 583	1,5	123 934	1,8	119 484	1,8	113 355	1,7
Governos municipais	11 167	0,2	14 794	0,2	14 452	0,2	12 495	0,2
Créditos do Governo Geral (F=G+H)	-2 052 540	-31,3	-2 014 323	-29,8	-2 167 373	-31,9	-2 117 441	-31,0
Créditos internos (G)	-2 052 445	-31,3	-2 014 174	-29,8	-2 167 229	-31,9	-2 117 310	-31,0
Disponibilidades do Governo Geral	-1138 133	-17,3	-190 651	-17,6	-1341 498	-19,7	-1290 450	-18,9
Aplic. da Previdência Social	-256	-0,0	-735	-0,0	-673	-0,0	-842	-0,0
Arrecadação a recolher	-2 876	-0,0	-20 029	-0,3	-22 108	-0,3	-33 470	-0,5
Depósitos à vista (inclui ag.descentral.)	-7 821	-0,1	-8 195	-0,1	-8 356	-0,1	-6 231	-0,1
Disponibilidades do Governo Federal no Bacen	-1079 726	-16,5	-112 500	-16,5	-1264 301	-18,6	-1206 962	-17,6
Aplicações na rede bancária (estadual)	-47 453	-0,7	-49 192	-0,7	-46 060	-0,7	-42 946	-0,6
Créditos concedidos a Inst. Financ. Oficiais	-450 947	-6,3	-339 290	-5,0	-340 239	-5,0	-340 110	-5,0
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-43 916	-0,7	-42 812	-0,6	-42 812	-0,6	-42 812	-0,6
Créditos junto ao BNDES	-407 031	-6,2	-296 478	-4,4	-297 427	-4,4	-297 298	-4,3
Aplicações em fundos e programas	-185 395	-2,8	-197 247	-2,9	-198 008	-2,9	-199 514	-2,9
Créditos junto às estatais	-5 988	-0,1	-4 947	-0,1	-4 868	-0,1	-4 619	-0,1
Demais créditos do Governo Federal	-16 604	-0,3	-14 475	-0,2	-14 143	-0,2	-13 356	-0,2
Recursos do FAT na rede bancária	-255 378	-3,9	-267 565	-4,0	-268 472	-4,0	-269 260	-3,9
Créditos externos (H)	-96	-0,0	-149	-0,0	-144	-0,0	-131	-0,0
Governo federal	-96	-0,0	-143	-0,0	-144	-0,0	-131	-0,0
Governos estaduais	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen⁸ (I)	594 473	9,1	580 048	8,6	583 718	8,6	555 595	8,1
Equalização Cambial⁹ (J)	108 750	1,7	-193 945	-2,9	10 188	0,1	103 439	1,5
Dívida líquida do Banco Central (K)	-181 839	-2,8	-199 098	-2,9	-191 475	-2,8	-190 841	-2,8
Dívida líquida das empresas estatais¹⁰ (L)	59 420	0,9	62 432	0,9	61 793	0,9	60 356	0,9
PIB ¹¹	6 559 940		6 755 679		6 795 108		6 839 631	

11 O Governo Geral abrange Governo Federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.

21 Exclui dívida mobiliária na carteira do Bacen e inclui operações compromissadas do Bacen. Vide Nota Técnica publicada na Nota para Imprensa do dia 27 de fevereiro de 2008.

31 Inclui a Dívida mobiliária do Tesouro Nacional e os créditos securitizados, descontadas as aplicações intra e intergovernamentais em títulos públicos federais e os títulos sob custódia do FGE.

41 Posição de carteira. A soma deste item com o valor registrado em "Dívida securitizadas e TDA" corresponde ao total da DPMFI no critério utilizado pelo Demob (Nota para a imprensa de mercado aberto).

51 Fundo de Garantia à Exportação.

61 Inclui aplicações da Previdência Social, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de outros fundos.

71 Inclui as operações compromissadas efetuadas no extramercado.

81 Diferença entre a dívida mobiliária na carteira do Bacen e o estoque das operações compromissadas do Bacen.

91 Equalização do resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais, realizadas pelo Banco Central (MP nº 435).

101 Exclui a Petrobras e a Eletrobras.

111 PIB acumulado nos últimos 12 meses em valores correntes.

* Dados preliminares.

(Fonte: BACEN)

Nota explicativa da Norte Energia S.A. sobre os efeitos da operação Lava Jato em suas publicações

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos -- Continuação

Assim, a Norte Energia não pode identificar especificamente uma maneira confiável para estimar os períodos de relatórios anteriores em que possam ter ocorrido excessos, e, portanto, os períodos em que tiveram impacto nas demonstrações financeiras. A Norte Energia também não recuperou e não pode estimar quaisquer valores recuperáveis potenciais em excesso neste momento. Quaisquer valores efetivamente recuperados seriam registrados como receita ou como uma redução do ativo subjacente, se identificados, quando recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Em seguida, aplicar a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetados, a Norte Energia ajustou os valores estimados de pagamentos indevidos no período atual.

Por isso, em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 de custos, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

32. Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2017 foi integralizado ao Capital Social o valor de R\$262.550, conforme deliberado na 118ª reunião do Conselho de Administração.

* * *

Balanços Patrimoniais – Nota do autor

Daqui em diante, há um compilado dos balanços patrimoniais disponibilizados pelas empresas. Para que a consulta deste material seja mais bem direcionada, informo que as informações conversam com o gráfico 11 deste trabalho. Entretanto, para fins de síntese, apenas os dados da Norte Energia S.A. estão em sua totalidade (ou seja, todo o analítico do gráfico 11 está postado aqui, ano a ano). Para as demais empresas, as publicações colocadas aqui correspondem apenas ao início e ao final de cada série histórica do gráfico supracitado. Para consultar as informações em sua totalidade, vide tópico de referências, onde estão postos os links de cada empresa / ano.

Balanços patrimoniais: Norte Energia S.A.

2010 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

Ativo

Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	76.963
Tributos a recuperar	873
Despesas antecipadas (Nota 5)	3.656
Outros créditos	20
	81.512
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Despesas antecipadas (Nota 5)	26.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	1.144
	27.880
Intangível	
Imobilizado (Nota 6)	31
	202.840
	230.751
Total do ativo	312.263

2011 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

Ativo		2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	(Nota 4)	404.742	76.963
Tributos a recuperar		6.656	873
Despesas antecipadas	(Nota 5)	4.283	3.656
Outros créditos		26	20
		415.707	81.512
Não circulante			
Despesas antecipadas	(Nota 5)	26.801	26.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(Nota 12)	2.370	1.144
Imobilizado	(Nota 6)	1.957.522	202.840
Intangível	(Nota 7)	146.303	31
		2.132.896	230.751
Total do Ativo		2.548.703	312.263
 Passivo			
Circulante			
Fornecedores		134.115	731
Partes relacionadas	(Nota 8)	1.047	131.276
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	(Nota 10)	1.105.777	-
Outras contas a Pagar	(Nota 9)	11.864	15.069
Circulante		1.252.803	147.076
Não circulante			
Utilização do Bem Público - UBP	(Nota 18)	143.635	-
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	(Nota 11)	1.153.385	167.410
Prejuízo acumulado		(1.120)	(2.223)
		1.152.265	165.187
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.548.703	312.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2012 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.892	250.621
Aplicações financeiras	5	147.730	646.034
Tributos a recuperar		8.486	9.962
Despesas antecipadas	6	28.222	28.226
Outros créditos		283	62
		247.613	934.905
Não circulante			
Despesas antecipadas	6	51.246	43.501
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	28.100	7.896
Depósitos judiciais		383	-
Imobilizado	7	6.969.397	2.542.358
Intangível	8	166.554	149.967
		7.215.680	2.743.722
Total do ativo		7.463.293	3.678.627
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	388.887	188.820
Partes relacionadas	12	763	417
Empréstimos e financiamentos	11	1.028.475	1.879.752
Outras contas a pagar	10	21.396	16.298
		1.439.521	2.085.287
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	3.139.774	-
Utilização do Bem Público – UBP	8	154.761	145.771
		3.294.535	145.771
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	13	2.780.010	1.460.010
Prejuízos acumulados		(50.773)	(12.441)
		2.729.237	1.447.569
Total do passivo e patrimônio líquido		7.463.293	3.678.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2013 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	965.344	62.892
Aplicações financeiras	5	832.180	147.730
Tributos a recuperar		12.608	8.486
Despesas antecipadas	6	27.967	28.222
Depósitos judiciais e cauções	9	30.672	-
Outros créditos		620	283
Total do ativo circulante		1.869.391	247.613
Não circulante			
Despesas antecipadas	6	57.906	51.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	48.753	28.100
Tributos a recuperar		4.740	-
Depósitos judiciais e cauções	9	22.781	383
Imobilizado	7	13.153.111	6.969.397
Intangível	8	173.769	166.554
Total do ativo não circulante		13.461.060	7.215.680
Total do ativo		15.330.451	7.463.293

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	598.371	388.887
Partes relacionadas	14	-	763
Empréstimos e financiamentos	13.b	-	1.028.475
Provisões	12	6.692	-
Outras contas a pagar	11	55.641	21.396
Total do passivo circulante		660.704	1.439.521
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.a	10.298.610	3.139.774
Uso do Bem Público (UBP)	8	163.649	154.761
Total do passivo não circulante		10.462.259	3.294.535
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	15	4.300.010	2.780.010
Prejuízos acumulados		(92.522)	(50.773)
Total do patrimônio líquido		4.207.488	2.729.237
Total do passivo e patrimônio líquido		15.330.451	7.463.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2014 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	969.842	965.344
Aplicações financeiras	5	197.488	832.180
Tributos a recuperar		14.442	12.608
Despesas antecipadas	6	27.967	27.967
Depósitos judiciais e cauções	9	37.906	30.672
Outros créditos		939	620
Total do ativo circulante		1.248.584	1.869.391
Não circulante			
Despesas antecipadas	6	65.905	57.906
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	158.845	48.753
Tributos a recuperar		47.100	4.740
Depósitos judiciais e cauções	9	3.700	22.781
Outros créditos		3.339	-
Imobilizado	7	21.289.011	13.153.111
Intangível	8	247.042	173.769
Total do ativo não circulante		21.814.942	13.461.060
Total do ativo		23.063.526	15.330.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	621.816	598.371
Partes relacionadas	14	178	-
Provisões	12	6.666	6.692
Uso do Bem Público (UBP)	8	18.457	-
Outras contas a pagar	11	86.030	55.641
Total do passivo circulante		733.147	660.704
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	16.759.221	10.298.610
Uso do Bem Público (UBP)	8	218.064	163.649
Total do passivo não circulante		16.977.285	10.462.259
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	15	5.665.010	4.300.010
Prejuízos acumulados		(311.916)	(92.522)
Total do patrimônio líquido		5.353.094	4.207.488
Total do passivo e patrimônio líquido		23.063.526	15.330.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2015 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	521	969 842
Aplicações financeiras	5	27.902	197.488
Contas a receber de clientes	6	103.938	-
Tributos a recuperar		22.138	14.442
Despesas antecipadas	7	27.967	27.967
Depósitos judiciais e cauções	10	2.189	37.906
Outros créditos		5.607	939
Total do ativo circulante		190.262	1.248 584
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	72.084	65.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	200.929	158.845
Tributos a recuperar	8.f	-	47.100
Depósitos judiciais e cauções	10	7.108	3.700
Outros créditos		3.340	3.339
Imobilizado	8	30.397.490	21.289.011
Intangível	9	281.266	247.042
Total do ativo não circulante		30.962.217	21.814.942
Total do ativo		31.152.479	23.063.526

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	394.149	621.816
Partes relacionadas	15	38.418	178
Provisões	13	1.297	6.666
Uso do Bem Público (UBP)	9	37.864	18.457
Outras contas a pagar	12	78.060	86.030
Total do passivo circulante		549.788	733.147
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	23.449.980	16.759.221
Uso do Bem Público (UBP)	9	229.831	218.064
Total do passivo não circulante		23.679.811	16.977.285
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	16	7.292.000	5.665.010
Prejuízos acumulados		(369.120)	(311.916)
Total do patrimônio líquido		6.922.880	5.353.094
Total do passivo e patrimônio líquido		31.152.479	23.063.526

2016 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	205.796	521
Aplicações financeiras	5	12.016	27.902
Contas a receber de clientes	6	201.030	103.938
Tributos a recuperar	7	271.460	22.138
Despesas antecipadas	8	27.992	27.967
Depósitos judiciais e cauções	11	5.926	2.189
Outros créditos	12	59.557	5.607
Total do ativo circulante		783.777	190.262
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	61.189	72.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	219.570	200.929
Depósitos judiciais e cauções	11	125.277	7.108
Outros créditos	12	3.340	3.340
Imobilizado	9	36.028.984	30.214.490
Intangível	10	316.997	281.266
Total do ativo não circulante		36.755.357	30.779.217
Total do ativo		37.539.134	30.969.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	449.413	394.149
Empréstimos e financiamentos	16	630.932	-
Partes relacionadas	17	179	38.418
Provisões	15	12.890	1.297
Uso do Bem Público (UBP)	10	63.305	37.864
Compensações Sócio Ambientais	18	328.694	-
Outras contas a pagar	14	134.867	78.060
Total do passivo circulante		1.620.280	549.788
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	24.984.318	23.449.980
Uso do Bem Público (UBP)	10	241.739	229.831
Compensações Sócio Ambientais	18	140.000	-
Outras Provisões	12	54.219	-
Total do passivo não circulante		25.420.276	23.679.811
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19	11.127.665	7.292.000
Prejuízos acumulados		(629.087)	(552.120)
Total do patrimônio líquido		10.498.578	6.739.880
Total do passivo e patrimônio líquido		37.539.134	30.969.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2017 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.662	205.796
Aplicações financeiras	5	5.119	12.016
Contas a receber de clientes	6	385.934	201.030
Tributos a recuperar	7	241.793	271.460
Despesas antecipadas	8	28.256	27.992
Depósitos judiciais e cauções	11	1.456	5.926
Outros créditos	12	96.001	59.557
Total do ativo circulante		765.221	783.777
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	51.197	61.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	515.126	219.570
Depósitos judiciais e cauções	11	628.352	125.277
Outros créditos	12	3.340	3.340
Imobilizado	9	38.769.316	36.028.984
Intangível	10	343.031	316.997
Total do ativo não circulante		40.310.362	36.755.357
Total do ativo		41.075.583	37.539.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	1.191.528	449.413
Empréstimos e financiamentos	16	1.707.983	630.932
Partes relacionadas	17	12.921	179
Provisões	15	24.680	12.890
Uso do Bem Público (UBP)	10.3	83.254	63.305
Compensações Sócio Ambientais	18	120.748	328.694
Outras contas a pagar	14	183.717	134.867
Total do passivo circulante		3.324.831	1.620.280
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	25.546.587	24.984.318
Uso do Bem Público (UBP)	10.3	246.601	241.739
Compensações Sócio Ambientais	18	-	140.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.c	313.077	-
Outras Provisões		91.390	54.219
Total do passivo não circulante		26.197.655	25.420.276
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19	12.165.858	11.127.665
Prejuízos acumulados		(612.761)	(629.087)
Total do patrimônio líquido		11.553.097	10.498.578
Total do passivo e patrimônio líquido		41.075.583	37.539.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2018 (R\$ x Mil)

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85.993	6.662
Aplicações financeiras	5	6.189	5.119
Contas a receber de clientes	6	570.959	385.934
Tributos a recuperar	7	147.323	241.793
Despesas antecipadas	8	28.657	28.256
Instrumento financeiro derivativo	9	19.911	-
Depósitos judiciais e cauções	12	1.552	1.456
Outros créditos	13	16.281	4.611
Total do ativo circulante		876.865	673.831
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	23.173	51.197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.b	-	202.049
Depósitos judiciais e cauções	12	738.998	628.352
Outros créditos	13	3.834	3.340
Imobilizado	10	41.511.052	38.769.316
Intangível	11	438.425	343.031
Total do ativo não circulante		42.715.482	39.997.285
Total do ativo		43.592.347	40.671.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	491.608	1.191.528
Empréstimos e financiamentos	17	2.389.264	1.707.983
Partes relacionadas	18	13.712	12.921
Provisões para riscos civis, fiscais e trabalhistas	16	11.189	24.680
Uso do bem público (UBP)	11.3	89.365	83.254
Provisões socioambientais	19	399.452	120.748
Outras contas a pagar	15	244.663	183.717
Total do passivo circulante		3.639.253	3.324.831
Não circulante			
Fornecedores	14	207	-
Empréstimos e financiamentos	17	25.560.954	25.546.587
Uso do bem público (UBP)	11.3	344.666	246.601
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.d	100.222	-
Provisões socioambientais	19	475.692	-
Total do passivo não circulante		26.481.741	25.793.188
Patrimônio líquido	20		
Capital social integralizado		13.010.058	12.165.858
Reserva legal		23.065	-
Reserva de incentivos fiscais		169.579	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos		67.163	-
Reserva de retenção de lucros		201.488	-
Prejuízos acumulados		-	(612.761)
Total do patrimônio líquido		13.471.353	11.553.097
Total do passivo e do patrimônio líquido		43.592.347	40.671.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais: Eletrobrás S.A.

1995 – Ativo (R\$ x Mil)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	LEGISLAÇÃO		CORREÇÃO INTEGRAL	LEGISLAÇÃO		CORREÇÃO INTEGRAL
	SOCIETÁRIA	1995		SOCIETÁRIA	1995	1994
CIRCULANTE						
Disponibilidades	60.123	60.123	196.068	151.671	151.671	337.375
Consumidores e revendedores	-	-	-	2.909.672	2.906.374	1.902.226
Financiamentos e empréstimos	1.572.691	1.572.691	2.169.172	1.334.688	1.334.688	1.207.535
Juros, comissões e taxas	3.947.498	3.947.498	2.941.716	4.206.788	4.206.788	2.968.763
Recursos da União-usinas nucleares	-	-	-	1.244.976	1.244.976	1.421.822
Almoxarifado	-	-	-	73.463	77.550	61.722
Títulos securitizados	25.685	25.685	230.124	63.341	63.341	285.145
Dividendos	21.379	21.379	87.175	9.435	9.435	9.275
Outros	300.386	300.386	156.408	936.313	936.313	789.733
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	35.097	35.097	14.376
	5.927.762	5.927.762	5.780.663	10.965.444	10.966.233	8.997.972
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Financiamentos e empréstimos	17.969.254	17.969.254	17.352.908	13.448.200	13.448.200	13.903.917
Concessões a licitar	-	-	-	2.135.893	2.135.893	-
Recursos da União - usinas nucleares	-	-	-	607.572	607.572	549.046
Créditos renegociados	-	-	-	288.458	288.458	412.153
Outros	32.155	32.155	33.765	183.604	183.604	167.746
Adiantamentos para participação societária	18.001.409	18.001.409	17.386.673	16.663.727	16.663.727	15.032.862
	595.283	595.283	522.346	25.493	25.493	28.393
	18.596.692	18.596.692	17.909.019	16.689.220	16.689.220	15.061.255
PERMANENTE						
Investimentos						
Participação em empresas de energia elétrica						
Pela equivalência patrimonial	57.751.371	57.753.548	57.209.508	3.197.423	3.197.423	3.352.654
Custo corrigido	1.145.488	1.145.488	1.069.866	1.145.488	1.145.488	1.069.866
Outros	-	-	-	196.001	196.001	990.368
	58.896.859	58.899.036	58.279.374	4.538.912	4.538.912	5.412.888
Imobilizado	37.777	37.777	41.256	52.485.388	52.485.201	53.948.676
Diferido	1.572	1.572	-	19.190.583	19.190.583	20.375.793
	58.936.208	58.938.385	58.320.630	76.214.883	76.214.696	79.737.357
TOTAL	83.460.662	83.462.839	82.010.312	103.869.547	103.870.149	103.796.584

1995 – Passivo + PL (R\$ x Mil)

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO	CONTROLOADORA			CONSOLIDADO		
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		CORRECÇÃO INTEGRAL	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		CORRECÇÃO INTEGRAL
	1995	1995	1994	1995	1995	1994
CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	225.068	225.068	425.573	927.486	927.486	1.202.355
Créditos de controladas	35.108	35.108	128.841	-	-	-
Fornecedores	15.022	15.022	10.444	2.291.612	2.290.025	1.491.492
Encargos de financiamentos e empréstimos	83.277	83.277	70.003	241.094	241.094	317.576
Empréstimo Compulsório	199.995	199.995	163.283	199.995	199.995	163.283
Obrigações estimadas	-	-	-	249.860	249.860	262.829
Reserva Global de Reversão	592.971	592.971	500.628	592.971	592.971	500.628
Dividendos	469.189	469.189	274.960	472.079	472.079	289.811
Tributos e contribuições sociais	223.317	223.317	212.955	411.313	411.313	418.487
Provisões para contingências trabalhistas	-	-	-	711.164	711.164	765.800
Outros	92.726	92.726	91.235	345.486	345.486	398.356
	1.936.673	1.936.673	1.877.922	6.443.060	6.441.473	5.810.617
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Financiamentos e empréstimos	4.678.417	4.678.417	4.901.764	9.454.388	9.454.388	10.044.275
Créditos de controladas	336.442	336.442	348.065	-	-	-
Reserva Global de Reversão	4.390.125	4.390.125	3.716.779	4.390.125	4.390.125	3.716.779
Empréstimo Compulsório	1.718.224	1.718.224	1.594.533	1.718.224	1.718.224	1.594.533
Tributos e contribuições sociais	1.710.142	1.710.142	2.198.487	3.297.141	3.297.141	5.135.967
Provisões para contingências trabalhistas	188.175	188.175	153.327	188.175	188.175	153.327
Outros	74.870	74.870	78.742	193.646	193.646	220.723
	13.096.395	13.096.395	12.991.697	19.241.699	19.241.699	20.865.604
Obrigações especiais	-	-	-	8.146.767	8.146.767	8.133.059
	13.096.395	13.096.395	12.991.697	27.388.466	27.388.466	28.998.663
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA EM CONTROLADAS						
	-	-	-	1.610.427	1.610.439	1.846.611
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital subscrito e integralizado	14.690.056	17.989.729	17.989.729	14.690.056	17.989.729	17.989.729
Correção monetária do capital	3.299.673	-	-	3.299.673	-	-
Capital realizado atualizado	17.989.729	17.989.729	17.989.729	17.989.729	17.989.729	17.989.729
Reservas de capital	37.321.356	37.321.356	36.493.316	37.321.356	37.321.356	36.493.316
Reserva de reavaliação de coligada	391.279	391.279	370.543	391.279	391.279	370.543
Reservas de lucros	10.885.362	10.885.362	10.149.885	10.885.362	10.885.362	10.149.885
Lucros acumulados	1.800.771	1.802.948	2.132.340	1.800.771	1.802.948	2.132.340
	68.388.497	68.390.674	67.135.813	68.388.497	68.390.674	67.135.813
Adiantamentos para aumento de capital	39.097	39.097	4.880	39.097	39.097	4.880
	68.427.594	68.429.771	67.140.693	68.427.594	68.429.771	67.140.693
TOTAL	83.460.662	83.462.839	82.010.312	103.869.547	103.870.149	103.796.584

2018 – Ativo (R\$ x Mil)

ATIVO	NOTA	CONTROLOADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	5	47.400	161.326	583.352	792.252
Caixa restrito	5	1.560.088	1.329.876	1.560.088	1.329.876
Títulos e valores mobiliários	6	4.034.242	5.059.957	6.408.104	6.924.358
Clientes	7	379.649	502.236	4.079.221	4.662.368
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	16	-	-	6.013.891	7.224.354
Financiamentos e empréstimos	8	8.257.761	8.288.875	3.903.084	2.471.960
Ativo contratual transmissão	16	-	-	1.302.959	-
Remuneração de participações societárias	9	2.474.558	1.726.958	219.895	245.577
Tributos a recuperar	10	488.591	623.299	1.216.261	1.066.207
Imposto de renda e contribuição social	10	817.417	1.436.175	2.420.165	1.874.475
Direito de ressarcimento	11	-	-	454.139	1.567.794
Almoxarifado		274	212	380.292	479.243
Estoque de combustível nuclear	12	-	-	510.638	465.152
Instrumentos financeiros derivativos	42	2.195	-	182.760	209.327
Risco Hidrológico		-	-	81.301	104.530
Ativos mantidos para venda	46	5.282.624	1.482.907	15.424.359	5.825.879
Créditos com controladas - CCD		2.406.622	-	-	-
Outros		1.296.560	802.501	2.104.904	2.115.375
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		27.047.981	21.414.322	46.845.413	37.358.727
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	11	3.234.542	-	5.802.172	6.509.032

2018 – Ativo (continuação) - (R\$ x Mil)

Financiamentos e empréstimos	8	20.518.018	22.889.437	9.971.857	7.794.891
Clientes	7	-	30.576	8.413	462.376
Títulos e valores mobiliários	6	293.509	269.141	293.833	331.862
Estoque de combustível nuclear	12	-	-	828.410	831.008
Tributos a recuperar	10	-	-	265.805	1.635.142
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	-	471.568	-	471.568
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	553.409	1.010.810
Cauções e depósitos vinculados		3.307.301	3.052.505	5.788.905	5.874.708
Ativo contratual transmissão	16	-	-	13.268.837	-
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	16	2.603.118	2.820.172	34.100.453	50.660.769
Instrumentos financeiros derivativos	42	-	-	188.262	216.904
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	1.140.732	1.701.275	459.563	959.838
Risco Hidrológico		-	-	227.083	325.132
Outros		2.368.142	2.278.845	1.604.403	1.108.629
		33.465.362	33.513.519	73.361.405	78.192.669
INVESTIMENTOS					
Avaliados por equivalência patrimonial	14	70.483.342	64.898.109	26.536.198	27.289.705
Mantidos a valor justo	14	1.388.460	1.261.234	1.447.150	1.418.659
		71.871.802	66.159.343	27.983.348	28.708.364
IMOBILIZADO	15	198.711	197.418	32.370.392	27.965.837
INTANGÍVEL	17	13.386	-	649.650	749.762
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		105.549.261	99.870.280	134.364.795	135.616.632
TOTAL DO ATIVO		132.597.242	121.284.602	181.210.208	172.975.359

2018 – Passivo + PL (R\$ x Mil)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLE DORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	7.031.515	2.336.333	12.066.912	5.886.141
Debêntures	22	-	-	36.073	183.432
Empréstimo compulsório	23	15.659	42.260	15.659	42.260
Fornecedores	19	569.218	514.752	3.360.550	10.443.752
Adiantamentos	20	357.275	575.962	421.002	654.853
Tributos a recolher	24	166.523	100.767	1.277.051	1.173.319
Imposto de renda e contribuição social	24	917.734	1.023.764	2.953.072	1.498.218
Contratos onerosos	31	-	-	9.436	12.048
Remuneração aos acionistas	26	1.257.502	9.484	1.305.633	18.339
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	16	799.401	783.658	-	-
Obrigações estimadas	34	134.474	107.962	1.366.376	1.204.222
Obrigações de resarcimento	11	1.250.619	1.346.660	1.250.619	1.392.542
Benefício pós-emprego	27	29.336	28.830	164.160	193.847
Provisões para contingências	28	850.828	850.704	931.364	1.518.387
Encargos setoriais	25	-	-	653.017	728.180
Arrendamento mercantil	21	-	-	152.122	145.324
Contas a pagar com controladas		2.866.810	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	42	928	2.175	962	2.466
Passivos associados a ativos mantidos para venda	46	11.127.717	4.805.946	10.294.967	7.630.670
Outros		96.496	314.847	264.996	1.458.952
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		27.472.035	12.844.104	36.523.971	34.186.952
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	20.603.333	21.316.181	42.305.886	39.235.650
Fornecedores	19	-	-	16.555	7.795.345
Debêntures	22	-	-	432.155	287.347
Adiantamentos	20	-	-	448.881	519.391

2018 – Passivo + PL (Continuação) - (R\$ x Mil)

Empréstimo compulsório	23	477.459	458.874	477.459	458.874
Obrigação para desmobilização de ativos	29	-	-	2.620.128	2.470.400
Provisões para contingências	28	17.604.730	16.946.508	23.196.295	23.033.963
Benefício pós-emprego	27	1.196.286	578.666	2.894.949	2.001.715
Provisão para passivo a descoberto	33	3.883.600	21.656.617	-	-
Contratos onerosos	31	-	-	715.942	2.067.179
Obrigações de resarcimento	11	-	-	-	1.062.634
Arrendamento mercantil	21	-	-	823.993	932.496
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	64.144	63.082
Adiantamentos para futuro aumento de capital	30	3.873.412	3.639.441	3.873.412	3.639.441
Instrumentos financeiros derivativos	42	-	-	25.459	39.594
Encargos setoriais	25	-	-	721.536	698.423
Tributos a recolher	24	-	-	248.582	326.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	432.582	394.958	8.315.386	8.901.931
Outros		1.510.899	1.109.876	1.496.527	2.501.883
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		49.582.301	66.101.121	88.677.289	96.035.875
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	35	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	35	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros	35	15.887.829	1.321.854	15.887.829	1.321.854
Ajustes de avaliação patrimonial		-	22.434	-	22.434
Outros resultados abrangentes acumulados		(5.517.424)	(4.177.412)	(5.517.424)	(4.177.412)
Participação de acionistas não controladores		-	-	466.042	413.155
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.542.906	42.339.377	56.008.948	42.752.532
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		132.597.242	121.284.602	181.210.208	172.975.359

Balanços patrimoniais: Petrobrás S.A.

2004/2005/2006 – Ativo (R\$ x Mil)

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	179.614.554	154.013.146	137.635.945
1.01	Ativo Circulante	49.443.798	44.694.731	35.443.270
1.01.01	Disponibilidades	20.098.892	17.481.555	11.580.288
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.219.519	2.114.551	921.166
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	17.879.373	15.367.004	10.659.122
1.01.02	Créditos	10.376.356	10.676.578	7.421.319
1.01.02.01	Clientes	10.376.356	10.676.578	7.421.319
1.01.02.01.01	Clientes	4.248.112	4.447.097	2.570.261
1.01.02.01.02	Subsid. Contr. Coligada Princ. p/ Vendas	5.105.482	4.600.522	3.652.272
1.01.02.01.03	Outras Contas a Receber	1.210.244	1.844.634	1.293.626
1.01.02.01.04	Provisão para Cred. Liq Dúvida	(187.482)	(215.675)	(94.840)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	12.968.740	10.337.565	11.555.627
1.01.04	Outros	5.999.810	6.199.033	4.886.036
1.01.04.01	Dividendos a Receber	777.593	945.676	440.240
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	4.381.752	4.037.175	2.966.007
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	669.892	680.787	735.261
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	170.573	535.395	744.528
1.02	Ativo Não Circulante	130.170.756	109.318.415	102.192.675
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.184.676	37.601.550	45.127.663
1.02.01.01	Créditos Diversos	795.219	778.600	755.104
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	785.791	769.524	748.788
1.02.01.01.02	Titulos e Valores Mobiliários	8.062	7.601	4.840
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	1.366	1.475	1.476
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	34.510.261	28.151.479	35.220.122
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	1.488	141.288	2.911.695
1.02.01.02.02	Com Controladas	34.281.241	27.975.165	32.271.038
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	227.532	35.026	37.389
1.02.01.03	Outros	9.879.196	8.671.471	9.152.437
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	927.830	569.030	1.830.257
1.02.01.03.02	Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferidos	1.363.928	1.102.845	860.433
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	693.776	1.230.796	1.169.835
1.02.01.03.04	PASEP/COFINS Diferido	1.704.753	0	0
1.02.01.03.05	Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	115.923	117.811	117.488
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.438.384	1.443.834	1.068.657
1.02.01.03.07	Adiantamento p/ Plano de Pensão	1.242.268	1.205.358	1.217.612
1.02.01.03.08	Adiantamentos a Fornecedores	564.266	684.235	958.692
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	818.953	1.060.967	1.076.077
1.02.01.03.10	Estoque	464.783	492.777	265.296
1.02.01.03.11	Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	544.332	763.818	588.090
1.02.02	Ativo Permanente	84.986.080	71.716.865	57.065.012

2004/2005/2006 – Passivo + PL (R\$ x Mil)

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	179.614.554	154.013.146	137.635.945
2.01	Passivo Circulante	50.797.029	47.695.680	47.937.350
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.279.445	1.655.721	1.310.238
2.01.01.01	Financiamentos	1.141.352	1.499.012	1.144.973
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	138.093	156.709	165.265
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	5.427.331	4.481.558	4.863.501
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	6.854.934	7.292.508	6.583.563
2.01.05	Dividendos a Pagar	7.896.669	7.017.843	5.044.074
2.01.06	Provisões	1.583.615	1.607.715	1.401.788
2.01.06.01	Salários, férias e encargos	1.137.832	978.222	653.812
2.01.06.02	Provisão para contingências	54.000	167.645	333.111
2.01.06.03	Plano de Pensão	391.783	461.848	414.865
2.01.07	Dividas com Pessoas Ligadas	23.473.128	20.383.557	22.086.206
2.01.07.01	Fornecedores	23.473.128	20.383.557	22.086.206
2.01.08	Outros	4.281.907	5.256.778	6.647.980
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	1.119.891	1.054.783	381.719
2.01.08.02	Projetos estruturados	1.565.296	2.421.806	4.652.469
2.01.08.03	Outros	1.596.720	1.780.189	1.613.792
2.02	Passivo Não Circulante	29.435.191	25.614.200	25.444.959
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	29.435.191	25.614.200	25.444.959
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.094.223	6.408.872	8.589.120
2.02.01.01.01	Financiamentos	5.094.223	6.408.872	8.589.120
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	18.259.480	14.721.704	11.300.138
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	7.769.189	6.477.127	5.214.410
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	190.671	225.251	220.721
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	2.777.184	1.749.036	601.347
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	7.522.436	6.270.290	5.263.660
2.02.01.04	Dividas com Pessoas Ligadas	2.506.957	1.925.046	3.420.119
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	3.574.531	2.558.578	2.135.582
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	2.979.031	1.807.730	1.371.238
2.02.01.06.02	Provisão p/ paradas prog e docagem	0	0	199.558
2.02.01.06.03	Outras Contas e despesas a pagar	595.500	750.848	564.786
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	99.382.334	80.703.266	64.253.636
2.04.01	Capital Social Realizado	48.263.983	33.235.445	33.235.445
2.04.01.01	Capital Social Integralizado	48.263.983	32.896.138	32.896.138
2.04.01.02	Correção Monetária de Capital	0	339.307	339.307
2.04.02	Reservas de Capital	372.064	372.064	354.673

2018 – Ativo (R\$ x Milhões)

BALANÇO PATRIMONIAL

PETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.1	53.854	74.494	6.334	1.305
Títulos e valores mobiliários	7.2	4.198	6.237	3.974	3.531
Contas a receber, líquidas	8.1	22.264	16.446	36.731	34.239
Estoques	9	34.822	28.081	29.307	23.165
Imposto de renda e contribuição social	21.1	2.863	1.584	2.018	669
Impostos e contribuições	21.1	5.020	6.478	3.741	5.514
Depósitos vinculados a class action	31.4	7.287	-	6.093	-
Outros ativos		5.758	4.997	5.738	3.940
		136.066	138.317	93.936	72.363
Ativos classificados como mantidos para venda	10.2	7.540	17.592	2.605	9.520
		143.606	155.909	96.541	81.883
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	8.1	21.281	17.120	18.139	15.211
Títulos e valores mobiliários	7.2	205	211	202	204
Depósitos judiciais	31.2	26.003	18.465	24.476	17.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	10.384	11.373	-	-
Impostos e contribuições	21.1	13.717	10.171	12.498	8.999
Adiantamento a fornecedores		2.575	3.413	9.555	502
Outros ativos		11.313	10.202	9.836	8.815
		85.478	70.955	74.706	50.816
Investimentos	11	10.690	12.554	175.827	149.356
Imobilizado	12	609.829	584.357	483.375	435.536
Intangível	13	10.870	7.740	9.268	6.264
		716.867	675.606	743.176	641.972
		860.473	831.515	839.717	723.855

2018 – Passivo + PL (R\$ x Milhões)

Passivo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Fornecedores	16	24.516	19.077	29.140	22.179
Financiamentos	17.1	14.207	23.160	105.527	74.724
Arrendamentos mercantis financeiros	18.1	89	84	792	1.261
Imposto de renda e contribuição social	21.1	817	990	207	243
Impostos e contribuições	21.1	13.778	15.046	13.101	14.485
Dividendos propostos	24.6	4.296	–	3.894	–
Salários, férias, encargos e participações	22	6.426	4.331	5.477	3.662
Planos de pensão e saúde	23	3.137	2.791	2.976	2.657
Provisão para processos judiciais e administrativos	31.1	13.493	7.463	11.673	6.397
Acordo com autoridades norte americanas	3.3	3.034	–	3.034	–
Outras contas e despesas a pagar		9.467	8.298	6.123	6.105
		93.260	81.240	181.944	131.713
Passivos associados a ativos mantidos para venda	10.2	3.808	1.295	3.610	606
		97.068	82.535	185.554	132.319
Não Circulante					
Financiamentos	17.1	311.954	337.564	220.352	193.393
Arrendamentos mercantis financeiros	18.1	626	675	2.904	4.108
Imposto de renda e contribuição social	21.1	2.139	2.219	2.090	2.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	2.536	3.956	1.028	2.762
Planos de pensão e saúde	23	85.012	69.421	78.901	64.519
Provisão para processos judiciais e administrativos	31.1	15.202	15.778	10.584	12.680
Provisão para desmantelamento de áreas	20	58.637	46.785	58.332	45.677
Outras contas e despesas a pagar		3.756	2.973	2.747	2.243
		479.862	479.371	376.938	327.551
		576.930	561.906	562.492	459.870
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	24.1	205.432	205.432	205.432	205.432
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria		2.458	2.457	2.674	2.673
Reservas de lucros		95.364	77.364	95.148	77.148
Outros resultados abrangentes	24.5	(26.029)	(21.268)	(26.029)	(21.268)
Atribuído aos acionistas da controladora		277.225	263.985	277.225	263.985
Atribuído aos acionistas não controladores		6.318	5.624	–	–
		283.543	269.609	277.225	263.985
		860.473	831.515	839.717	723.855

Balanços patrimoniais: Santo Antônio Energia S.A.

2011/2012 – Ativo (R\$ x Mil)

Santo Antônio Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	105.243	449.777
Consumidores e concessionárias	7	96.774	
Devedores diversos	2.6	4.130	18.157
Tributos a recuperar	10	10.061	
Dispêndios reembolsáveis	8	77.716	20.058
Despesas pagas antecipadamente	9	26.780	25.057
Instrumentos financeiros derivativos	4(d)		6.207
		<u>320.704</u>	<u>519.256</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	10	45.997	46.039
Depósitos em garantia	11	76.974	3.596
Dispêndios reembolsáveis	8	268.247	25.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	10.209	8.235
Despesas pagas antecipadamente	9	<u>72.958</u>	<u>98.217</u>
		<u>474.385</u>	<u>181.668</u>
Imobilizado	13	14.527.352	11.510.013
Intangível	14	<u>199.342</u>	<u>195.279</u>
		<u>15.201.079</u>	<u>11.886.960</u>
Total do ativo		<u>15.521.783</u>	<u>12.406.216</u>

2011/2012 – Passivo + PL (R\$ x Mil)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores	15	292.282	166.316
Salários e encargos a pagar		1.591	1.211
Impostos e contribuições sociais	17	10.906	15.113
Obrigações estimadas com pessoal	18	5.246	5.574
Concessionárias e permissionárias	19	122.948	
Concessões a pagar	20	15.524	13.151
Encargos regulamentares e setoriais	21	3.777	
Credores diversos		10.890	10.294
Provisões socioambientais	22	224.064	233.312
		687.228	444.971
Não circulante			
Fornecedores	15	10.366	15.550
Empréstimos e financiamentos	23	8.256.823	7.590.946
Concessionárias e permissionárias	19	117.914	
Debêntures	16	789.047	
Cauções em garantia	24	214.580	160.784
Concessões a pagar	20	189.839	181.603
Provisão para contingências	25	8.037	7.700
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.14		3.622
Provisões socioambientais	22	180.943	289.311
		9.767.549	8.249.516
Patrimônio líquido			
Capital social	26(a)	5.112.870	3.724.640
Ajustes de avaliação patrimonial	26(b)		7.032
Prejuízos acumulados		(45.864)	(19.943)
		5.067.006	3.711.720
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.521.783	12.406.216

2018 – Ativo (R\$ x Mil)

Santo Antônio Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	<u>Nota</u>	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.174	54.403
Contas a receber	5	327.611	319.729
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		19.213	23.025
Tributos compensáveis		3.735	6.864
Estoques		63.575	59.478
Depósitos em garantia	6	74.141	26.252
Despesas pagas antecipadamente	7	39.264	43.325
Outros ativos		22.034	23.539
		615.747	556.615
Não circulante			
Tributos compensáveis		578	1.004
Depósitos em garantia	6	53.359	280.233
Dispêndios reembolsáveis	8	954.388	887.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	505.571	627.181
Despesas pagas antecipadamente	7	151.573	186.968
Outros ativos		1	1
		1.665.469	1.983.134
Imobilizado	10	19.907.887	20.691.509
Intangível	11	175.333	185.742
		21.748.680	22.860.385
Total do ativo		22.364.436	23.417.000

2018 – Passivo + PL (R\$ x Mil)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro	31 de dezembro
		de 2018	de 2017
Circulante			
Fornecedores	12	506.231	202.500
Obrigações estimadas com pessoal		18.121	2.765
Empréstimos e financiamentos	13.1	53.259	689.586
Debêntures	13.2	115.919	10.782
Impostos e contribuições	14	71.859	121.143
Adiantamentos de clientes	15	286.370	126.150
Encargos regulamentares e setoriais		62.506	60.228
Concessões a pagar	16	21.985	21.229
Provisões socioambientais	17	93.640	50.018
Cauções em garantia	18	17.561	3.433
Outros passivos		29.212	23.938
		1.276.663	1.311.772
Não circulante			
Fornecedores	12	409.278	
Empréstimos e financiamentos	13.1	10.219.548	10.041.365
Debêntures	13.2	4.576.426	4.310.599
Impostos e contribuições	14	74.570	9.115
Adiantamentos de clientes	15	80.283	
Concessões a pagar	16	251.299	244.260
Obrigações vinculadas à concessão		5.431	7.133
Provisões socioambientais	17	264.632	346.991
Cauções em garantia	18	409.821	354.887
Provisão para contingências	19	45.531	711.192
Outras provisões	20	557.284	518.225
		16.894.103	16.543.767
Patrimônio líquido			
Capital social		9.664.356	9.348.150
Prejuízos acumulados		(5.470.686)	(3.786.680)
		4.193.670	5.561.461
Total do passivo e do patrimônio líquido	21	22.364.436	23.417.000